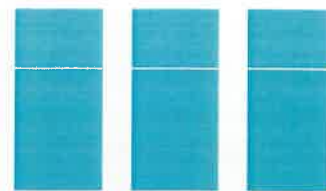



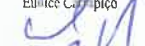




4.2.4



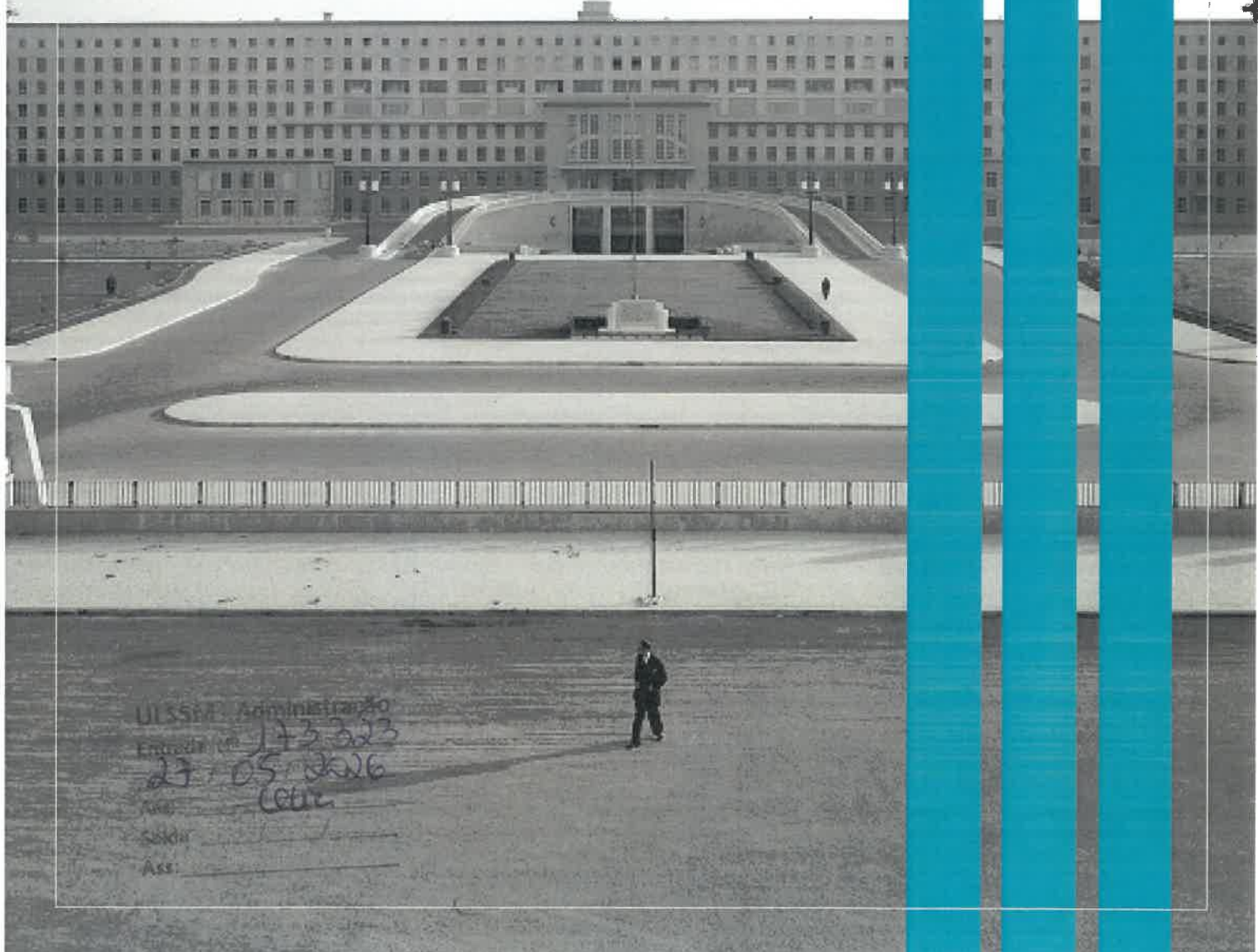
# Relatório e Contas | 2025

O C.A. aprova

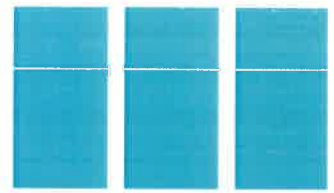
PRESENTE À SESSÃO DO	
C. A. DE <u>27/05/2026</u>	
O Presidente	 Carlos Neves Martins
A Dir. Clínica ACSH	 Ana Isabel Lopes
A Dir. Clínica ACSP	 Eunice Campiço
O Vogal	 Miguel Carneiro
O Vogal	 Francisco Matoso
A Enª Directora	 Carla Martins Ribeiro
ATA Nº <u>33/2026</u>	



## UNIDADE LOCAL DE SAÚDE SANTA MARIA



ULSSM - Administração  
 Entrada em 173.323  
27/05/2026  
 Ass: CCM  
 Seldir: \_\_\_\_\_  
 Ass: \_\_\_\_\_



# Índice

Mensagem do Presidente .....	7
<b>1 Estrutura Organizacional .....</b>	<b>10</b>
1.1 Área de Referência .....	10
1.2 Planejamento Estratégico.....	12
1.3 Estrutura Organizacional .....	17
<b>2 Atividade Assistencial .....</b>	<b>21</b>
2.1 Internamento.....	25
2.2 Bloco de Partos .....	27
2.3 Unidade de Hospitalização Domiciliária .....	28
2.4 Atividade Cirúrgica.....	29
2.5 Colheita e Transplantação .....	29
2.6 Consulta Externa.....	31
2.7 Hospital de Dia.....	33
2.8 Urgência.....	35
2.9 Apoio Domiciliário .....	38
2.10 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.....	38
2.11 Acesso aos Cuidados de Saúde .....	41
2.12 Acesso aos Cuidados Primários .....	43
<b>3 Ensino e Formação .....</b>	<b>49</b>
3.1 Certificação do Centro de Formação .....	49
3.2 Dados Gerais.....	50
<b>4 Atividades de Apoio .....</b>	<b>54</b>
4.1 Serviço Social e Gabinete do Cidadão.....	54
4.2 Serviço de Saúde Ocupacional.....	61
4.3 Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica.....	66
4.4 Instalações e Equipamentos .....	68

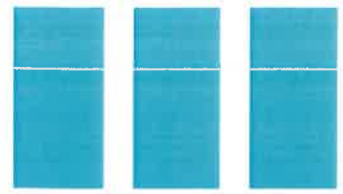
4.5	Serviço de Logística e Stocks.....	70
4.6	Unidade Gestão Hoteleira .....	72
4.7.	Serviço de Sistemas de Informação .....	76
4.8.	Gabinete de Comunicação e Relações Públicas.....	79
<b>5.</b>	<b>Recursos Humanos.....</b>	<b>84</b>
5.1.	Gestão de efetivos .....	84
5.2.	Caracterização dos recursos humanos .....	85
5.3.	Estrutura etária e género.....	86
<b>6</b>	<b>Investimentos .....</b>	<b>89</b>
6.1	Execução do programa de investimentos.....	89
6.2	Projetos cofinanciados.....	90
6.3	Evolução dos investimentos ao longo dos últimos 5 anos .....	92
6.4	Financiamento do investimento efetuado .....	93
6.5	Rácios e indicadores .....	93
<b>7</b>	<b>Cumprimento das Orientações Legais.....</b>	<b>96</b>
<b>8</b>	<b>Análise do Desempenho Económico-Financeiro.....</b>	<b>117</b>
8.1	Desempenho Económico .....	119
8.2	Execução orçamental económica – contrato programa.....	124
8.3	Síntese Execução Orçamental – Receita e Despesa .....	125
8.4	Desempenho Financeiro.....	133
8.5	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso .....	135
8.6	Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros .....	137
8.7	Contabilidade de Gestão .....	139
	<b>Demonstrações Financeiras Exercício 2025 .....</b>	<b>141</b>
	<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2025.....</b>	<b>149</b>
	<b>Demonstrações Orçamentais Exercício 2025 .....</b>	<b>184</b>
	<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS EXERCICIO 2025 .....</b>	<b>187</b>

# Relatório e Contas

# 2025



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E



## Mensagem do Presidente

O contexto atual de Portugal e do mundo é marcado pelo desequilíbrio dos mercados que se traduz num agravamento dos preços, pressionados pelas tensões geopolíticas, fragmentação política e desafios estruturais que exigem reformas, inovação e resiliência para enfrentar um ciclo global cada vez mais incerto que afeta o crescimento da economia, o bem-estar social e a saúde das populações.

A sociedade portuguesa depara-se com os desafios dos sistemas de saúde mais desenvolvidos no que respeita às alterações demográficas (duplo envelhecimento) e aos padrões da doença (aumento da cronicidade), geradores de um aumento da procura de cuidados e das exigências e expectativas da população. Num cenário de exigência na gestão de profissionais de saúde e pressão da inovação tecnológica e terapêutica, o incremento das despesas em saúde superior ao crescimento económico é inevitável, constituindo um risco permanente à sustentabilidade do SNS.

Nestas circunstâncias, é necessário ter uma mudança dos modelos de financiamento e prestação de cuidados, que potencie a eficiência dos serviços de saúde e simultaneamente a satisfação dos utentes, adequando o nível de resposta e os recursos às necessidades de cada doente, através da estratificação pelo risco, e promovendo a correta articulação e integração de cuidados que vise, assim, a utilização ótima das capacidades instaladas, ajustada às necessidades.

O ano de 2025 marcou um novo ciclo de consolidação para a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, reforçando a missão que assumimos desde o primeiro dia: prestar cuidados de saúde de elevada qualidade, centrados nas pessoas, com eficiência, humanidade e visão estratégica. Num contexto nacional exigente, continuámos a afirmar-nos como uma instituição robusta, inovadora e comprometida com o serviço público, liderando em várias áreas do SNS.

Este foi também o segundo ano de plena integração entre os cuidados de saúde primários e hospitalares, um processo que tem vindo a transformar a forma como cuidamos da nossa população. A articulação mais fluida entre equipas, a continuidade assistencial e a gestão mais integrada dos percursos dos utentes traduziram-se em ganhos concretos de acessibilidade, segurança e qualidade clínica. A integração não é apenas uma reorganização estrutural — é uma mudança cultural que estamos a construir com determinação e resultados visíveis, que estimamos ter mais impacto na vida dos doentes e suas famílias em finais de 2026.

Ao longo de 2025, investimos igualmente na modernização das nossas instalações e equipamentos, conscientes de que a qualidade dos cuidados depende também das condições em que são prestados. Destaco a plena operacionalidade do heliporto, que reforça a nossa capacidade de resposta em situações de emergência e garante maior rapidez e segurança no transporte de doentes críticos. Sublinho ainda o início da atividade do robot cirúrgico, um marco tecnológico que coloca a ULS de Santa Maria na linha da frente da cirurgia minimamente invasiva, ampliando a precisão, reduzindo tempos de recuperação e elevando a qualidade global da prática cirúrgica.

Por último, em termos de destaques, continuamos a exercer a nossa afirmação nacional e internacional na área da investigação/ensaios clínicos, eixo muito importante para a competitividade, para a atratividade, para a diferenciação e excelência da ULS ao serviço dos doentes, sendo de referir que no ranking da SCImago Institutions somos, em 2025, a primeira unidade hospitalar do País. Nada disto seria possível sem o empenho, a competência e a resiliência dos nossos profissionais, porque são eles que, diariamente, dão vida à instituição, enfrentam desafios, inovam e mantêm o foco no essencial: cuidar das pessoas. A todos, deixo o meu profundo reconhecimento e um legítimo orgulho no seu trabalho.

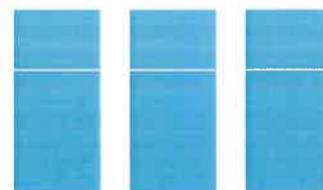
O Relatório e Contas de 2025 reflete, por isso, não apenas números e indicadores, mas o trabalho coletivo de uma organização que se quer cada vez mais integrada, moderna e orientada para o futuro. Continuaremos a trilhar este caminho com responsabilidade, transparência e ambição, sempre ao serviço da comunidade que confia em nós a sua vida e a sua qualidade de vida.

Relatório e Contas

2025



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E.



# 1 Estrutura Organizacional

## 1.1 Área de Referência

A Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. foi criada através do Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro, que procedeu à reestruturação do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E., com integração do Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte e do Centro de Saúde de Mafra, anteriormente integrado no Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Sul.

O Centro Hospitalar foi criado a 1 de março de 2008, pelo Decreto-Lei n.º 23/2008, resultando da fusão de dois hospitais com elevada dimensão histórica: o Hospital Santa Maria, E.P.E. e o Hospital Pulido Valente, E.P.E. Até então, ambas as instituições constituíam unidades hospitalares centrais da área de Lisboa, embora com características distintas. Por um lado, o Hospital Pulido Valente, E.P.E., com menor número de especialidades e serviços prestados, mas com elevada diferenciação/especialização nas suas áreas de intervenção, e, por outro lado, o Hospital Santa Maria, E.P.E. que se destacava pela diversidade na oferta em todas as áreas da Medicina, apresentando especialidades e técnicas únicas no panorama hospitalar português, constituindo-se como uma referência no processo de ensino e investigação, fruto da partilha de espaço, instalações e profissionais com a Faculdade de Medicina de Lisboa e o Instituto de Medicina Molecular.

Integram a estrutura organizacional as áreas de ação médica, suporte à prestação de cuidados e apoio geral e logística. Os serviços de ação médica estão organizados segundo uma estrutura matricial, assente em departamentos, serviços e unidades funcionais. Esta estrutura nas áreas clínicas permite a intersecção entre a ação de grupos multidisciplinares por patologia, com a atividade dos serviços, e a concretização de novas formas de organização do trabalho, baseadas em princípios de gestão da doença, colocando o doente/utente como centro da atividade. Integram a área de suporte à prestação de cuidados, serviços ou unidades autónomas, com funções transversais de suporte dos serviços de ação médica. As áreas de apoio geral e logística

estão estruturadas verticalmente adotando-se, sempre que possível, formas de organização em torno de processos de trabalho, maximizando os recursos disponíveis na ótica do primado do doente.

O Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte (ACeS LxN) foi criado pela Portaria n.º 394-B/2012, de 29 de novembro, que resulta da fusão do ACeS da Grande Lisboa I - Lisboa Norte e o Centro de Saúde de Coração de Jesus (UCSP Coração de Jesus) do ACeS da Grande Lisboa III - Lisboa Central. Esta Portaria reorganizou ainda o ACES Oeste II - Oeste Sul e o ACES Grande Lisboa VIII – Sintra-Mafra, integrando o concelho de Mafra no novo Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte Oeste Sul.

O ACeS LxN integra 18 unidades funcionais prestadoras de cuidados de saúde, nomeadamente duas UCSP (UCSP de Sete Rios e UCSP Santa Clara Lumiar), onze USF modelo B (USF Tílias, USF Rodrigues Miguéis, USF do Parque, USF das Conchas, USF da Luz, USF Carnide Quer e USF Benfica Jardim, USF Professor Guilherme Jordão, USF D. Amélia de Portugal, USF Alvalade e USF Monsanto, que inclui dois polos), uma US da SCML (US de Telheiras), três Unidades de Cuidados na Comunidade, e um Centro de Diagnóstico Pneumológico no âmbito dos rastreios e tratamento da tuberculose. O ACeS conta ainda com um Centro de Atendimento Clínico (SAP) e um Serviço de Atendimento Complementar (SAP) para atendimento a utentes em situações de urgência, com uma Unidade de Saúde Pública, uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, uma Equipa Coordenadora Local no âmbito da RNCCI, um Centro de Apoio a Jovens, e uma Unidade de Apoio à Gestão.

O Centro de Saúde de Mafra integra duas UCSP (UCSP Mafra Leste e UCSP Mafra Norte, que inclui dois polos), três USF modelo B (USF Andreas, USF D. João V e USF Ouriceira, que incluem dois polos cada), um Serviço de Atendimento Permanente (SAP), um polo da Unidade de Saúde Pública, um polo da Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados com as respostas de Higiene Oral, Medicina Dentária, Nutrição, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia Cardiopneumologia, Radiologia e Serviço Social, e ainda uma Unidade de Cuidados na Comunidade com resposta de ECCL.

O número de Inscritos na Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE em 31 de dezembro de 2025 ascendia a 357.999 utentes.

## 1.2 Planejamento Estratégico

A ULSSM tem por objeto a prestação de cuidados de saúde de excelência aos cidadãos, nacionais e internacionais, no âmbito das suas capacidades e responsabilidades, tendo em conta o seu elevado grau de diferenciação e posicionamento ímpar no Serviço Nacional de Saúde.

Na área do ambiente, a ULSSM adota as estratégias e práticas mais adequadas, destacando-se a poupança de recursos naturais, a utilização de energias renováveis e a gestão racional de resíduos, as quais se inserem na responsabilidade social pelo equilíbrio ambiental e pelo desenvolvimento sustentável.

A ULSSM compromete-se com os seguintes Objetivos Estratégicos organizados por Eixo Estratégico de Intervenção:

### Objetivos Estratégicos por Eixo Estratégico de Intervenção

#### Eixo 1 | Facilitar a gestão da mudança e promover o modelo de governação da saúde

- Ação 1** Melhorar o modelo de gestão e de governação clínica e da saúde
- Ação 2** Implementar um Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança do Doente
- Ação 3** Rentabilizar os recursos e processos de suporte
- Ação 4** Promover a criação de USF e de CRI para uma gestão integrada e por objetivos
- Ação 5** Implementar práticas ecologicamente responsáveis
- Ação 6** Desenvolvimento da estratégia de comunicação da ULS

#### Eixo 2 | Melhorar os processos com foco na qualidade e nos ganhos em saúde

- Ação 7** Implementar um sistema de informação partilhado entre todos os níveis de cuidados
- Ação 8** Criar um processo clínico eletrónico único
- Ação 9** Criar procedimentos para gestão articulada de situações de urgência
- Ação 10** Saúde, medicina e cirurgia oral e maxilar
- Ação 11** Criar um centro de inovação em saúde para desenvolver e implementar novas tecnologias para a prestação de cuidados

#### Eixo 3 | Promover a saúde e prevenir a doença

- Ação 12** Desenvolver projetos de gestão integrada da doença crónica
- Ação 13** Reforçar respostas alinhadas com o PNS 2030 e com principais causas de doença, incapacidade e hospitalização

#### Eixo 4 | Participação e literacia do cidadão

- Ação 14** Reforçar e reorganizar os gabinetes do cidadão
- Ação 15** Promover os cuidados ambulatoriais e a prestação de cuidados no domicílio

- Ação 16** Desenvolver um sistema de feedback para os utentes que promova o seu envolvimento
- Ação 17** Implementar programas de formação para os profissionais de saúde sobre comunicação eficaz, sobre empatia e humanização
- Ação 18** Melhorar os ganhos em saúde capacitando os cidadãos na gestão da sua saúde

#### **Eixo 5 | Envolver e atrair profissionais de saúde**

- Ação 19** Desenvolver a ULS como referência nacional no ensino pré e pós-graduado de profissionais de saúde
- Ação 20** Reforçar o papel da investigação e da inovação nos Centros de Referência em áreas clínicas especializadas – projetos de Investigação colaborativos
- Ação 21** Criar um plano de desenvolvimento profissional para cada colaborador para formação contínua
- Ação 22** Criar programas de saúde e bem-estar para colaboradores, para prevenção de riscos profissionais e promoção de estilos de vida saudáveis

#### **Eixo 6 | Melhorar o acesso e aumentar capacidade resolutiva**

- Ação 23** Criar um Centro Integrado de Diagnóstico e Terapêutica
- Ação 24** Criar equipa de suporte em cuidados paliativos
- Ação 25** Criar equipa comunitária de saúde mental
- Ação 26** Melhorar o acesso à saúde para idosos em Lisboa
- Ação 27** Investir na digitalização de registos de saúde e em novos modelos de prestação de cuidados, utilizando tecnologias emergentes - Hospital Virtual da ULS
- Ação 28** Capacitar o centro de contacto da ULS com um serviço de atendimento suportado com inteligência artificial

Incluem-se, ainda, no seu objeto o desenvolvimento de atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde. Daqui decorre a estreita ligação à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e outras instituições de ensino/investigação, nomeadamente no âmbito do Centro Académico de Medicina de Lisboa.

No que concerne à oferta de cuidados de saúde, a ULSSM apresenta uma carteira de serviços altamente especializada e diversificada, dirigindo a sua intervenção a um vasto leque de situações de saúde, com diferentes níveis de complexidade. De uma forma geral, a oferta assistencial abrange a área de ambulatório (consulta externa, hospital de dia, cirurgia de ambulatório e meios complementares de diagnóstico e terapêutica), internamento e urgência.

Para além dos diferentes serviços clínicos disponíveis e da oferta de proximidade, a ULSSM apresenta 17 Centros de Referência, reconhecidos como centros de elevada diferenciação para a prestação de cuidados de saúde a utentes com situações clínicas específicas, com especial

concentração de recursos, e constituídos por equipas multidisciplinares e altamente qualificadas, visando a prestação de cuidados com elevado padrão de qualidade, como se pode verificar no quadro seguinte:

### Centros de Referência da ULSSM

Centros de Referência	
Área de intervenção prioritária	Legislação
Epilepsia Refratária Paramiloidose Familiar	Despacho n.º 11297/2015 de 8 de outubro
Cardiologia de "Intervenção Estrutural" Cardiopatias Congénitas* Doenças Hereditárias do Metabolismo Oncologia de Adultos - Cancro do Esófago Oncologia de Adultos - Cancro Hepatobilio-Pancreático Oncologia de Adultos - Cancro do Reto Oncologia de Adultos - Sarcomas das Partes Moles e Ósseos Oncologia Pediátrica - Tumores do Sistema Nervoso Central** Transplantação Renal Pediátrica	Despacho n.º 3653/2016 de 11 de março
Transplante do Rim - Adulto	Despacho n.º 9414/2016 de 22 de julho
Coagulopatias Congénitas ECMO (Oxigenação por Membrana Extracorporal) Fibrose Quística Implantes Cocleares*** Neurorradiologia de Intervenção na Doença Cerebrovascular (NIDC)	Despacho n.º 6669/2017 de 8 de fevereiro

\*em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E. e Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa

\*\*em colaboração interinstitucional com o Instituto Português de Oncologia de Lisboa, Francisco Gentil, E. P. E. e Centro Hospitalar Universitário Lisboa Central, E.P.E.

\*\*\*em colaboração interinstitucional com o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, E. P. E., Centro Hospitalar do Porto, E. P. E. e Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E.

O objetivo estratégico da instituição passa pelo reconhecimento de novos centros de referência e certificação dos existentes.

A ULSSM tem como propósito prestar cuidados de saúde de elevada qualidade, com eficiência, eficácia e equidade, de forma inovadora, e centrada na pessoa, atuando na prevenção da doença e promoção da saúde, melhorando o bem-estar da nossa comunidade.

Comprometemo-nos, assim, a integrar cuidados, formar a próxima geração de profissionais de saúde e liderar a investigação para o futuro da medicina.

À ULSSM compete garantir a prestação integrada de cuidados de saúde nos diferentes níveis de cuidados, de forma contínua, equitativa, humanizada, com eficiência, elevada qualidade e segurança.

### Missão

A sua missão-chave é contribuir para alcançar níveis concretos de saúde e bem-estar para as pessoas e comunidade, através de intervenções planeadas e organizadas para proteger e promover a saúde, prevenir e tratar a doença e a incapacidade, orientadas com base nas necessidades da população, com os recursos de que dispõe e/ou colaborando com parceiros de outros sectores para atingir essa finalidade.

Fruto de uma simbiose histórica, lógica e natural, com a Faculdade de Medicina de Lisboa, com a qual partilha instalações, recursos humanos e conhecimentos, o ensino e a formação pré e pós-graduada constituem-se como outro eixo fundamental da missão, sem prejuízo de parcerias com outras instituições académicas nacionais e internacionais, e em áreas da governança da saúde.

Para além da prestação direta de cuidados de saúde e da formação, a missão da ULSSM comporta ainda as vertentes da inovação, do desenvolvimento científico e da investigação, como corolário lógico e aproveitamento natural das sinergias resultantes dos eixos da prestação e da formação.

### Visão

Visão integrada com foco no crescimento e desenvolvimento sustentável da ULSSM, assumindo-se como uma referência nacional e internacional na prestação de cuidados de saúde centrados no cidadão, apoiados por uma cultura organizacional de inovação, investigação e transformação, integrando cuidados de saúde, de qualidade e com segurança, promovendo a responsabilidade social e priorizando o desenvolvimento humano através do ensino e formação.

Na ULSSM todos os cidadãos estão inscritos e acedem facilmente, sempre que necessitem, aos cuidados específicos, diferenciados, globais, adequados, atempados e efetivos ao longo do ciclo

de vida; prestados por serviços e equipes multiprofissionais qualificadas e motivadas; num contexto de comunicação transparente dos resultados.

Na ULSSM existe uma cultura enraizada que privilegia a qualidade e segurança dos atos clínicos praticados, a inovação dos seus processos gestonários, a excelência e competitividade nos serviços prestados, a sustentabilidade e criação de valor da sua atividade, assim como a capacidade de atrair novas competências, nomeadamente no âmbito de um processo integrado de contratualização de serviços com o exterior e de internacionalização.

Esta cultura é parte integrante de uma cultura de desenvolvimento profissional contínuo, sendo que no âmbito da ULSSM, desenvolver-se-ão projetos conjuntos de prestação de cuidados, de formação e ensino e de investigação, a nível nacional e internacional.

## Valores

**Confiança:** Com a implementação de processos transparentes, consistentes, que traduzam equidade, justiça e apresentem respostas, estamos a criar uma relação de segurança com os nossos utentes.

**Compromisso com os cidadãos:** Aspiramos sempre ao mais alto padrão de cuidados de saúde, procurando a melhoria contínua em todos os aspetos da nossa organização.

**Integridade:** Atuamos de forma ética, rigorosa, honesta e transparente. Confiamos que estes princípios orientarão as nossas decisões e ações.

**Respeito:** Valorizamos o direito de cada indivíduo à dignidade, privacidade e autonomia. Este valor premeia o nosso atendimento ao utente, a nossa interação em equipa e a nossa relação com a comunidade.

**Responsabilidade social:** Estamos empenhados em contribuir positivamente para a nossa comunidade e para o ambiente. Procuramos minimizar o nosso impacto ambiental e maximizar o nosso impacto social positivo.

**Inovação:** Estamos empenhados em encontrar novas e melhores maneiras de atender os nossos utentes e a comunidade. Valorizamos a criatividade e a abertura às novas ideias.

**Colaboração:** Acreditamos que os melhores resultados são alcançados quando trabalhamos em equipa. Promovemos a colaboração entre diferentes especialidades e departamentos, e entre os nossos profissionais de saúde e os utentes.

**Sustentabilidade:** Queremos consolidar um modelo de sustentabilidade em todas as vertentes da nossa atuação, com vista à construção de uma resposta eficiente, sólida e de confiança, para o ambiente e para as pessoas.

**Equidade:** Reconhecemos os direitos de cada utente e os seus diferentes níveis de necessidades e prioridades. Construimos uma resposta justa, adequada, que trata cada utente na exata medida das suas necessidades.

### 1.3 Estrutura Organizacional

O Conselho de Administração da ULSSM, designado para o triénio 2024-2026, por despacho da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde n.º 2445/2024, de 7 de março, publicada no Diário da República n.º 48/2024, Série II de 2024-03-07, integra os seguintes membros:

- Presidente - Carlos José das Neves Martins
- Diretor clínico para a área dos cuidados de saúde hospitalares - Rui António Rocha Tato Marinho (até 19 setembro);
- Diretora clínica para a área dos cuidados de saúde hospitalares – Ana Isabel Gouveia Costa da Fonseca Lopes (a partir de 19 setembro);
- Diretora clínica para a área dos cuidados de saúde primários - Eunice Isabel do Nascimento Carrapiço;
- Vogal Executivo - Miguel Jorge de Figueiredo Carpinteiro;
- Vogal Executivo - Francisco António Alvelos de Sousa Matoso;
- Enfermeira Diretora - Carla Cristina de Matos Apolinário Martins Ribeiro.

Integram a estrutura organizacional da ULSSM as seguintes áreas:

- Ação Médica;
- Suporte à prestação de cuidados;
- Apoio geral e logística.

Os serviços de ação médica estão organizados segundo uma estrutura matricial, assente em departamentos, serviços e unidades funcionais. Esta estrutura nas áreas clínicas permite a intersecção entre a ação de grupos multidisciplinares por patologia, com a atividade dos

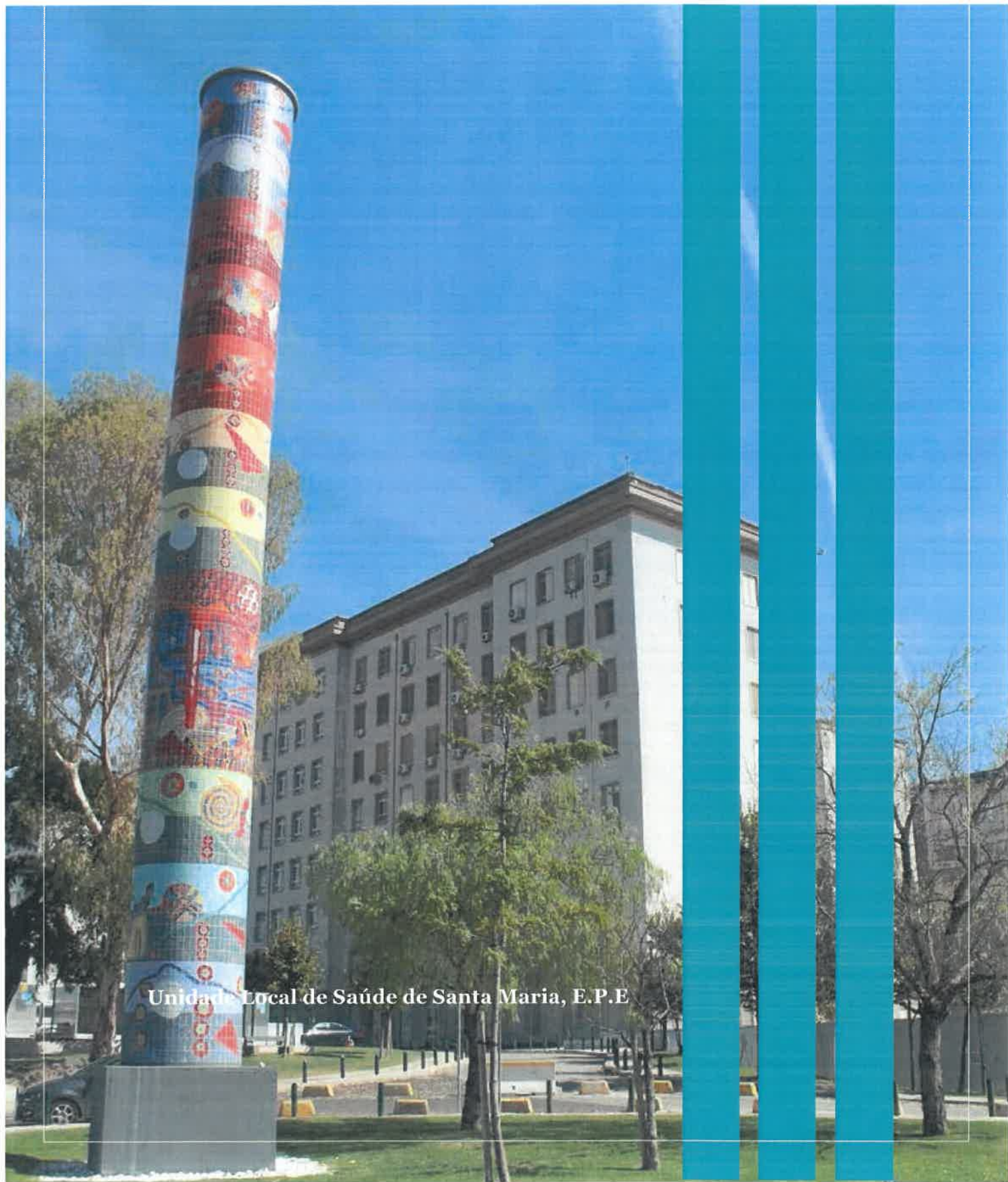
serviços, e a concretização de novas formas de organização do trabalho, baseadas em princípios de gestão da doença, colocando o doente/utente como centro da atividade.

Integram a área de suporte à prestação de cuidados, serviços ou unidades autónomas, com funções de suporte dos serviços de ação médica.

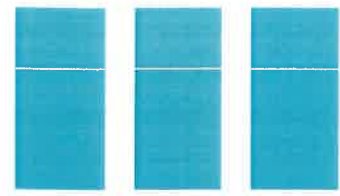
As áreas de apoio geral e logística estão estruturadas verticalmente adotando-se, sempre que possível, formas de organização em torno de processos de trabalho, maximizando os recursos disponíveis na ótica do primado do doente.

# Relatório e Contas

# 2025



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E



## 2 Atividade Assistencial

O presente relatório constitui um documento técnico de caracterização da atividade assistencial desenvolvida pela ULSSM nas diferentes áreas de produção, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025, incluindo a análise evolutiva face aos anos de 2023 e 2024.

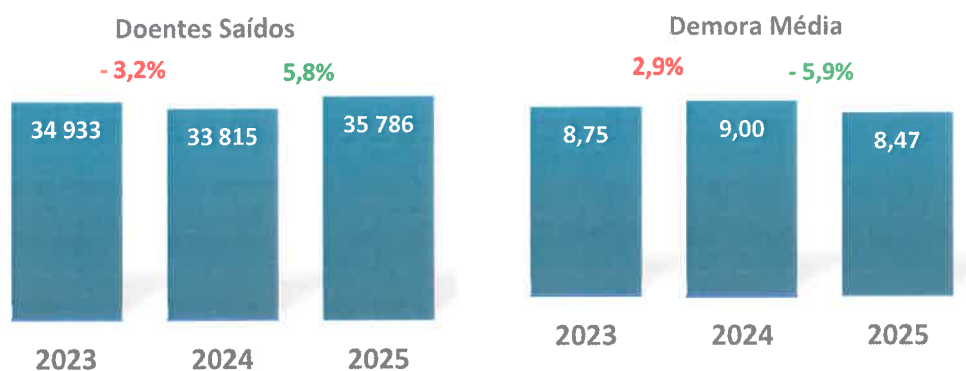
A ULSSM assume um papel relevante no contexto do Serviço Nacional de Saúde, assegurando resposta assistencial diferenciada em múltiplas áreas de cuidados e integrando recursos humanos especializados, orientados para a prestação de cuidados de saúde com qualidade e continuidade. A sua área de influência direta abrange, no concelho de Lisboa, as freguesias de Alvalade, Avenidas Novas, Benfica, Campolide, Carnide, Lumiar, São Domingos de Benfica e Santa Clara, e, no concelho de Mafra, as freguesias de Carvoeira, Encarnação, Ericeira, Mafra, Milharado, Santo Isidoro, bem como as uniões de freguesias de Azueira e Sobral da Abelheira, Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário, Igreja Nova e Cheleiros, Malveira e São Miguel de Alcainça e Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés.

Para além da sua área de influência direta, a ULSSM assegura igualmente resposta assistencial a utentes provenientes de outras áreas geográficas do país, refletindo a diferenciação das valências disponíveis e o enquadramento funcional da instituição nas redes de referência em vigor no Serviço Nacional de Saúde. Este posicionamento traduz-se na prestação de cuidados em áreas de elevada diferenciação técnico-científica, reforçando o papel da ULSSM no contexto regional e nacional.

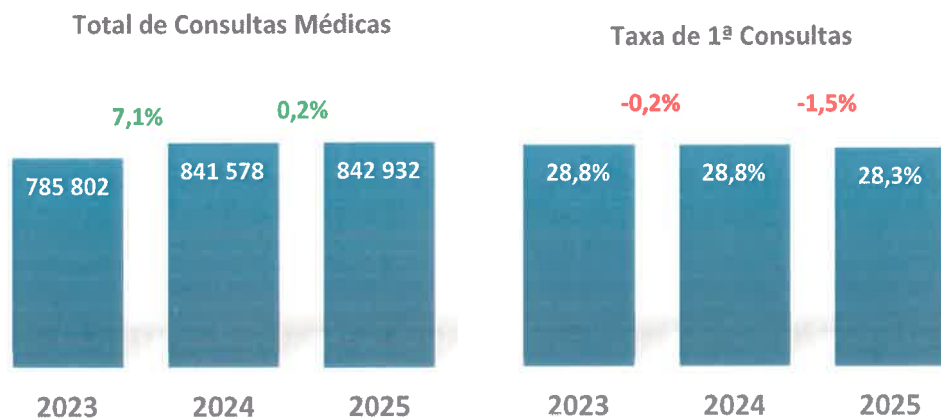
A evolução da procura assistencial tem sido influenciada por diferentes fatores, entre os quais se destacam o crescimento da população residente na área de influência direta, a reorganização dos fluxos assistenciais decorrente da implementação do regime de Livre Acesso e Circulação de Utentes no SNS, aprovado pelo Despacho n.º 5911-B/2016, de 3 de maio, bem como a articulação com os cuidados de saúde primários e com as redes hospitalares de referência. Estes fatores têm contribuído para o aumento da mobilidade dos utentes e para uma maior pressão sobre os tempos de resposta, particularmente nas áreas de consulta externa e cirurgia programada.

A atividade assistencial desenvolvida em 2025 reflete simultaneamente a evolução da procura e a capacidade de adaptação organizacional da instituição.

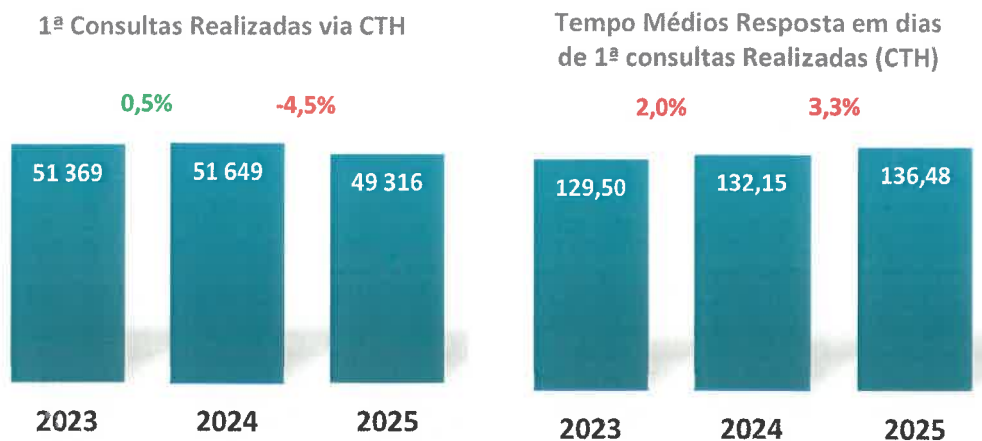
No internamento registaram-se 35 786 doentes saídos, com uma demora média de 8,47 dias e uma taxa de ocupação de 86,4%, num contexto marcado pela retoma da atividade da área da obstetrícia após o período de condicionamento associado às obras realizadas na unidade.



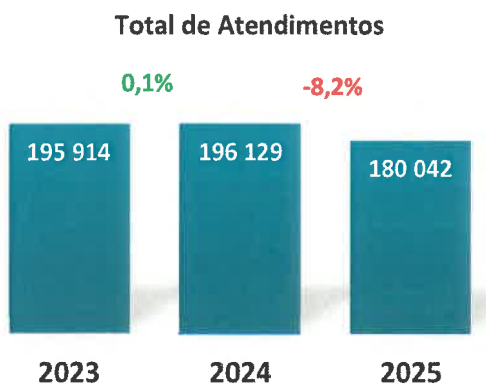
Em 2025, a ULSSM realizou um total de 840 932 consultas externas, das quais cerca de 237 835 corresponderam a primeiras consultas, refletindo a procura persistente de cuidados especializados por utentes da área de influência e de outras regiões do país.



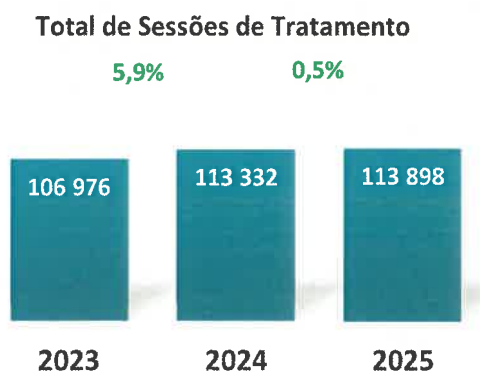
Do total de primeiras consultas, 49 316 foram realizadas através do sistema de Consulta a Tempo e Horas (CTH), provenientes dos Cuidados de Saúde Primários, com um tempo médio de resposta de 136,48 dias.



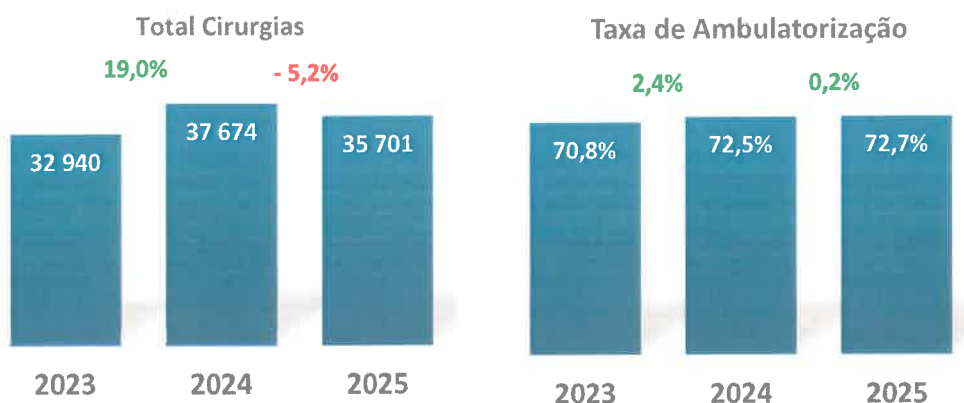
Em 2025, registaram-se 180.042 admissões no Serviço de Urgência, das quais aproximadamente 10,5% resultaram em episódio de internamento



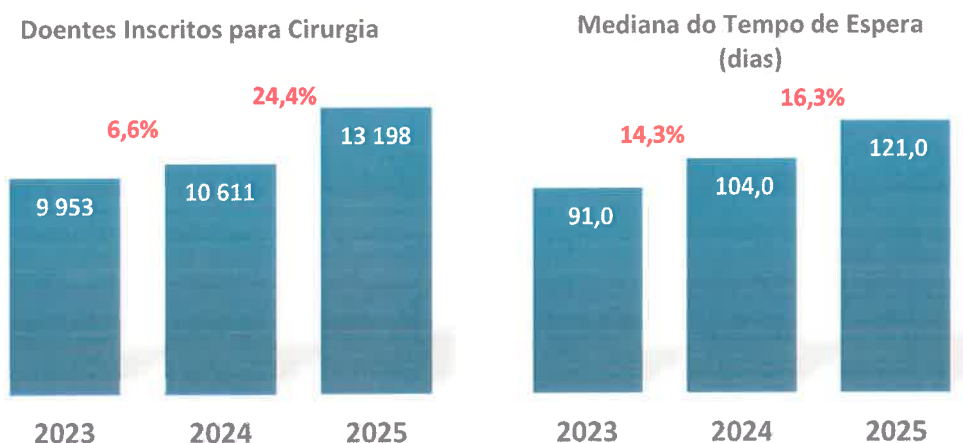
Relativamente à atividade em hospital de dia, realizaram-se 113 898 sessões, abrangendo 22.187 utentes.



No âmbito da atividade cirúrgica efetuaram-se 29 861 cirurgias programadas, das quais 72,7% em regime de ambulatório, a que acresceram 5 840 cirurgias urgentes, totalizando 35 701 intervenções cirúrgicas ao longo do ano.



No que respeita à gestão da lista de inscritos para cirurgia, encontravam-se inscritos, a 31 de dezembro de 2025, 13 198 utentes, com uma mediana de tempo de espera de 121 dias, tendo 87,05% dos doentes sido intervencionados dentro do tempo considerado adequado.



Apresentam-se de seguida os principais indicadores de atividade assistencial nas diferentes áreas de intervenção, tendo como referência a atividade desenvolvida ao longo de 2025.

## 2.1 Internamento

Em 2025, a atividade de internamento da ULSSM registou 35.786 doentes saídos, correspondendo a um aumento de 5,8% face a 2024, invertendo a tendência de redução observada no ano anterior. Este crescimento foi parcialmente influenciado pela retoma da atividade na área da obstetrícia, após o período de condicionamento decorrente das obras realizadas na unidade, tendo sido igualmente acompanhado por um aumento da lotação média praticada, que atingiu 962 camas (+1,4%).

A demora média situou-se em 8,47 dias, traduzindo uma redução de 5,9% face a 2024, o que contribuiu para uma maior rotatividade das camas, refletida também no aumento do indicador de doentes saídos por cama, que passou para 37,2 (+4,3%).

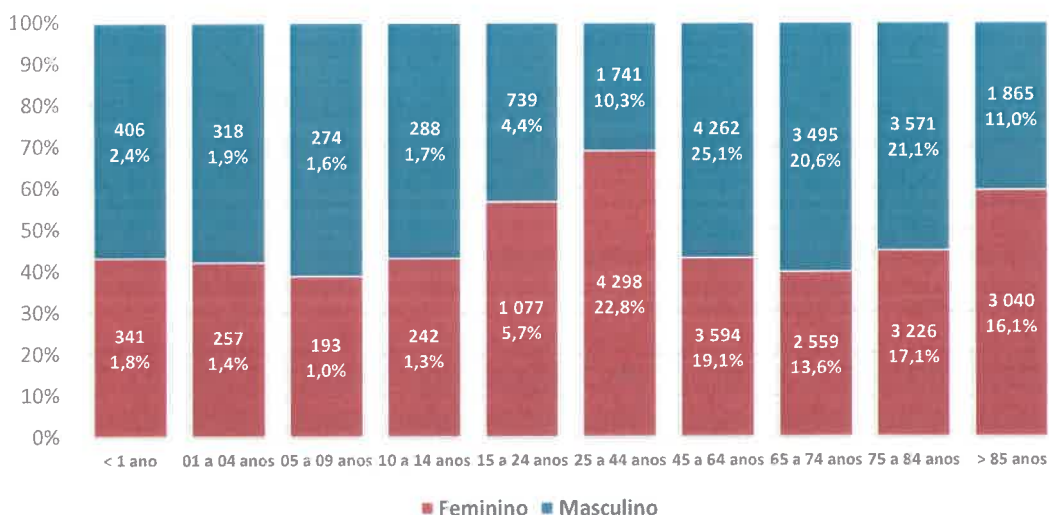
Apesar do aumento da atividade, a taxa de ocupação fixou-se em 86,4%, representando uma ligeira diminuição face ao ano anterior (-1,8 p.p.). A taxa de mortalidade situou-se em 6,9%, mantendo-se globalmente estável face aos anos anteriores.

No berçário, registaram-se 2 463 doentes saídos, correspondendo a um aumento significativo face a 2024, igualmente associado à retoma da atividade da área da obstetrícia após o período de condicionamento relacionado com as obras realizadas na unidade.

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
Lotação Média Praticada	951	948	962	-0,3%	1,4%
Doentes Saídos	34 933	33 815	35 786	-3,2%	5,8%
Berçário	1 371	529	2 463	-61,4%	365,6%
Demora Média	8,75	9,00	8,47	2,9%	-5,9%
Taxa de Ocupação	88,1%	87,9%	86,4%	-0,2%	-1,8%
Taxa de Mortalidade	6,7%	6,7%	6,9%	-0,6%	3,3%
Doentes Saídos por Cama	36,7	35,7	37,2	-2,9%	4,3%

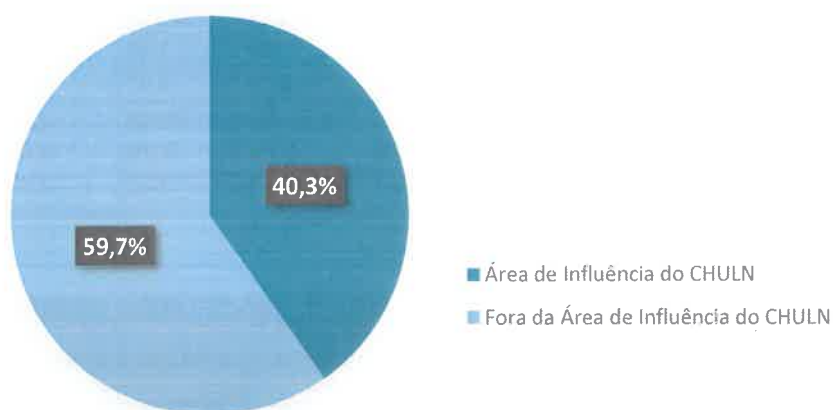
A distribuição dos doentes saídos por grupo etário evidenciou maior concentração nos grupos adultos e idosos, com destaque para os grupos entre os 45 e 64 anos, os 65 e 74 anos e os 75 e 84 anos, bem como para o grupo com mais de 85 anos, refletindo o peso crescente das faixas etárias mais envelhecidas na atividade de internamento. Observou-se igualmente expressão relevante no grupo dos 25 aos 44 anos, sobretudo no sexo feminino, associada à atividade na área da obstetrícia.

### Doentes Saídos por Faixa Etária



No que respeita à área de residência dos doentes internados, em 2025 registaram-se 14 410 doentes saídos residentes na área de influência direta da ULSSM, correspondendo a um aumento de 15,9% face a 2024, incluindo o concelho de Mafra (3 817 doentes saídos) e as freguesias do concelho de Lisboa integradas nesta área (10 593 doentes saídos). Ainda no concelho de Lisboa, contabilizaram-se 1 978 doentes saídos adicionais relativos a utentes residentes em freguesias fora da área de influência direta.

### Doentes Saídos por Área de Influência do CHULN

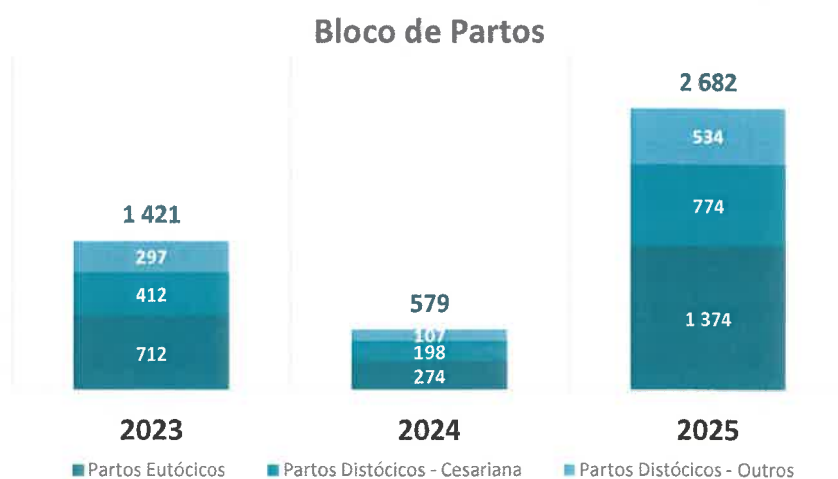


Ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, destacaram-se ainda os concelhos de Loures (2 690 doentes saídos), Sintra (2 350), Odivelas (1 992) e Amadora (1 378), evidenciando a procura proveniente de concelhos limítrofes da área de influência direta.

Para além do distrito de Lisboa, manteve-se relevante a procura de utentes provenientes de outros distritos, com destaque para Setúbal (2 551 doentes saídos), Leiria (1 404), Santarém (986) e Faro (785), confirmando a abrangência nacional da atividade assistencial desenvolvida no âmbito do internamento.

## 2.2 Bloco de Partos

Em 2025, o Bloco de Partos registou um total de 2 682 partos, refletindo um aumento de 363,2% face a 2024. Os partos eutócicos totalizaram 1 374 e os distócicos 1 308, dos quais 774 corresponderam a cesarianas, traduzindo uma taxa de cesarianas de 28,9%, ligeiramente abaixo da registada no ano anterior (-15,6%). Este crescimento resulta da reabertura do Bloco de Partos, da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia e do internamento pós-parto em setembro de 2024, permitindo recuperar e reforçar a capacidade assistencial.



No que respeita à área de residência das utentes, em 2025, os partos realizados a utentes fora da área de influência da ULSSM representaram 60,2% do total, evidenciando a elevada procura do Bloco de Partos.

Entre as utentes residentes na área de influência direta da ULSSM registaram-se 1 068 partos (39,8%), incluindo os concelhos de Mafra (281 partos) e as freguesias do concelho de Lisboa integradas nesta área (787 partos). Ainda no concelho de Lisboa, contabilizaram-se 1 016 partos adicionais relativos a utentes residentes em freguesias fora da área de influência direta.

### Total Partos por Área de Influência



Ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, destacaram-se ainda os concelhos de Loures (176 partos), Sintra (147 partos), Amadora (118 partos) e Odivelas (116 partos), evidenciando a procura que ultrapassa a área de influência direta da ULSSM.

Para além do distrito de Lisboa, registou-se igualmente procura relevante de outros distritos, com destaque para Setúbal (389 partos), Santarém (49 partos) e Leiria (43 partos), confirmando a abrangência suprarregional da atividade assistencial desenvolvida.

### 2.3 Unidade de Hospitalização Domiciliária

A Unidade de Hospitalização Domiciliária manteve, em 2025, uma lotação média praticada de 12 camas, em linha com o ano anterior. Foram tratados 253 doentes, correspondendo a uma redução de 6,6% face a 2024. A demora média situou-se em 13,09 dias, registando um aumento de 8,7%, enquanto a taxa de ocupação atingiu 75,6%, traduzindo uma utilização globalmente estável da capacidade instalada (+1,3%).

A atividade desenvolvida manteve-se condicionada pela disponibilidade de recursos humanos afetos à equipa, não permitindo ainda a plena utilização do potencial de resposta da unidade. Ainda assim, a Unidade de Hospitalização Domiciliária continua a afirmar-se como uma alternativa estruturada e segura ao internamento convencional, contribuindo para a otimização da gestão da capacidade de internamento hospitalar e para a prestação de cuidados diferenciados no domicílio.

## 2.4 Atividade Cirúrgica

Em 2025, a atividade cirúrgica programada totalizou 29 875 intervenções, correspondendo a uma redução de 7,8% face a 2024, ano em que se tinha registado um volume particularmente elevado de produção. Esta diminuição refletiu-se tanto na cirurgia convencional (-8,3% face a 2024) como na cirurgia em regime de ambulatório (-7,6% face a 2024), refletindo sobretudo o ajustamento da atividade realizada no âmbito da produção cirúrgica adicional registada no ano anterior.

Em sentido contrário, a cirurgia urgente apresentou um crescimento de 10,3% face a 2024, atingindo 5 826 intervenções, evidenciando o reforço da resposta assistencial às situações de maior exigência clínica e não programável.

A taxa de ambulatorização manteve a trajetória de melhoria observada nos últimos anos, fixando-se em 72,7%, consolidando o peso crescente da cirurgia de ambulatório no conjunto da atividade cirúrgica programada e refletindo a aposta institucional na adoção de modelos assistenciais mais eficientes.



## 2.5 Colheita e Transplantação

O Gabinete Coordenador de Colheita e Transplantação (GCCT) assegura a coordenação dos programas de colheita multiorgânica e de tecidos em dador cadáver em morte cerebral, bem como a colheita de rim em dador vivo e a transplantação renal no adulto e na criança, com recurso a dador cadáver e dador vivo. Integra ainda a atividade de colheita de córneas em dador em coração parado, no âmbito da rede nacional de transplantação.

No âmbito da atividade da colheita de órgãos e tecidos, registou-se em 2025 um total de 115 colheitas realizadas, correspondendo a um aumento de 1,8% face a 2024, mantendo-se a tendência de crescimento observada nos últimos anos. Destaca-se o aumento do número de córneas colhidas (+10,8% face a 2024), bem como a manutenção de níveis elevados de colheita renal (73 colheitas) e hepática (16 colheitas), indicadores da continuidade da atividade nesta área altamente diferenciada.

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
<b>Órgãos e tecidos colhidos</b>					
Coração	3	6	3	100,0%	-50,0%
Fígado	14	19	16	35,7%	-15,8%
Rim	56	76	73	35,7%	-3,9%
Pâncreas	1	4	0	300,0%	-100,0%
Pulmão	2	4	4	100,0%	0,0%
Córneas	168	195	216	16,1%	10,8%
Vasos	14	19	15	35,7%	-21,1%
Válvulas	0	1	0	-	-100,0%
<b>Nº colheitas realizadas</b>	<b>104</b>	<b>113</b>	<b>115</b>	<b>8,7%</b>	<b>1,8%</b>

Relativamente aos transplantes realizados, foram efetuados 258 procedimentos em 2025, representando uma redução de 6,2% face ao ano anterior. Esta variação refletiu-se sobretudo nos transplantes renais em adultos (-9,9% face a 2024) e nos transplantes de córnea (-7,3% face a 2024), mantendo-se estável a atividade de transplantação de medula óssea (0,0% face a 2024).

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
<b>Transplantes realizados</b>	<b>239</b>	<b>275</b>	<b>258</b>	<b>15,1%</b>	<b>-6,2%</b>
Rim (Adultos)	63	71	64	12,7%	-9,9%
Rim (Pediátricos)	4	2	1	-50,0%	-50,0%
Córnea	91	123	114	35,2%	-7,3%
Medula Óssea	81	79	79	-2,5%	0,0%

Globalmente, a atividade de colheita e transplantação manteve níveis elevados de desempenho, compatíveis com a variabilidade inerente à disponibilidade de doadores e à natureza altamente diferenciada desta atividade, reafirmando o papel da instituição no contexto da rede nacional de transplantação.

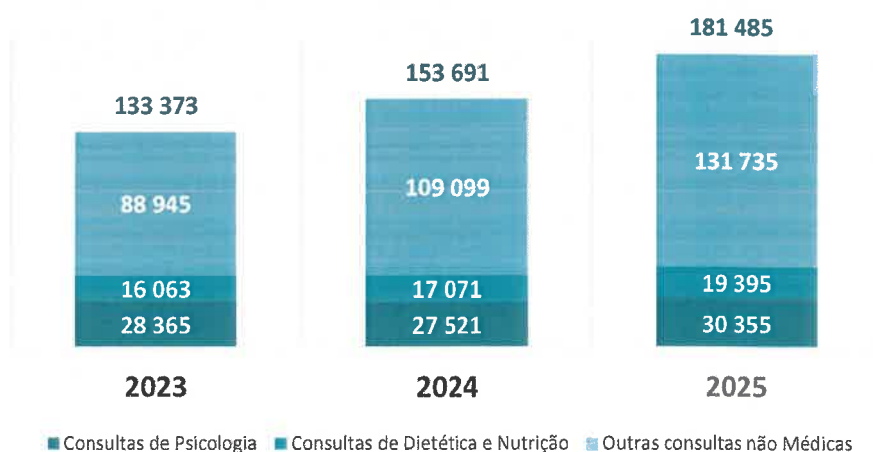
## 2.6 Consulta Externa

Em 2025, a atividade de Consulta Externa totalizou 842 932 consultas, correspondendo a um acréscimo residual de 0,2% face a 2024, após o crescimento expressivo registado no ano anterior (+7,1% face a 2023). As primeiras consultas atingiram 238 872 (-1,3% face a 2024); enquanto as consultas subsequentes totalizaram 604 060 (+0,8% face a 2024), mantendo-se estável o índice de consultas subsequentes por primeira consulta (2,5 consultas). A proporção de primeiras consultas situou-se em 28,3%, ligeiramente inferior à registada no ano anterior.

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
Primeiras Consultas	226 463	242 056	238 872	6,9%	-1,3%
Consultas Subsequentes	559 339	599 522	604 060	7,2%	0,8%
<b>Total de Consultas Externas</b>	<b>785 802</b>	<b>841 578</b>	<b>842 932</b>	<b>7,1%</b>	<b>0,2%</b>
% Primeiras Consultas	28,8%	28,8%	28,3%	-0,2%	-1,5%
Índice de Consultas Subsequentes / Primeiras Consultas	2,5	2,5	2,5	0,3%	2,1%

No âmbito das consultas não médicas, registou-se um crescimento significativo da atividade, totalizando 181 485 consultas (+18,1% face a 2024). Destaca-se o aumento das consultas de Psicologia (+10,3% face a 2024), de Dietética e Nutrição (+13,6% face a 2024) e, sobretudo, das restantes consultas não médicas (+20,7% face a 2024), evidenciando o reforço da intervenção multidisciplinar na resposta assistencial em ambulatório.

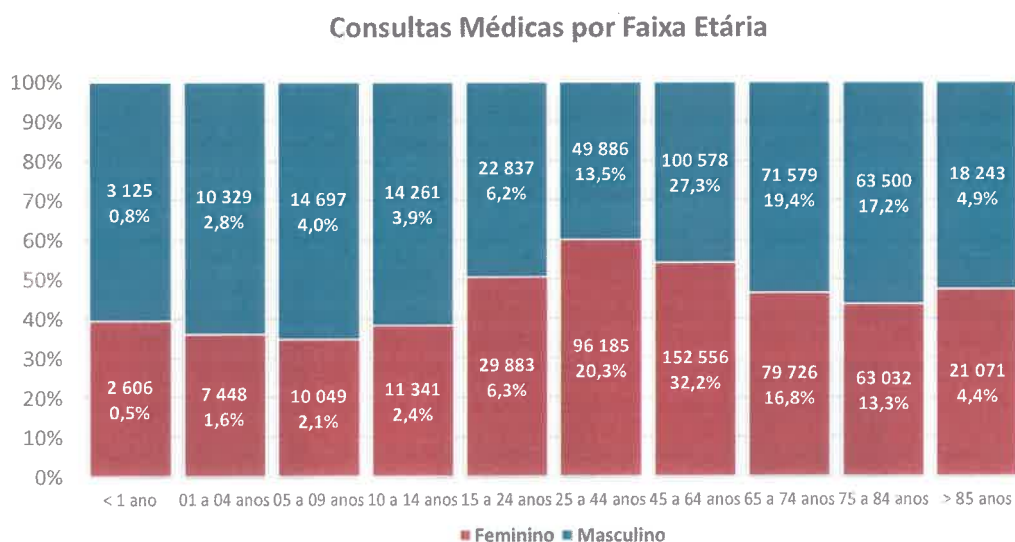
### Consultas não Médicas



No que respeita às consultas internas, realizadas a utentes internados, registaram-se 26 814 consultas em 2025, correspondendo a um aumento de 1,8% face a 2024. Esta atividade manteve-se relativamente estável nos últimos anos, evidenciando a continuidade do acompanhamento clínico prestado aos doentes durante o internamento.



A análise por grupos etários das consultas externas médicas evidencia que a maior parte dos utentes se encontra nas faixas etárias adultas e séniores. Em 2025, os principais grupos foram os doentes com idades entre 45 e 64 anos (32,2% feminino e 27,3% masculino) e 25 aos 44 anos (20,3% feminino e 13,5% masculino), seguindo-se os 65 aos 74 anos (16,8% feminino e 19,4% masculino). As faixas etárias mais jovens representam proporções menores do total, com 6,3% das consultas a utentes do sexo feminino e 6,2% do sexo masculino entre os 15 e 24 anos, e valores residuais nas idades inferiores a 15 anos. As consultas a utentes com mais de 85 anos corresponderam a 4,4% feminino e 4,9% masculino do total.

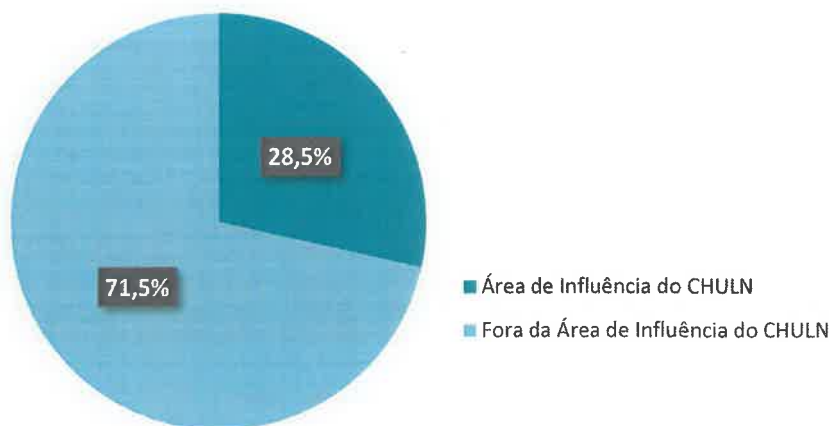


No que respeita à área de residência dos utentes, em 2025, os utentes provenientes de fora da área de influência direta da ULSSM representaram 602 338 consultas, evidenciando a procura nacional pelos serviços de Consulta Externa.

Entre os utentes residentes na área de influência direta da ULSSM registaram-se 240 594 consultas (28,5%), incluindo o concelho de Mafra (57 361 consultas) e as freguesias do concelho de Lisboa integradas nesta área (183 233 consultas). Ainda no concelho de Lisboa,

contabilizaram-se 52 728 consultas adicionais relativas a utentes residentes em freguesias fora da área de influência direta.

### Consultas Médicas por Área de Influência do CHULN



Ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, destacaram-se ainda os concelhos de Loures (62 383 consultas), Sintra (78 570 consultas), Amadora (44 944 consultas) e Odivelas (61 339 consultas), evidenciando a procura que ultrapassa a área de influência direta da ULSSM.

Para além do distrito de Lisboa, registou-se igualmente procura relevante de outros distritos, com destaque para Setúbal (69 149 consultas), Leiria (39 586 consultas) e Santarém (30 966 consultas), confirmando a abrangência nacional da atividade assistencial desenvolvida.

## 2.7 Hospital de Dia

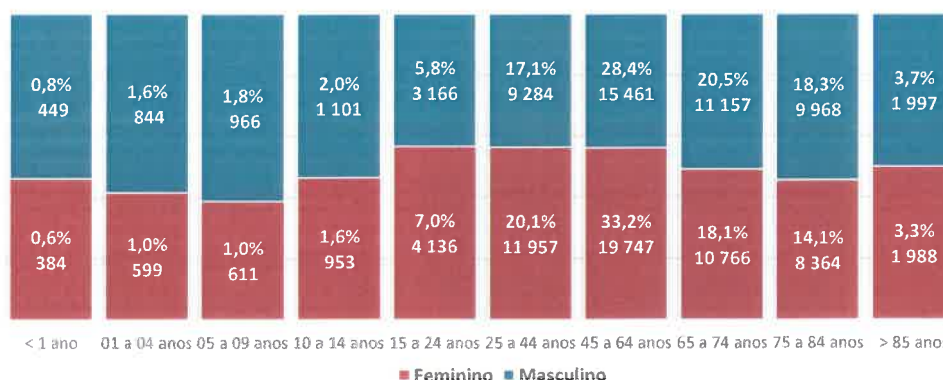
Em 2025, a Unidade de Hospital de Dia realizou 113 898 sessões, envolvendo 22 187 doentes, o que representa uma variação ligeira face a 2024 (-0,1% no número de doentes, +0,5% nas sessões). O número médio de sessões por doente fixou-se em 5,13, registando um decréscimo de 6,7% em relação ao ano anterior.

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
N.º Sessões	106 976	113 332	113 898	5,9%	0,5%
N.º Doentes Tratados	21 261	22 203	22 187	4,4%	-0,1%
N.º Sessões / Doente	5,03	5,50	5,13	9,4%	-6,7%

A análise por grupos etários evidencia que a maior parte das sessões se concentrou nos doentes entre os 45 e os 64 anos (35 208 sessões, 28,4% masculino e 33,2% feminino), seguindo-se os

grupos dos 25 aos 44 anos (21 241 sessões, 17,1% masculino e 20,1% feminino) e dos 65 aos 74 anos (21 923 sessões, 20,5% masculino e 18,1% feminino). Os grupos etários mais jovens (<1 ano e 1 a 14 anos) representaram uma proporção reduzida das sessões totais.

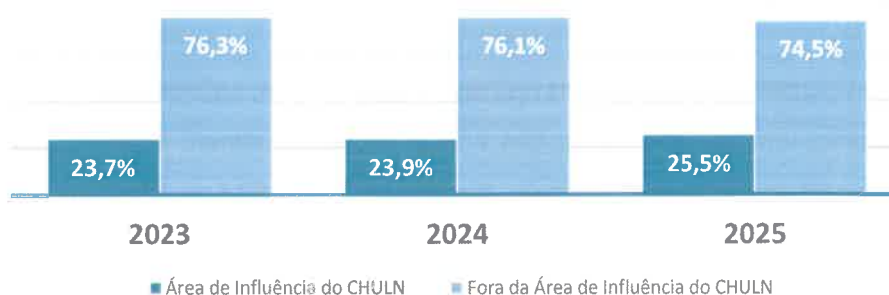
Sessões de Tratamento por Faixa Etária



No que respeita à área de residência dos utentes, em 2025, os utentes provenientes de fora da área de influência direta da ULSSM representaram 84 806 sessões.

Entre os utentes residentes na área de influência direta da ULSSM registaram-se 29 092 sessões (25,5%), incluindo o concelho de Mafra (6 613 sessões) e as freguesias do concelho de Lisboa integradas nesta área (22 479 sessões). Ainda no concelho de Lisboa, contabilizaram-se 9 347 sessões adicionais relativas a utentes residentes em freguesias fora da área de influência direta.

Sessões de Tratamento por Área de Influência



Ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, destacaram-se ainda os concelhos de Loures (9 463 sessões), Sintra (9 550 sessões), Amadora (5 919 sessões) e Odivelas (7 981 sessões), evidenciando que a procura ultrapassa a área de influência direta da ULSSM.

Para além do distrito de Lisboa, registou-se igualmente procura de outros distritos, com destaque para Setúbal (12 114 sessões), Leiria (4 965 sessões) e Santarém (4 242 sessões).

## 2.8 Urgência

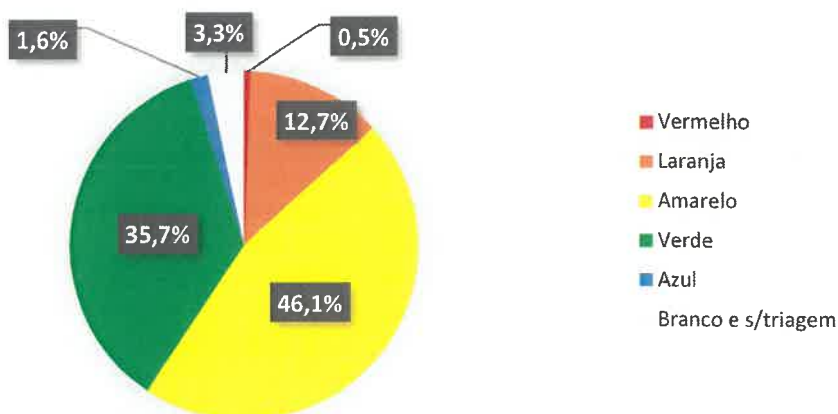
Em 2025, a atividade nos serviços de urgência totalizou 180 042 atendimentos, correspondendo a uma diminuição de 8,2% face a 2024. A Urgência Central registou 120 829 atendimentos (-12,0% face a 2024), a Urgência Ginecológica e Obstétrica teve 16 552 atendimentos (+89,2% face a 2024), enquanto a Urgência Pediátrica contabilizou 42 661 atendimentos (-14,7% face a 2024).

A média diária de atendimentos situou-se em 493 atendimentos, representando uma redução de 8,0% relativamente ao período homólogo.

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
Urgência Central	138 346	137 347	120 829	-0,7%	-12,0%
Urgência Ginecológica e Obstétrica	10 319	8 748	16 552	-15,2%	89,2%
Urgência Pediátrica	47 249	50 034	42 661	5,9%	-14,7%
<b>Total</b>	<b>195 914</b>	<b>196 129</b>	<b>180 042</b>	<b>0,1%</b>	<b>-8,2%</b>

A distribuição dos atendimentos segundo a triagem de Manchester revelou maior concentração nas categorias Amarelo (83 080 atendimentos, 46,1%) e Verde (64 187 atendimentos, 35,7%), enquanto as categorias de maior prioridade, Vermelho (990 atendimentos, 0,5%) e Laranja (22 831 atendimentos, 12,7%), representaram uma proporção mais reduzida do total (13,2%).

N.º de atendimentos por triagem de Manchester

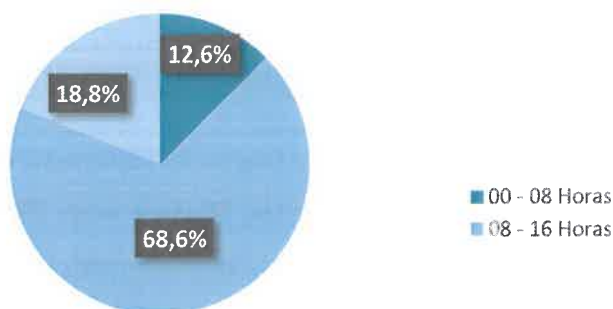


A tabela seguinte apresenta a evolução anual dos atendimentos na triagem de Manchester por nível de prioridade, permitindo comparar a distribuição de casos entre 2023, 2024 e 2025.

Triagem de Manchester	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
Vermelho	897	889	990	-0,9%	11,4%
Laranja	22 617	22 082	22 831	-2,4%	3,4%
Amarelo	84 060	84 776	83 080	0,9%	-2,0%
Verde	76 321	78 399	64 187	2,7%	-18,1%
Azul	5 907	4 675	2 963	-20,9%	-36,6%
Branco e s/triagem	6 112	5 308	5 991	-13,2%	12,9%
<b>Total</b>	<b>195 914</b>	<b>196 129</b>	<b>180 042</b>	<b>0,1%</b>	<b>-8,2%</b>

O fluxo de atendimentos variou significativamente ao longo do dia, com destaque para o período das 08:00 às 16:00 horas, que concentrou 123 517 atendimentos (+32,0% face 2024). O turno das 16:00 às 24:00 horas registou 33 925 atendimentos (-57,0% face 2024) e o turno das 00:00 às 08:00 horas contabilizou 22 600 atendimentos (-4,7% face 2024).

Atendimentos por Turnos



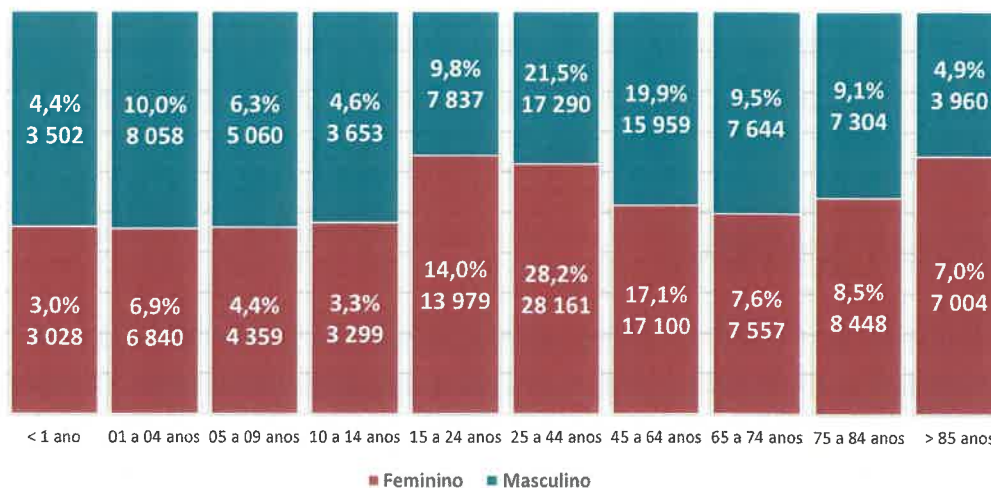
Quanto ao destino de alta, a maioria dos atendimentos teve saída para domicílio (99 267 atendimentos; -6,1% face a 2024), seguindo-se o internamento (18 888 atendimentos; +7,9% face a 2024) e os registos de falecimento (608 atendimentos; +18,8% face a 2024). Os atendimentos que resultaram em abandono totalizaram 14 015 (-12,7% face a 2024).

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
Abandono	21 349	16 051	14 015	-24,8%	-12,7%
Centro de Saúde / Médico Família	41 588	39 096	31 562	-6,0%	-19,3%
Consulta Externa	11 158	11 044	9 510	-1,0%	-13,9%
Domicílio	97 143	105 745	99 267	8,9%	-6,1%
Falecidos	576	512	608	-11,1%	18,8%
Internamento	18 412	17 510	18 888	-4,9%	7,9%
Transferência para outros hospitais	5 030	5 402	5 312	7,4%	-1,7%
Saída contra parecer médico	658	769	880	16,9%	14,4%
<b>Total</b>	<b>195 914</b>	<b>196 129</b>	<b>180 042</b>	<b>0,1%</b>	<b>-8,2%</b>

A distribuição por grupos etários revelou que os maiores números de atendimentos ocorreram entre os 25-44 anos (17 290 masculinos e 28 161 femininos) e 45-64 anos (15 959 masculinos e

17 100 femininos). Outros grupos etários relevantes incluíram 15-24 anos (7 837 masculinos e 13 979 femininos) e 65-74 anos (7 644 masculinos e 7 557 femininos), representando em conjunto cerca de 64,2% do total de atendimentos.

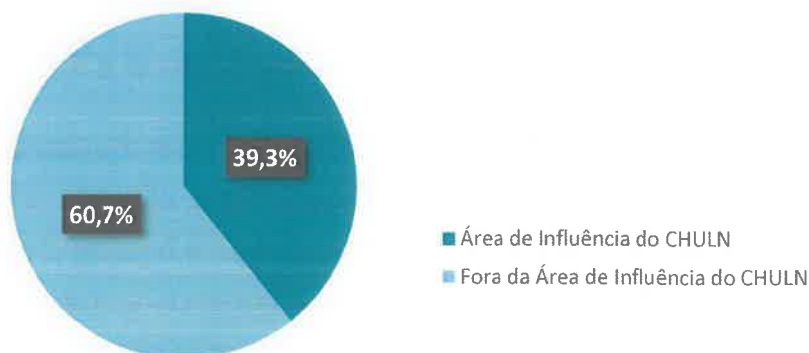
### Atendimentos por Faixa Etária



No que respeita à área de residência dos utentes, em 2025, os atendimentos realizados a utentes fora da área de influência direta da ULSSM representaram 126 282 atendimentos, evidenciando a procura nacional pelos serviços de urgência.

Entre os utentes residentes na área de influência direta da ULSSM registaram-se 70 760 atendimentos (39,3%), incluindo o concelho de Mafra (15 217 atendimentos) e as freguesias do concelho de Lisboa integradas nesta área (55 543 atendimentos). Ainda no concelho de Lisboa, contabilizaram-se 15 821 atendimentos adicionais relativos a utentes residentes em freguesias fora da área de influência direta.

### Atendimentos por Área de Influência do CHULN

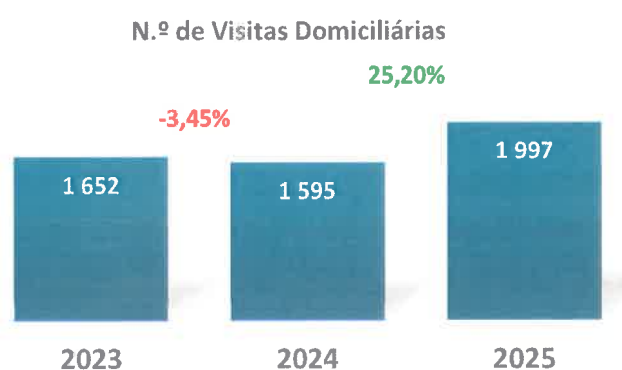


Ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, destacaram-se ainda os concelhos de Loures (16 746 atendimentos), Sintra (12 672), Odivelas (14 237) e Amadora (9 239), evidenciando que a procura se concentra maioritariamente na área de influência direta e na Área Metropolitana de Lisboa.

Para além do distrito de Lisboa, a procura de utentes de fora da área de influência direta concentrou-se sobretudo nos distritos de Setúbal (11 461 atendimentos), Santarém (3 116) e Leiria (2 624), mantendo-se relevante a procura nacional pelos serviços de urgência.

## 2.9 Apoio Domiciliário

Em 2025, o serviço de Apoio Domiciliário registou 1 997 visitas, correspondendo a um aumento de 25,2% face ao ano anterior, depois de uma ligeira redução de 3,5% em 2024 relativamente a 2023. Este crescimento evidencia uma maior utilização do serviço e reforça a sua importância na prestação de cuidados aos utentes no domicílio.



## 2.10 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

Em 2025, a atividade dos MCDT totalizou 9 297 926 atos, representando um aumento de 1,2% face ao ano anterior, depois de um crescimento de 4,3% entre 2023 e 2024. Destacam-se os aumentos em áreas como Imagiologia/Ressonância Magnética (+18,8%), Oftalmologia (+11,7%) e Psiquiatria (+17,0%), enquanto algumas áreas registaram decréscimos, nomeadamente Pneumologia/Reabilitação Respiratória (-96,4%) e Cirurgia Maxilo-Facial (-48,5%). A Patologia Clínica manteve um volume elevado, com 7 460 739 atos, representando o núcleo mais

expressivo da atividade laboratorial e analítica. Em termos gerais, observa-se estabilidade nos grandes grupos de exames, com oscilações significativas em procedimentos específicos e técnicas especializadas.

Grupo de Exames	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
<b>Anatomia Patológica</b>	118 076	125 827	127 390	6,6%	1,2%
Diagnóstico por Autópsia	568	308	402	-45,8%	30,5%
Diagnóstico por Citopatologia	12 494	12 820	12 176	2,6%	-5,0%
Diagnóstico por Histopatologia	35 909	38 399	34 480	6,9%	-10,2%
Exames Especiais	69 105	74 300	80 332	7,5%	8,1%
<b>Anestesiologia</b>	3 756	4 901	6 121	30,5%	24,9%
<b>Medicina da Dor</b>	648	526	622	-18,8%	18,3%
<b>Cardiologia</b>	63 743	72 177	71 229	13,2%	-1,3%
Atos de Diagnóstico	59 982	67 731	67 174	12,9%	-0,8%
Electrocardiografia	29 973	38 404	38 416	28,1%	0,0%
Ecocardiografia	15 278	17 660	18 992	15,6%	7,5%
Cateterismo Cardíaco	4 548	4 886	5 000	7,4%	2,3%
Outros Estudos	1 907	6 781	4 766	255,6%	-29,7%
Atos Terapêuticos	3 587	4 209	3 765	17,3%	-10,5%
Outros	174	237	290	36,2%	22,4%
<b>Cirurgia Maxilo-Facial</b>	258	641	330	148,4%	-48,5%
<b>Dermatologia</b>	3 664	2 763	4 575	-24,6%	65,6%
<b>Estomatologia</b>	4 883	4 369	6 167	-10,5%	41,2%
<b>Estudos do Sono</b>	3 799	3 593	3 358	-5,4%	-6,7%
<b>Gastrenterologia</b>	22 264	22 768	26 356	2,3%	15,8%
Técnicas Endoscópicas	19 622	21 099	22 299	7,5%	5,7%
Técnicas Não Endoscópicas	2 488	1 519	3 825	-38,9%	151,8%
Estudos Funcionais	154	150	232	-2,6%	54,7%
<b>Genética</b>	11 069	10 509	10 008	-5,1%	-4,8%
<b>Ginecologia / Obstetrícia</b>	4 176	6 872	7 263	64,6%	5,7%
PMA	650	795	790	22,3%	-0,6%
IVG	595	885	756	48,7%	-14,6%
Outros	2 931	5 192	5 717	77,1%	10,1%
<b>Medicina da Reprodução</b>	1 167	542	707	-53,6%	30,4%
<b>Imagiologia/Radiologia</b>	462 188	480 803	467 708	4,0%	-2,7%
Angiografia	2 876	2 596	3 161	-9,7%	21,8%
Radiologia de Intervenção	3 940	4 127	3 631	4,7%	-12,0%
Ecotomografia (Ecografia)	68 117	78 155	71 944	14,7%	-7,9%
Ressonância Magnética (RM)	25 475	29 554	35 120	16,0%	18,8%
Tomografia Computorizada (TC)	136 764	144 016	142 612	5,3%	-1,0%
RX Convencional	225 016	222 355	211 240	-1,2%	-5,0%
<b>Imuno-Alergologia</b>	10 016	13 149	13 157	31,3%	0,1%
<b>Imuno-Hemoterapia</b>	138 942	143 254	140 422	3,1%	-1,9%
Análises	128 155	132 033	129 698	3,0%	-1,8%
Procedimentos	10 787	11 221	10 724	4,0%	-4,4%
<b>Unidades Terapêuticas de Sangue e Outros</b>	30 547	27 931	25 870	-8,6%	-7,4%
<b>Serviços Prestados pelo IPST, IP</b>					
Crioconservação e Cultura de Tecidos	2 279	412	2 456	-81,9%	496,1%
<b>Medicina Física e Reabilitação</b>	321 378	337 196	360 680	4,9%	7,0%
<b>Nefrologia</b>	13 592	13 221	13 184	-2,7%	-0,3%
<b>Neurofisiologia, Neurologia e Outros Proc. Disc. N.</b>	17 955	16 727	18 385	-8,8%	9,9%
Eletoencefalografia	4 553	3 659	4 241	-19,6%	15,9%

Grupo de Exames	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
Eletromiografia	2 988	3 418	3 518	14,4%	2,9%
Neuropsicologia	1 046	1 171	1 859	12,0%	58,8%
Potenciais Evocados Somato-Sensitivos e S.	212	187	212	-11,8%	13,4%
Ultrassonografia	8 677	7 880	8 189	-9,2%	3,9%
Outros	479	412	366	-14,0%	-11,2%
<b>Procedimentos de Neurodesenvolvimento</b>	<b>1 316</b>	<b>1 260</b>	<b>1 960</b>	<b>-4,3%</b>	<b>55,6%</b>
Oftalmologia	61 181	74 318	82 979	21,5%	11,7%
Oncologia Médica	25 708	34 885	33 364	35,7%	-4,4%
Ortopedia	3 898	4 184	3 814	7,3%	-8,8%
Otorrinolaringologia	14 320	14 884	18 498	3,9%	24,3%
<b>Patologia Clínica</b>	<b>7 103 094</b>	<b>7 355 071</b>	<b>7 460 739</b>	<b>3,5%</b>	<b>1,4%</b>
Bioquímica	5 615 478	5 809 236	5 888 784	3,5%	1,4%
Hematologia e Hemóstase	880 314	907 140	917 810	3,0%	1,2%
Imunologia	250 764	271 580	280 144	8,3%	3,2%
Microbiologia	356 538	367 115	374 001	3,0%	1,9%
<b>Pneumologia</b>	<b>61 464</b>	<b>67 095</b>	<b>68 639</b>	<b>9,2%</b>	<b>2,3%</b>
Fisiopatologia respiratória	45 482	52 018	52 683	14,4%	1,3%
Ventilação não invasiva	6 914	7 355	9 113	6,4%	23,9%
Técnicas endoscópicas	5 647	5 557	5 335	-1,6%	-4,0%
Técnicas não Endoscópicas	1 583	1 466	1 457	-7,4%	-0,6%
Reabilitação Respiratória	1 812	661	24	-63,5%	-96,4%
Outros	26	38	27	46,2%	-28,9%
<b>Psiquiatria</b>	<b>23 920</b>	<b>35 617</b>	<b>41 682</b>	<b>48,9%</b>	<b>17,0%</b>
<b>Radioterapia/Radioncologia</b>	<b>45 721</b>	<b>47 393</b>	<b>43 891</b>	<b>3,7%</b>	<b>-7,4%</b>
Tratamentos Simples	5 179	2 723	1 384	-47,4%	-49,2%
Tratamentos Complexos	28 667	31 993	30 906	11,6%	-3,4%
Radiocirurgia	45	70	74	55,6%	5,7%
Braquiterapias	288	403	305	39,9%	-24,3%
Outros	11 542	12 204	11 222	5,7%	-8,0%
<b>Reumatologia</b>	<b>3 235</b>	<b>3 151</b>	<b>3 151</b>	<b>-2,6%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Serviços e Técnicas Gerais</b>	<b>222 272</b>	<b>254 153</b>	<b>227 949</b>	<b>14,3%</b>	<b>-10,3%</b>
<b>Urologia</b>	<b>4 733</b>	<b>4 410</b>	<b>5 272</b>	<b>-6,8%</b>	<b>19,5%</b>

Em 2025, a ULSSM assegurou internamente 98,7% dos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) realizados, demonstrando uma elevada autonomia na prestação destes serviços. A maioria dos grupos, incluindo Patologia Clínica, Imagiologia, Cardiologia e Psiquiatria, registou percentagens próximas de 100% de realização interna. As exceções verificam-se em Medicina Nuclear, Oxigenoterapia Hiperbárica e alguns exames especializados para os quais a instituição não dispõe de equipamentos ou técnicas implementadas. Os procedimentos de Transplantação de Tecidos e Órgãos são integralmente realizados no Instituto Português do Sangue e da Transplantação. Nos restantes casos, os exames efetuados no exterior refletem limitações temporárias da capacidade instalada, permitindo assegurar resposta adequada às necessidades assistenciais dos dois hospitais da ULSSM (HSM e HPV).

2025 Grupo de Exames	Realizados na ULSSM	Realizados no Exterior	Peso %
Anatomia Patológica	127 390	1 031	99,2%
Anestesiologia	6 121	9	99,9%
Medicina da Dor	622		100,0%
Cardiologia	71 229	1	100,0%
Cirurgia Maxilo-Facial	330		100,0%
Dermatologia	4 575		100,0%
Estomatologia	6 167		100,0%
Estudos do Sono	3 358		100,0%
Gastroenterologia	26 356	15	99,9%
Genética	10 008	16 912	37,2%
Ginecologia / Obstetrícia	7 263	138	98,1%
Medicina da Reprodução	707	1	99,9%
Imagiologia/Radiologia	467 708	79 216	85,5%
Imuno-Alergologia	13 157		100,0%
Imuno-Hemoterapia	140 422	759	99,5%
Unidades Terapêuticas de Sangue e Outros Serviços Prestados pelo IPST, IP	25 870	2 457	91,3%
Crioconservação e Cultura de Tecidos	2 456	97	96,2%
Medicina Física e Reabilitação	360 680		100,0%
Medicina Nuclear	0	6 298	0,0%
Nefrologia	13 184	16	99,9%
Neurofisiologia, Neurologia e Outros Procedimentos de Disciplinas Neurológicas	18 385	531	97,2%
Procedimentos de Neurodesenvolvimento	1 960	1	99,9%
Oftalmologia	82 979		100,0%
Oncologia Médica	33 364		100,0%
Ortopedia	3 814		100,0%
Otorrinolaringologia	18 498		100,0%
Patologia Clínica	7 460 739	14 078	99,8%
Pneumologia	68 639		100,0%
Psiquiatria	41 682		100,0%
Radioterapia/Radioncologia	43 891	14	100,0%
Reumatologia	3 151		100,0%
Serviços e Técnicas Gerais	227 949	2 370	99,0%
Transplantação de Tecidos e Órgãos	0	24	0,0%
Urologia	5 272		100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>9 297 926</b>	<b>123 968</b>	<b>98,7%</b>

## 2.11 Acesso aos Cuidados de Saúde

Em 2025, a ULSSM manteve o acompanhamento e gestão do acesso aos cuidados de saúde, com foco na Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) e na Lista de Espera para Primeiras Consultas via CTH. Esta monitorização permitiu identificar áreas críticas e apoiar a tomada de decisão para a melhoria da capacidade de resposta dos serviços.

Segue-se a análise detalhada destes resultados.

### Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC)

Ao longo de 2025, a ULSSM registou um aumento do número de doentes inscritos na Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC), passando de 10 611 em 2024 para 13 198, o que corresponde a um crescimento de 24,4%. A mediana do tempo de espera para cirurgia aumentou para 121 dias (+16,3%), refletindo o aumento da procura e da complexidade do planeamento cirúrgico, enquanto o tempo médio de espera subiu para 205,76 dias (+9,1%).

O quadro seguinte apresenta alguns dos principais indicadores da lista de espera, refletindo o desempenho da ULSSM.

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
N.º Inscritos em LIC	9 953	10 611	13 198	6,6%	24,4%
Mediana de Tempo de Espera (dias)	91,0	104,0	121,0	14,3%	16,3%
Tempo Médio de Espera (dias)	189,47	188,66	205,76	-0,4%	9,1%
% Doentes Operados <TMRG	86,90	87,72	87,05	1,0%	-0,8%
% Doentes Prioritários Inscritos	8,22	5,39	5,30	-34,4%	-1,8%
% Doentes Oncológicos em LIC > TMRG	22,13	18,13	24,68	-18,1%	36,1%
% Doentes em LIC > 12 meses	13,72	12,66	15,07	-7,8%	19,1%
% Doentes em LIC com TE <TMRG	68,20	69,19	62,75	1,5%	-9,3%

A percentagem de doentes operados em tempo adequado manteve-se próxima de 87%, com uma ligeira diminuição de 0,8 pontos percentuais face a 2024. O peso dos doentes prioritários inscritos na LIC manteve-se estável, em torno de 5,3%, enquanto a proporção de doentes oncológicos com tempo de espera superior ao TMRG aumentou para 24,7% (+36,1% face a 2024). A percentagem de doentes com tempo de espera superior a 12 meses passou para 15,1% (+19,1% face a 2024), e a proporção de doentes com Tempo de Espera inferior ao TMRG diminuiu para 62,8% (-9,3% face a 2024).

Estes indicadores evidenciam uma pressão crescente sobre a capacidade cirúrgica, apesar da manutenção de níveis relativamente elevados de cirurgias realizadas em tempo adequado.

### Lista de Espera para 1ª Consultas via CTH

Ao longo de 2025, a ULSSM registou um total de 238 872 primeiras consultas realizadas, ligeiramente inferior às 242 056 de 2024 (-1,3%). Das quais, 49 316 foram efetuadas via CTH, correspondendo a 20,6% do total, ligeiramente abaixo do valor do ano anterior (-4,9%).

1ª Consultas Realizadas	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
Primeiras Consultas Médicas	175 094	190 407	189 556	8,7%	-0,4%
Primeiras Consultas via CTH	51 369	51 649	49 316	0,5%	-4,5%
<b>Total de Primeiras Consultas</b>	<b>226 463</b>	<b>242 056</b>	<b>238 872</b>	6,9%	-1,3%
% Primeiras consultas realizadas via CTH	21,2%	21,7%	20,6%	2,3%	-4,9%

No que respeita aos pedidos de primeira consulta via CTH, o número em espera aumentou para 33 050 (+22,3% face a 2024), refletindo uma pressão crescente sobre o sistema. O tempo médio de avaliação do pedido através da triagem registou 14,9 dias (+55,2% face a 2024), enquanto o tempo médio de espera para a primeira consulta via CTH aumentou para 244,7 dias (+7,6% face a 2024). A percentagem de primeiras consultas realizadas em tempo inferior ao TMRG subiu para 57,3% (+2,9 pontos percentuais face a 2024), com o tempo médio de resposta a estas consultas a situar-se em 136,5 dias (+3,3% face a 2024).

Pedidos de 1ª consulta via CTH	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
Número de pedidos em Espera	25 471	27 019	33 050	6,1%	22,3%
Tempo Médio de avaliação do pedido - Triagem (dias)	21,06	9,60	14,90	-54,4%	55,2%
Tempo Médio de Espera para 1ª Consulta (dias) via CTH	221,41	227,38	244,71	2,7%	7,6%
% 1ª Consultas realizadas (CTH) <TMRG	54,5%	55,7%	57,3%	2,2%	2,9%
Tempo Médio de Resposta de 1ª consultas Realizadas (CTH) (dias)	129,50	132,15	136,48	2,0%	3,3%
Número de Pedidos em Espera > 9 Meses	3 111	4 246	6 117	36,5%	44,1%
% Pedidos em Espera <TMRG	29,1%	32,1%	33,0%	10,2%	2,7%

O número de pedidos em espera superior a 9 meses aumentou para 6 117 (+44,1% face a 2024), enquanto a proporção de pedidos em espera dentro do TMRG subiu ligeiramente para 33,0% (+2,7% face a 2024). Estes indicadores demonstram que, apesar da manutenção de níveis crescentes de consultas realizadas via CTH, persistem atrasos significativos em alguns pedidos, evidenciando a necessidade de reforço da capacidade de resposta.

## 2.12 Acesso aos Cuidados Primários

Ao longo de 2025, a ULSSM registou um total de 357 999 utentes inscritos nos cuidados primários, representando um aumento de 2,7% face a 2024. Deste total, 242 916 utentes tinham médico de família (+2,3% face a 2024), enquanto 115 083 permaneciam sem médico de família (+3,5% face a 2024).

O total de consultas médicas atingiu 805 607, ligeiramente abaixo das 814 659 de 2024 (-1,1%). As consultas médicas com presença do utente totalizaram 500 444 (-3,5% face a 2024), enquanto as consultas sem presença do utente subiram para 301 464 (+3,1% face a 2024). As consultas médicas realizadas ao domicílio situaram-se em 3 699, ligeiramente abaixo do valor de 2024 (-2,0%).

No âmbito das consultas de enfermagem, foram realizadas 452 208, representando um aumento de 2,9% face ao ano anterior. Dessas, 408 854 ocorreram nas unidades de saúde (+2,6% face a 2024) e 43 354 ao domicílio (+6,0% face a 2024).

As consultas realizadas por outros profissionais de saúde aumentaram significativamente para 40 457 (+35,1% face a 2024), destacando-se o crescimento expressivo nas áreas de cardiopneumologia (1 946; +74,7% face a 2024), fisioterapia (5 245; +32,1% face a 2024), nutrição (5 441; +125,9% face a 2024), terapia ocupacional (1 683; +21,9% face a 2024) e radiologia (5 508; +312,9% face a 2024). As restantes especialidades registaram variações mais moderadas ou decrescentes, como higiene oral (-37,2% face a 2024) e psicologia (+1,5% face a 2024).

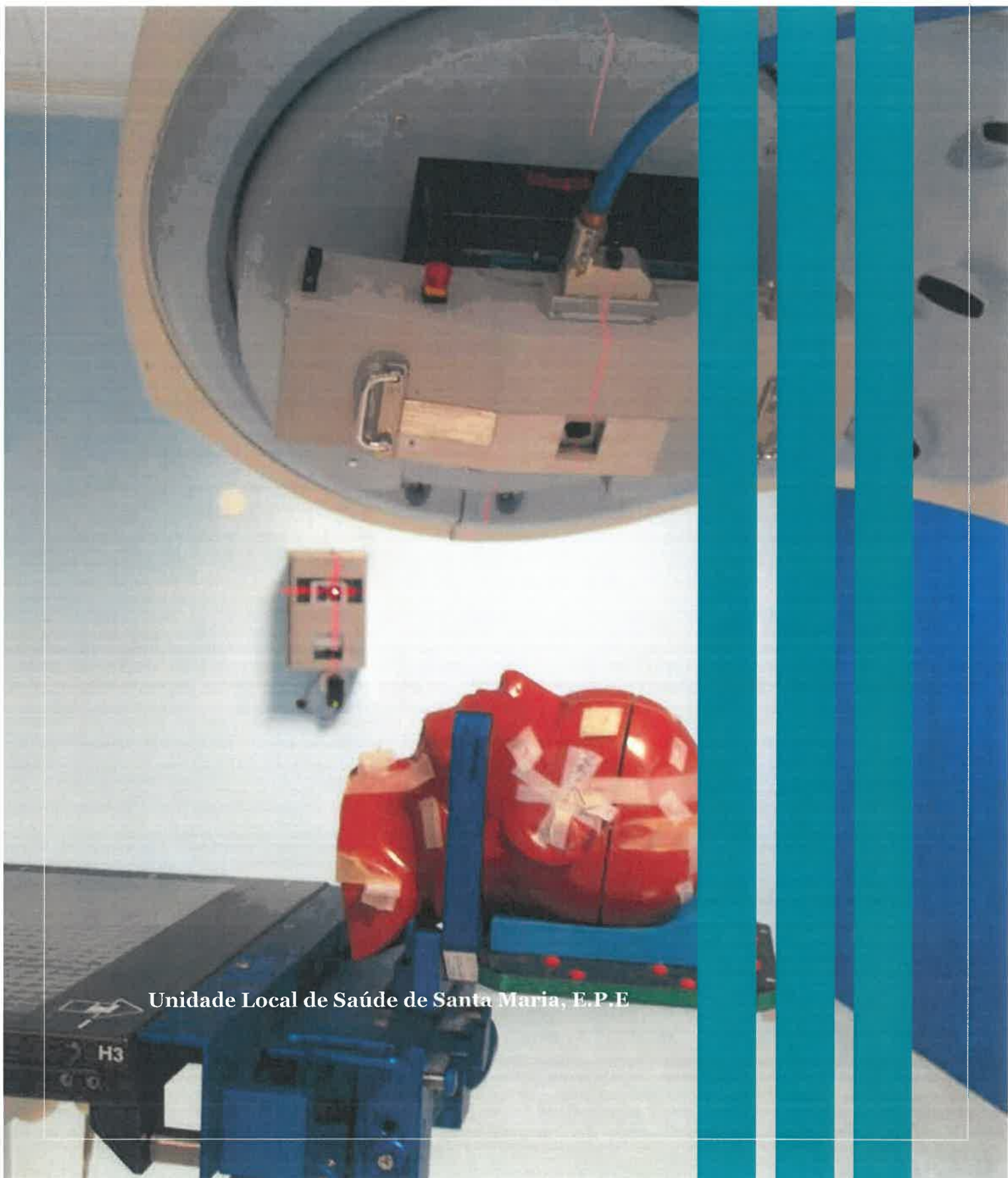
Estes dados evidenciam um reforço da atividade de cuidados primários, com destaque para a expansão de consultas de enfermagem, de outros profissionais e de serviços prestados ao domicílio, mantendo-se o foco no acompanhamento próximo dos utentes e no acesso a cuidados diversificados. Contudo, apesar deste reforço, o desafio estrutural fundamental da instituição mantém-se, mantendo-se uma parte significativa dos utentes sem médico de família (32%), o que limita a continuidade dos cuidados e coloca em risco a qualidade global do serviço prestado.

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
<b>Utentes Inscritos</b>					
<b>Total de Utentes Inscritos</b>	<b>355 034</b>	<b>348 712</b>	<b>357 999</b>	<b>-1,8%</b>	<b>2,7%</b>
Utentes com Médico de Família	243 279	237 494	242 916	-2,4%	2,3%
Utentes sem Médico de Família	111 755	111 218	115 083	-0,5%	3,5%
<b>Consultas Médicas</b>					
<b>Total de Consultas Médicas</b>	<b>796 099</b>	<b>814 659</b>	<b>805 607</b>	<b>2,3%</b>	<b>-1,1%</b>
Consultas Médicas Com a Presença do Utente	489 672	518 425	500 444	5,9%	-3,5%
Consultas Médicas Sem a Presença do Utente	302 967	292 459	301 464	-3,5%	3,1%
Consultas Médicas no Domicílio	3 460	3 775	3 699	9,1%	-2,0%
<b>Consultas de Enfermagem</b>					
<b>Total de Consultas de Enfermagem</b>	<b>406 488</b>	<b>439 508</b>	<b>452 208</b>	<b>8,1%</b>	<b>2,9%</b>
Consultas Enfermagem	368 142	398 619	408 854	8,3%	2,6%
Consultas Enfermagem no Domicílio	38 346	40 889	43 354	6,6%	6,0%

	2023	2024	2025	Δ % 24/23	Δ % 25/24
<b>Consultas de Outros Profissionais</b>					
<b>Total de Consultas de Outros Profissionais</b>	<b>28 358</b>	<b>29 938</b>	<b>40 457</b>	5,6%	35,1%
Cardiopneumologia	504	1 114	1 946	121,0%	74,7%
Fisioterapia	3 357	3 970	5 245	18,3%	32,1%
Higiene Oral	4 565	2 865	3 470	-37,2%	21,1%
Nutrição	2 600	2 409	5 441	-7,3%	125,9%
Psicologia	10 029	11 028	11 191	10,0%	1,5%
Serviço Social	5 982	5 832	5 973	-2,5%	2,4%
Terapia Ocupacional	1 319	1 381	1 683	4,7%	21,9%
Radiologia	2	1 334	5 508	66 600,0%	312,9%
Outras Especialidades Não Médicas	0	5	0	-	-100,0%

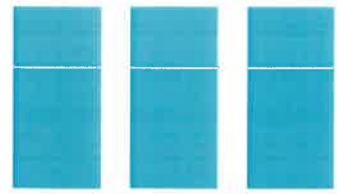
# Relatório e Contas

# 2025



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E

H3



# 3 Ensino e Formação

O Centro de Formação (CF) da Unidade Local de Saúde de Santa Maria (ULSSM) está integrado na estrutura de serviços de apoio geral da ULSSM, com a **atribuição** de promover o desenvolvimento e coordenação da formação de todos os colaboradores, visando a melhoria das competências profissionais e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao utente.

O CF tem como **missão**:

1. Contribuir para a valorização e otimização do capital humano, através da promoção e realização de produtos de formação profissional, ajustadas às necessidades diagnosticadas, estratégias definidas pela ULSSM e política nacional de saúde;
2. Facilitar o desenvolvimento da formação e informação entre os profissionais e as Instituições de Saúde visando uma assistência eficaz e eficiente, com qualidade e de excelência.

No âmbito da sua atuação, o CF presta serviços de formação profissional, nas formas de organização Presencial, E-learning e B-learning. Desenvolve a sua atividade em todas as fases do Ciclo Formativo: diagnóstico de necessidades de formação, conceção, desenvolvimento e inovação de produtos formativos, planeamento e organização de ações de formação, execução de ações de formação, avaliação e/ou certificação de aprendizagens.

## 3.1 Certificação do Centro de Formação

O Centro de Formação da ULSSM é acreditado pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) através do processo de renovação n.º 015719-10-2000 e despacho ministerial de 26 de janeiro de 2001.

Obteve, igualmente, a acreditação pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) em 9 de setembro de 2009. Com a publicação da Portaria n.º 851/2010 de 6 de

setembro, todas as entidades públicas formadoras na área da saúde e acreditadas pela DGERT passaram a ser exclusivamente acreditadas pela ACSS. Dessa forma, o CF é identificado como uma entidade equiparada a certificada pela DGERT, conforme estipulado pelo artigo 4.º da referida portaria.

O Centro de Formação desenvolve o Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, para o qual tem homologação do IEFP para a realização nas modalidades Presencial e B-Learning.

Com a extinção da Norma NP 4512:2012, foi decidido implementar a Norma ISO 21001:2020 – Sistemas de Gestão para Organizações Educativas/Formativas (SGOE). A certificação pela Norma ISO 21001:2020 surge como um marco fundamental para o CF, integrado no maior Centro Hospitalar do país, conferindo reconhecimento internacional à qualidade da gestão formativa e ao compromisso com o desenvolvimento profissional.

Adicionalmente, o CF da ULSSM obteve a Autorização de Funcionamento do Percurso Formativo "Auxiliar de Saúde" em 14 de julho de 2024, no âmbito do Decreto-Lei n.º 120/2023 de 22 de dezembro, concedida pela ANQEP, conferindo à ULSSM autonomia na gestão e oferta desta formação profissional.

### 3.2 Dados Gerais

Durante o ano de 2025, o Centro de Formação da ULS Santa Maria concebeu, planeou, realizou e avaliou um conjunto alargado e diversificado de produtos formativos, enquadrados nos projetos formativos em vigor, assegurando uma resposta contínua às necessidades de desenvolvimento profissional dos trabalhadores da instituição e ao cumprimento dos objetivos estratégicos organizacionais.

À semelhança de anos anteriores, os produtos formativos desenvolvidos integraram duas grandes tipologias:

- **Cursos / Ações de Formação**, enquanto atividades estruturadas de aprendizagem com objetivos previamente definidos;
- **Sessões Formativas, Conferências e Jornadas**, enquanto ações de curta duração, vocacionadas para a sensibilização, atualização e disseminação de conhecimento.

Demonstram-se, seguidamente, os indicadores gerais de toda a atividade formativa desenvolvida em 2025, representados sucintamente nos quadros infra:

### N.º Produtos Formativos, n.º Formandos Aprovados, N.º de Horas

Indicadores	2024	2025	Δ % 25/24
N.º Produtos Formativos	326	367	12,6%
N.º Formandos	8 116	10 258	26,4%
N.º Formandos Aprovados	7 269	8 491	16,8%
N.º Horas	5 996	8 503	41,8%

No ano de 2025 foram desenvolvidos 367 produtos formativos, registando-se um crescimento de 12,6%.

O número total de formandos ascendeu a 10.258, representando um crescimento significativo de 26,4% face ao ano anterior. Este aumento reflete uma maior adesão dos profissionais às iniciativas formativas, traduzindo o reconhecimento da relevância, qualidade e pertinência da oferta formativa disponibilizada.

Relativamente aos formandos aprovados, regista-se um incremento de 16,8% em comparação com 2024. Estes valores demonstram a eficácia das ações de formação, bem como o elevado nível de envolvimento e empenho dos participantes.

O número total de horas de formação ministradas atingiu 8.503 horas, representando um aumento muito expressivo de 41,8% face a 2024. Este crescimento evidencia não apenas o aumento do número de ações realizadas, mas também uma aposta em percursos formativos mais extensos e aprofundados, potenciadores de uma aprendizagem mais sólida e estruturada.

O quadro seguinte relaciona as áreas de formação com o n.º de produtos formativos, n.º de formandos e n.º de horas ministradas.

Sendo a Saúde o *core business* da ULSSM e sendo a classe médica e a classe de enfermagem as classes predominantes nas ações de formação, não é surpreendente que o mesmo se reflita nos valores apurados na classificação 72-Saúde.

**Relação entre áreas de formação, n.º de produtos formativos, n.º de formandos e n.º de horas ministradas**

Área de Formação	N.º Produtos Formativos	N.º Formandos	N.º horas
346 - Secretariado e trabalho administrativo	25	455	94
347 - Enquadramento na organização/empresa	28	813	131
<b>34 - Ciências Empresariais</b>	<b>53</b>	<b>1 268</b>	<b>225</b>
380 - Direito	9	297	9
<b>38 - Direito</b>	<b>9</b>	<b>297</b>	<b>9</b>
482 - Informática na ótica do utilizador	3	7	24
<b>48 - Informática</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>24</b>
721 - Medicina	74	2 227	512
723 - Enfermagem	65	1 459	1 074
725 – Tecnologias de Diagnóstico Terapêutico	15	783	19
726 – Terapia e Reabilitação	7	307	29
729 - Saúde - programas não classificados noutra área de formação	78	2 590	6 517
<b>72 - Saúde</b>	<b>239</b>	<b>7 366</b>	<b>8 151</b>
853 - Serviços de Saúde Pública	2	23	2
861 - Proteção de Pessoas e Bens	31	531	40
862 – Higiene e Segurança no Trabalho	30	766	54
<b>86 - Serviços de Segurança</b>	<b>63</b>	<b>1 320</b>	<b>96</b>
<b>Total</b>	<b>367</b>	<b>10 258</b>	<b>8 505</b>

# Relatório e Contas

# 2025

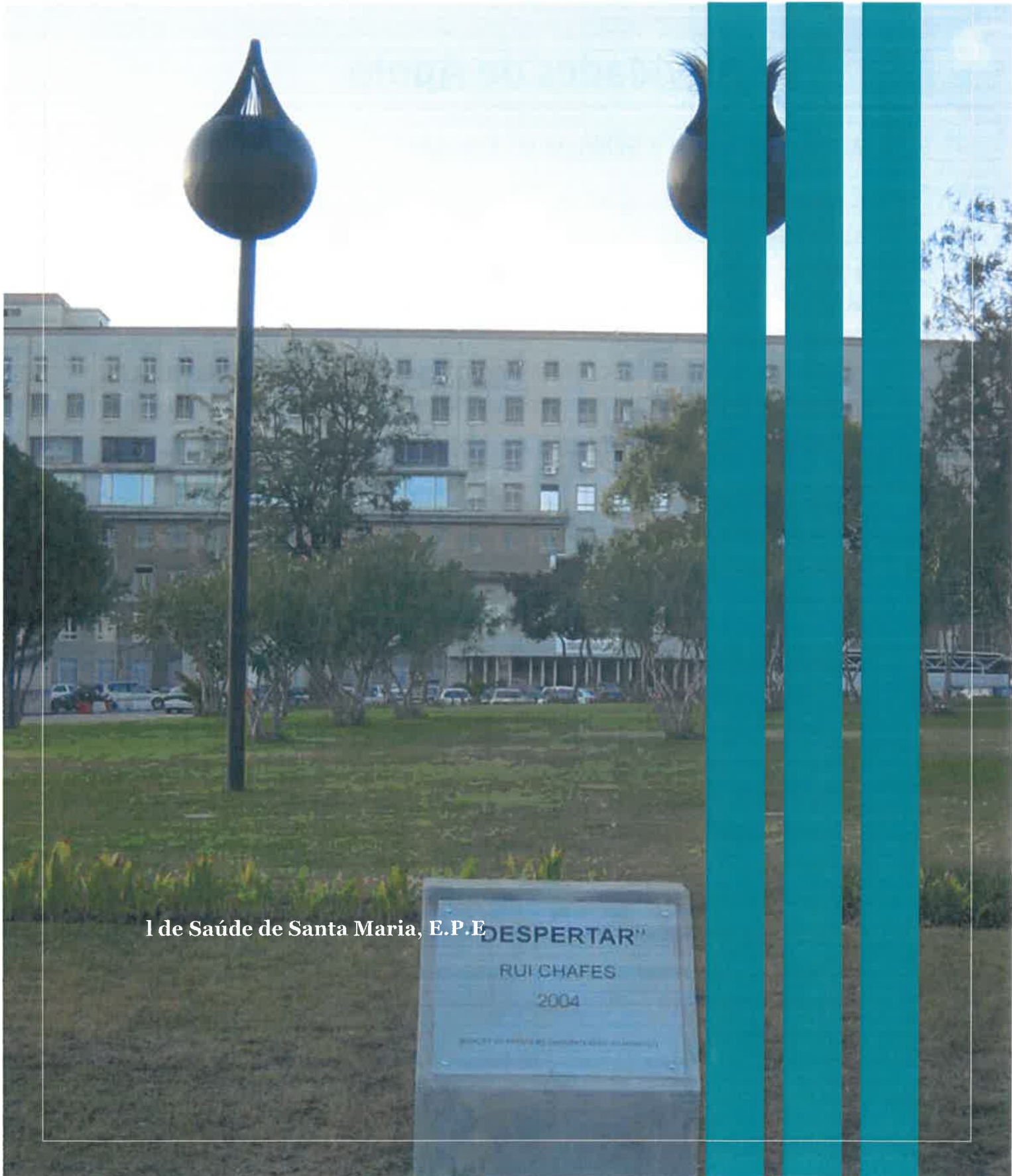
I de Saúde de Santa Maria, E.P.E

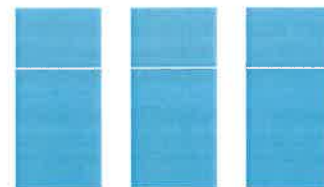
"DESPERTAR"

RUI CHAFES

2004

INSTITUTO DE SAÚDE DE SANTA MARIA - E.P.E





# 4 Atividades de Apoio

## 4.1 Serviço Social e Gabinete do Cidadão

O Serviço Social e Gabinete do Cidadão (SSGC) da ULSSM constitui uma unidade nuclear que integra os Serviços de Apoio Clínico e configura-se como elo de ligação e interlocutor privilegiado entre o utente, a família, a equipa terapêutica e a comunidade. Tendo como pilares fundamentais os princípios dos Direitos Humanos e da Justiça Social, procura a resolução de problemas concretos, a prevenção de disfunções e a promoção da mudança, numa perspetiva emancipatória de capacitação e *empowerment*. Contempla uma visão integral da realidade, através do estudo, diagnóstico e intervenção orientada para o utente, adequando as respostas existentes às necessidades numa perspetiva holística.

Integrado no Serviço Social (SS) está o Gabinete do Cidadão (GC) definindo-se com um Serviço que consagra o direito de petição, por via do qual todos os cidadãos têm a faculdade de apresentar, junto de quaisquer autoridades, petições, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos.

O GC tem as seguintes atribuições legais:

- (i) proceder à receção centralizada, registo e tratamento de todas as exposições (atividade core do GC);
- (ii) potenciar a análise e tratamento das reclamações, como indicador de monitorização das boas práticas assistenciais e de gestão;
- (iii) atendimento personalizado, humanizado, com foco na resolução de problemas e gestão de conflitos;
- (iv) reduzir a escrito as exposições orais, sempre que os cidadãos não o possam fazer;
- (v) informar os cidadãos dos seus direitos e deveres enquanto utilizadores dos serviços de saúde;
- (vi) verificar regularmente o grau de satisfação dos cidadãos;
- (vii) promover a divulgação do GC e da ULSSM na comunidade.

O GC da ULSSM, está sediado no Hospital de Santa Maria e é formado por 3 núcleos:

- Área de Cuidados de Saúde Hospitalares (ACSH) – dedicada aos Hospitais de Santa Maria e Pulido Valente, CDP Dr. Ribeiro Sanches e Centro de Atendimento Clínico
- Área de Cuidados de Saúde Primários (ACSP) – dedicada ao Agrupamento de Centros de Saúde de Lisboa Norte
- Área de Cuidados de Saúde Primários (ACSP) – dedicada ao Centro de Saúde de Mafra

#### 4.1.1 Atividade do Serviço Social

A atividade assistencial do SS-CSH, que abrange as grandes áreas funcionais de ação direta do Internamento, Ambulatório e Urgência, é seguidamente representada através de indicadores globais e setoriais.

##### 1. Atividade Assistencial Global

A análise global da atividade do SS-CSH ao longo de 2024 demonstra um crescimento de 6,1%, conforme se documenta no quadro seguinte.

##### Atividade Assistencial Global

Departamentos	Nº doentes acompanhados		Δ % 25/24
	2024	2025	
Cirurgia	1.169	914	-22
Coração e Vasos	1.637	1.790	9
Especialidades Cirúrgicas	3.069	2.849	-7
Medicina	6.366	6.231	-2
MCDT'S	148	258	74
Neurociências e Saúde Mental	4.195	5.085	21
Obstetrícia, Ginecologia e Medicina da Reprodução	474	1.084	129
Oncologia	1.369	1.382	0,9
Pediatria	1.784	1.949	9
Tórax	1.279	1.237	-3
Urgência e Medicina Intensiva	2.452	2.834	16
Unidade de Hospitalização Domiciliária	25	11	-56
Colaboradores CHULN	6	8	33
<b>TOTAL</b>	<b>23.973</b>	<b>25.632</b>	<b>7</b>

Fonte: Glintt – HS – Gestão de Informação do Serviço Social – ULSSM

## 2. Desempenho do Serviço Social no Planeamento da Alta Hospitalar

No âmbito do internamento hospitalar, um dos objetivos centrais da intervenção do assistente social é fazer coincidir a alta clínica com a alta social. Por este motivo, o planeamento da alta hospitalar assume especial relevância, constituindo um momento crucial para o sucesso da continuidade dos cuidados e de recuperação dos cidadãos. Contudo, devido a múltiplos fatores de natureza clínica, social, económica ou organizacional, nem sempre é possível concretizar este objetivo.

Após a assinatura da alta clínica, a responsabilidade pelo acompanhamento do processo de alta hospitalar é delegada no SS que, não dispondo de recursos ou respostas sociais próprias, atua como mediador intra e interinstitucional. Compete-lhe articular respostas formais, negociar soluções e orientar cuidadores, famílias e doentes no sentido de garantir condições adequadas de continuidade de cuidados e de regresso ao domicílio em segurança ou à resposta social mais ajustada.

Deste modo, importa caracterizar as situações que mais frequentemente condicionaram a efetivação da alta hospitalar.

Em 2025, dos 11.497 episódios sociais, apenas 462 doentes permaneceram internados por razões sociais, correspondendo a uma média de 51 dias de internamento inapropriado.

### Número de Situações Atendidas e Número de Situações de Protelamento (serviços de internamento e urgência central)

ANO	Episódios Sociais Internamento	Doentes Protelados			
		Nº protelados	% protelados	Nº dias protelamento	Demora Média
2024	10.712	334	3,1	9.156	27
2025	11.497	462	4,0	9.567	51
Δ % 25/24	7%	38%	0,9%	4%	89%

Fonte: Glintt – HS - Gestão de Informação do Serviço Social – ULSSM

Os indicadores analisados evidenciam um impacto significativamente positivo na atividade operacional da ULSSM. Verifica-se que foi possível assegurar a concretização das altas em áreas de elevada criticidade em 96% das situações acompanhadas pelo SS. A resposta social mais frequentemente geradora de protelamento de alta, foi o tempo de espera para comparticipação económica para integração em Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e Segurança Social.

### 3. Doentes integrados em camas de proximidade

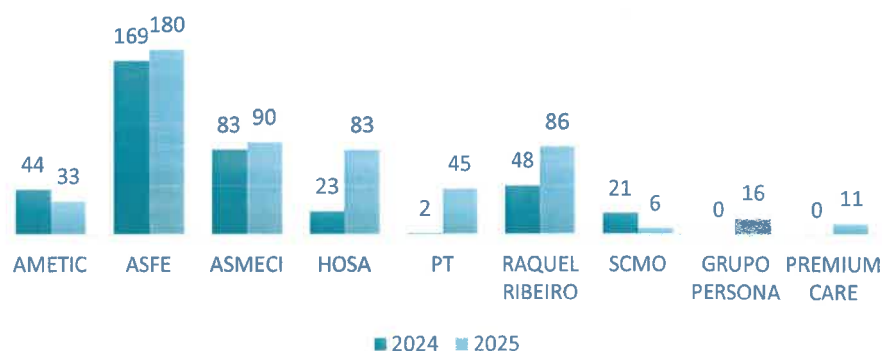
Tendo em linha de conta a afluência de utentes à nossa ULSSM e, conseqüentemente, a necessidade de garantir o bom funcionamento dos Serviços e a capacidade de resposta instalada, foi mantida a contratualização de camas de proximidade com IPSS e Instituições privadas.

Ao longo de 2025, estiveram integrados em cama de proximidade 550 doentes, incluindo 13 provenientes ainda de 2023, 86 provenientes de 2024 e os restantes admitidos no próprio ano, o que corresponde a um aumento de 40,3% face a 2024.

Dos 550 doentes acompanhados, 348 foram referenciados para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e 202 correspondiam a utentes que aguardavam resposta social — nomeadamente processos de maior acompanhado, pedidos de comparticipação económica para pagamento de lar privado e/ou cuidador privado, situações de regresso ao país de origem, entre outras necessidades específicas.

Em 2025 o número de doentes integrados por instituição, e à semelhança do ano anterior, foi mais acentuado na ASFE (180), justificado não só, pelo maior número de camas protocoladas com essa Instituição, como por na sua maioria corresponderem a doentes referenciados à RNCCI, a aguardar integração em Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR), cujo tempo médio de resposta para admissão em Unidade é menor, originando assim uma maior rotatividade.

#### Doentes Integrados em Cama de Proximidade por Instituição Contratualizada

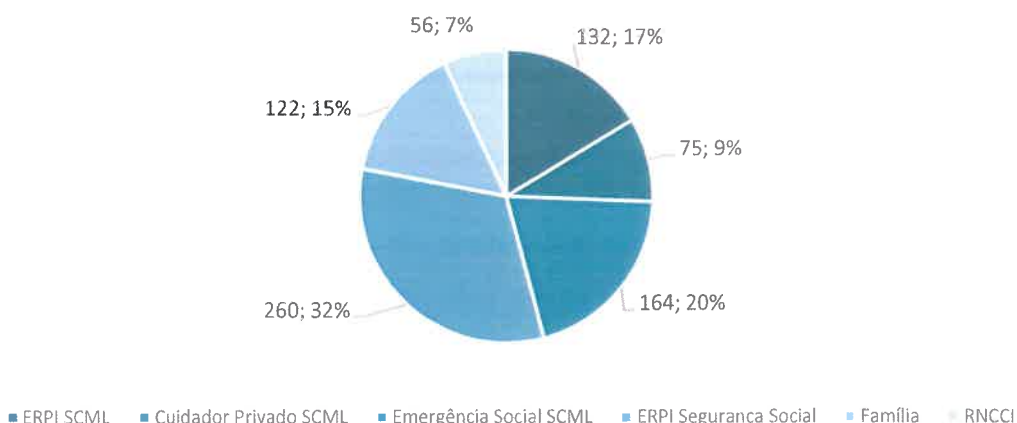


A análise da média de dias de permanência em cama de proximidade evidencia que os utentes a aguardar resposta social representam, de forma consistente, os casos com maior tempo de permanência. Esta realidade reflete a complexidade das situações sociais envolvidas, frequentemente associadas à ausência de cuidadores disponíveis, à vulnerabilidade

socioeconómica e à morosidade dos processos administrativos necessários para aceder a respostas formais.

Importa ainda sublinhar a crescente desresponsabilização de alguns familiares, que, perante a inexistência de custos associados à permanência em cama de proximidade, tendem a adiar decisões quanto à definição de soluções de continuidade de cuidados, criando entraves adicionais ao planeamento da alta. De igual modo, observa-se por vezes uma conduta de adiamento por parte de algumas instituições externas, que, sabendo não existir despesa para o utente durante esta permanência, retardam a disponibilização de respostas ou a conclusão de processos.

#### Média de Dias de Permanência em Cama de Proximidade por Tipologia

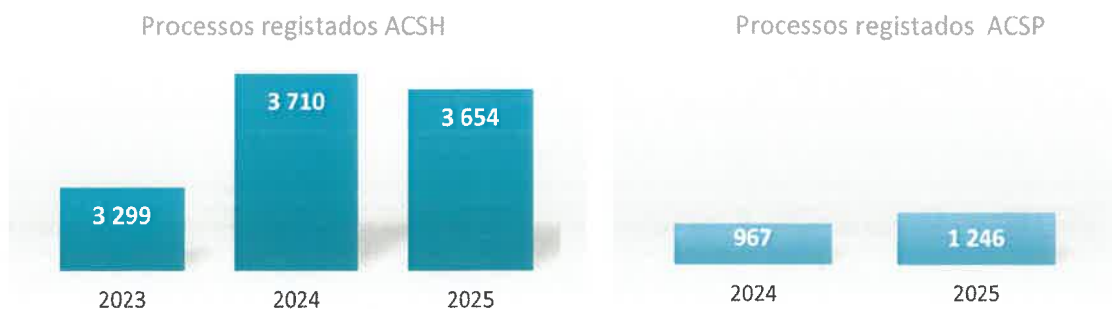


### 4.1.2 Atividade do Gabinete do Cidadão

Este capítulo apresenta os indicadores mais relevantes do movimento global do Gabinete do Cidadão (GC) da ULSSM designadamente, o tratamento de exposições nas suas diversas tipologias – reclamações, louvores, pedidos e sugestões – e os atendimentos personalizados efetuados pelos assistentes sociais no GC.

#### 1. Total de Processos

No ano de 2025 registaram-se no GC da ACSH, 3 654 processos, em todas as suas tipologias, o que corresponde a um decréscimo de 1,5% em relação a 2024.



Fonte: Base de Dados do GC – ULSSM

## 2. Processos por Tipologia

### 2.1. Área de Cuidados de Saúde Hospitalares (ACSH)

Da análise global dos processos da ACSH identificados na tabela infra, verificou-se um expressivo crescimento dos louvores (13,6%) e uma diminuição dos pedidos (6,5%) e das reclamações (7,3%) e sugestões (52,6%).

#### Processos por Tipologia ACSH

Tipo de ocorrência	2023	2024	2025	Var % 25/24
Louvores	784	1 054	1 197	13,6%
Pedidos	344	387	362	-6,5%
Reclamações	2 150	2 250	2 086	-7,3%
Sugestões	21	19	9	-52,6%
<b>TOTAL</b>	<b>3 299</b>	<b>3 710</b>	<b>3 654</b>	<b>-1,5%</b>

Fonte: Base de Dados do Gabinete do Cidadão ACSH - ULSSM

### 2.2. Área de Cuidados de Saúde Primários (ACSP)

Em 2025, o GC da ACSP registou um total de 1 246 processos, em todas as suas tipologias, dos quais aproximadamente 74% correspondem a reclamações.

#### Processos por Tipologia ACSP

Tipo de ocorrência	2023	2024	2025	Var % 25/24
Louvores	n.d	195	260	33,3%
Reclamações	n.d	772	918	18,8%
Pedidos			66	100%
Sugestões	n.d	4	2	-50%
<b>TOTAL</b>	<b>n.d</b>	<b>967</b>	<b>1 246</b>	<b>28,8%</b>

### 3. Reclamações por Temas

#### 3.1. Área de Cuidados de Saúde Hospitalares (ACSH)

Em 2025 a maior proporção de menções nas reclamações diz respeito ao Acesso a Cuidados de Saúde, representando 23,4% do total. Seguem-se as categorias Cuidados de Saúde e Segurança do Doente e Tempos de Espera, com 18,3% e 17,5%, respetivamente.

##### Reclamações por Temas ACSH

Temas	2023	2024	2025	Var % 24/23
Acesso a Cuidados de Saúde	371	425	579	36,2%
Cuidados de Saúde e Segurança do Doente	376	401	454	13,2%
Focalização no Utente	373	263	313	19%
Instalações e Serviços Complementares	114	218	98	-55%
Procedimentos Administrativos	359	326	354	8,6%
Questões Financeiras	38	62	20	-67,7%
Tempos de Espera	559	516	433	-16,1%
Outros Temas	233	251	228	-9,2%
<b>Total de Menções</b>	<b>2 423</b>	<b>2 462</b>	<b>2 479</b>	<b>0,7%</b>

#### 3.2. Área de Cuidados de Saúde Primários (ACSP)

Na Área de Cuidados de Saúde Primários a temática mais mencionada nas reclamações refere-se ao Acesso a Cuidados de Saúde - com 33,3% das menções -, seguindo-se os Cuidados de Saúde e Segurança do Doente e os Procedimentos Administrativos com 22,5% e 17,4% das menções, respetivamente.

##### Reclamações por Temas ACSP

Temas	2023	2024	2025	Var % 25/24
Acesso a Cuidados de Saúde	n.d	313	327	4,5%
Cuidados de Saúde e Segurança do Doente	n.d	212	218	2,8%
Focalização no Utente	n.d	137	107	-21,9%
Instalações e Serviços Complementares	n.d	30	15	-50%
Procedimentos Administrativos	n.d	164	178	8,5%
Questões Financeiras	n.d	4	12	200%
Tempos de Espera	n.d	80	98	22,5%
Outros Temas	n.d	1	7	600%
<b>Total de Menções</b>	<b>n.d</b>	<b>941</b>	<b>962</b>	<b>2,3%</b>

## 4.2 Serviço de Saúde Ocupacional

A missão do Serviço de Saúde Ocupacional (SSO) centra-se na proteção da saúde e segurança dos trabalhadores da ULSSM no que respeita, essencialmente, à prevenção dos riscos de natureza profissional (“problemas de saúde” ligados ao trabalho) e ainda à promoção da sua saúde no local de trabalho. Como política de Saúde, Segurança e Higiene do Trabalho pretende-se contribuir para a manutenção da saúde e da capacidade de trabalho dos trabalhadores da ULSSM, tendo em consideração o binómio trabalho/saúde.

Para tal, o SSO tem desenvolvido vários programas de gestão de riscos profissionais que visam a minimização dos riscos associados ao trabalho e ainda a promoção da saúde dos trabalhadores. Esses programas, incluem diversas ações que, globalmente, se enquadram em sete grandes áreas de intervenção:

- A vigilância da saúde de acordo com os fatores de risco presentes no local de trabalho, tendo em consideração a intensidade da exposição, a suscetibilidade individual e os potenciais riscos para a saúde. É realizada através de consultas de Medicina do Trabalho, apoiadas por consultas de enfermagem. As consultas realizadas no âmbito da vigilância da saúde são designadas de exames de vigilância da saúde ou, simplesmente, exames de saúde;
- A avaliação médica da aptidão para o trabalho, que tem como objetivos a adaptação da atividade à situação concreta de saúde do trabalhador, de forma a minimizar o risco para a sua saúde e para a segurança e saúde de terceiros, mantendo a sua capacidade de trabalho;
- A promoção e a educação para a saúde que inclui, entre outras ações, a vacinação dos profissionais, a motivação para a adoção de estilos de vida saudáveis e o acompanhamento de trabalhadores no âmbito da promoção da saúde, além da literacia relativamente à adoção de medidas de prevenção contra riscos de natureza profissional;
- A monitorização de profissionais em que se verificou uma exposição não protegida a agentes biológicos, agente químicos ou a outros agentes de natureza profissional;
- A análise, o acompanhamento médico e a gestão dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais;
- A vigilância do ambiente de trabalho, que permite a identificação, quantificação e controlo da exposição a fatores de risco de natureza profissional nos locais de trabalho, com elaboração de matrizes de avaliação de riscos profissionais e de pareceres técnicos com propostas de medidas preventivas ou corretivas que minimizem os riscos identificados;

- A formação e informação para a saúde e segurança dos trabalhadores no local de trabalho.

O Serviço de Saúde Ocupacional da ULSSM é considerado pelo Colégio da Ordem dos Médicos um Serviço idóneo com excelentes capacidades formativas, pelo que maximiza o maior número possível de internos da formação específica.

O Serviço de Saúde Ocupacional é certificado pela NP EN ISO 9001:2015 para a prestação de serviços internos de saúde, segurança e higiene do trabalho desde 2016.

Sintetizam-se os resultados da atividade desenvolvida em 2025 pelo Serviço de Saúde Ocupacional, por áreas predominantes de atividade:

- Saúde do Trabalho
- Segurança e Higiene do Trabalho
- Formação sobre prevenção de riscos profissionais e promoção da saúde
- Participações diversas do SSO
- Atividades de ensino e formação pré e pós-graduada em Saúde Ocupacional
- Atividades científicas e de investigação

#### Principais atividades do SSO relacionadas com a saúde do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2025
Exames de admissão/Periódicos/Ocasionais de Medicina do Trabalho (consultas de Medicina do Trabalho presenciais) a trabalhadores da ULSSM com registo clínico na aplicação informática específica do SSO	9.070
Consultas de Medicina do Trabalho registadas administrativamente na Aplicação da Gestão Hospitalar (inclui consultas presenciais e ainda consultas sem a presença do utente)	9.100
Contactos médicos diretos com chefias (ou outros) para readaptação profissional	185
Relatórios clínicos solicitados ao SSO e respondidos no prazo legalmente estabelecido	120 (100%)
Consultas de enfermagem	3.195
N.º de indivíduos incluídos e em programas de acompanhamento específicos	49
Intervenções breves no âmbito da promoção da saúde e prevenção dos riscos profissionais	1.869
Atos de enfermagem (excluindo administração de vacinas)	2.573
Número total de vacinas que administrou a profissionais	5.761
Número de administrações da vacina contra a gripe sazonal da época em curso	2.443
Número de administrações da vacina contra a COVID-19 da época em curso	1.485
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade contra a hepatite B	5.468 (71,8%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para o sarampo	5.813 (76,3%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para a parotidite	5.542 (72,7%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para a rubéola	5.517 (72,4%)
N.º de profissionais com investigação e registo de imunidade para a varicela	5.286 (69,4%)

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2025
Acompanhamento de situações com exposição não protegida de PS ao <i>Mycobacterium tuberculosis</i>	11 situações envolvendo 102 profissionais
N.º Profissionais que efetuaram IGRA para diagnóstico de tuberculose latente	654
Avaliação de situações e acompanhamento dos profissionais com exposição não protegida a ag. biológicos (excluindo SARS-CoV-2 e <i>Mycobacterium tuberculosis</i> )	13 situações envolvendo 223 profissionais
Avaliação de situações e acompanhamento dos profissionais com exposição não protegida /acidental a agentes de outras naturezas (química, física)	1 situação envolvendo 5 profissionais
Percentagem de AT com risco biológico com acompanhamento clínico e concluídos até um ano	100%
Acompanhamento de profissionais no âmbito da violência contra profissionais no local de trabalho (notificações recebidas no SSO)	56

IGRA- *Interferon Gama Release Assy*; PS – Profissionais de saúde; SSO – Serviço de Saúde Ocupacional

### Principais atividades do SSO relacionadas com a segurança e higiene do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2025
Análise e caracterização de postos de trabalho, incluindo postos de trabalho das DP notificadas	30 postos de trabalho individuais caracterizados
Visitas aos Serviços/Setores com atualização das matrizes de avaliação de riscos (MAR), caracterização quantitativa/qualitativa dos fatores de risco e com pareceres técnicos	37 visitas, com elaboração de matrizes de avaliação de risco e pareceres técnicos
Elaboração das Matrizes de Avaliação de Risco e de pareceres técnicos relativos à Anatomia Patológica e Patologia Clínica	Elaboradas 10 Matrizes de avaliação de riscos e 10 Pareceres Técnicos
Visitas aos locais de trabalho por solicitações específicas dos trabalhadores / Serviços ao SSO	12 visitas e 12 pareceres técnicos
Visitas aos locais de trabalho e elaboração de pareceres técnicos no contexto de Acidentes de Trabalho	121 Visitas no âmbito de avaliação de causas de acidentes de trabalho e 60 pareceres técnicos
Medidas preventivas e corretivas propostas ou monitorizadas	1.387
Entrevista ao acidentado para caracterização do acidente efetuadas pelo Técnico SHT	98,8% dos acidentados
Registo e análise dos acidentes de trabalho notificados	100% dos acidentes de trabalho (493 AT)
Relatório analítico dos AT notificados no ano anterior	Efetuada
Ligação com as chefias dos serviços (mail) com informação sobre o tipo e número de AT ocorridos no ano anterior	Efetuada e-mail informativo para serviços com 5 ou mais acidentes
Avaliações quantitativas/medições de fatores de risco nos locais de trabalho efetuadas pelo SSO com os respetivos pareceres técnicos	12 medições de diversos químicos (xilol, metanol, formol, etilbenzeno, peróxido de hidrogénio, óxido nítrico) em 5 serviços (135 profissionais envolvidos)
Avaliação qualitativa dos químicos com propriedades perigosas, incluindo cancerígenas, mutagénicas e tóxicas para a reprodução e respetivas MAR e pareceres técnicos	Avaliação qualitativa da exposição citostáticos nos HD Hematologia e IAREM Avaliação qualitativa de agentes químicos no laboratório de urgência do Serviço de Patologia Clínica
Monitorização da exposição a gases anestésicos de acordo com o programa específico	Monitorização da exposição profissional a gases anestésicos em 49 locais de trabalho, com elaboração de 48 relatórios técnicos

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2025
Monitorização, registo e gestão das dosimetrias individuais de acordo com as ações definidas no programa de proteção radiológica para profissionais	Monitorização da dose de radiação ionizante (dose efetiva) recebidas por 850 profissionais e da dose equivalente nas mãos de 7 profissionais

### Principais atividades do SSO relacionadas com a formação e informação dos trabalhadores da ULSSM no âmbito da Saúde, Segurança e Higiene do trabalho

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2025
Ações de formação presenciais dirigidas aos profissionais da ULSSM	27 (796 profissionais)
Desenvolvimento de Ações de formação em formato e-learning dirigidas aos profissionais da ULSSM	1 (166 profissionais)
Ações de formação dirigidas aos profissionais do SSO	28
Normas / recomendações em Saúde Ocupacional	2 Normas

### Outras atividades relacionadas com colaborações e participações do SSO

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2025
Processo de Gestão da Qualidade (PGQ) do SSO	Auditorias efetuadas e Certificação mantida
Colaboração com os Serviços da ULSSM no âmbito de PGQ / Centros de Referência	Apoio efetuado no âmbito da avaliação de riscos profissionais, exames Medicina do Trabalho, Formação, e monitorização de Acidentes de Trabalho <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão de Controlo da Legionella</li> <li>• Comissão de Proteção Radiológica</li> <li>• Grupo de Trabalho da Vacinação</li> </ul>
Participação em Comissões e Grupos de Trabalho da ULSSM	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representação na Comissão de Médicos Internos</li> <li>• Grupo Operativo Institucional para a prevenção da violência contra profissionais de saúde</li> <li>• Ponto Focal Institucional para a Prevenção da Violência no Setor da Saúde</li> </ul>
Requisitos/formalidades legais ou normativas e respostas a Entidades Inspetivas	Autoridade para as Condições de Trabalho: Relatório atividades SSHT 2025; Gabinete de Segurança do Ministério da Saúde: Inquérito sobre implementação do PAPVSS na ULSSM <ul style="list-style-type: none"> <li>• SPMT: Integração da Assembleia -Geral e Comissão de Trabalho</li> <li>• DGS: Programa Nacional de Saúde Ocupacional;</li> <li>• Ponto Focal Institucional do PAPVSS</li> </ul>
Colaboração com Entidades externas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ordem dos Médicos: Colégio da Especialidade Medicina do Trabalho</li> <li>• Representação na Comissão Nacional de Internos de Medicina do Trabalho (CNMIMT)</li> </ul>

## Atividades de ensino e formação pré e pós-graduada em Saúde Ocupacional

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2025
Formação pré-graduada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação de dois estágios de técnico de Segurança e Higiene do Trabalho</li> <li>• Orientação de cinco Estágios de Medicina da FMUL</li> <li>• Regência e docência: disciplina opcional de Saúde Ocupacional para alunos do Mestrado Integrado em Medicina da FMUL</li> <li>• Docência na Disciplina “Qualidade e Segurança em saúde”, para alunos do Mestrado Integrado em Medicina da FMUL</li> <li>• Estágios de Medicina do Trabalho de sete Internos da Formação Específica</li> <li>• Estágios de Medicina do Trabalho de três médicos IFE de Medicina Geral e Familiar</li> </ul>
Formação pós-graduada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Docência no Mestrado de Física Médica da FMUL</li> <li>• Ensino no Curso de Medicina do Trabalho e Mestrado em Saúde Ocupacional-ENSP/UNL</li> <li>• Coorientação (três) e tutorização (um) de Doutoramentos na área da Saúde Ocupacional</li> </ul>
Concursos de Medicina do Trabalho: Júris	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração em seis Júris:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Concursos de Avaliação final do Internato de Medicina do Trabalho</li> <li>- Concurso de Assistentes Hospitalares de Medicina do Trabalho</li> <li>- Exames parcelares de médicos internos de Medicina do Trabalho de outras instituições</li> </ul> </li> </ul>

### Atividades científicas e de investigação

INDICADORES DE ATIVIDADE	Realizado em 2024
Atividade científica: Conferências em Reuniões Científicas Nacionais e Internacionais	11 conferências efetuadas
Coordenação de Sessões Científicas	6
Atividade científica: apresentação de trabalhos originais	9 trabalhos originais apresentados em reuniões científicas
Atividade científica: publicações de artigos (livros, revistas científicas, <i>proceedings</i> )	5 publicações
Atividade científica: participação em projetos de investigação	3 participações
Prémios científicos	5 prémios: Melhor e-poster no IV Seminário de Medicina do Trabalho; Melhor Comunicação oral nas I Jornadas do Internato de Medicina do Trabalho; Prémio “investigação científica em Ciências militares 2025”; Menção honrosa em Comunicação oral e melhor poster no II Encontro Nacional de Avaliação do Dano Corporal e III Jornadas Médico-Jurídicas Mirandesas
Comissões Científicas de Congressos	Comissões Científicas: 19º Fórum Nacional de Medicina do Trabalho IV Seminário de Medicina do Trabalho Iªs Jornadas do Internato Médico International Symposium on Occupational and Safety Hygiene

### 4.3 Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica

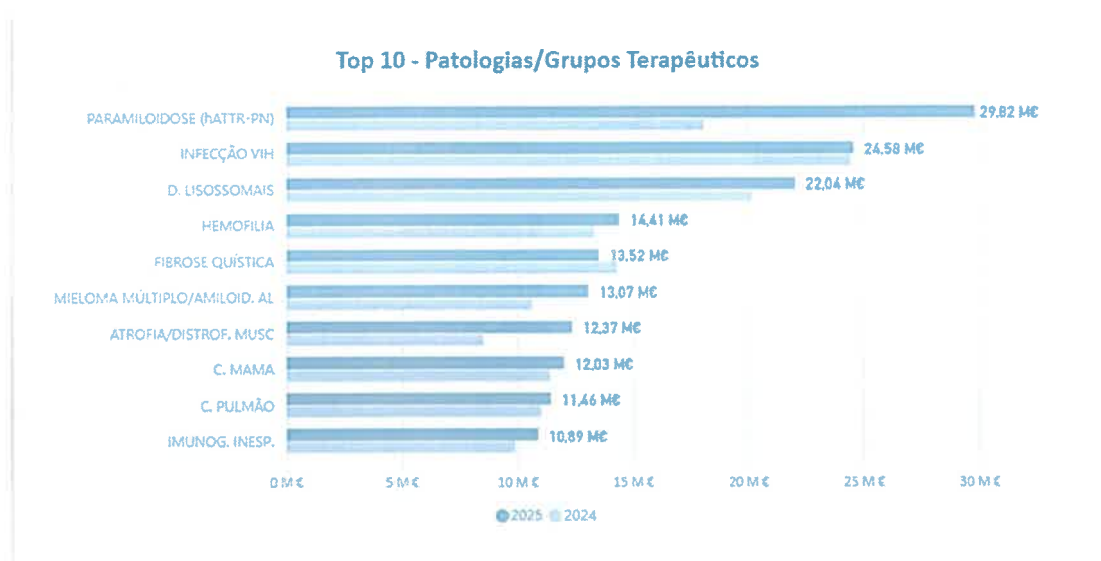
Os Serviços Farmacêuticos são certificados pela Norma NP EN ISO 9001:2015, sendo sua missão o apoio na prestação dos melhores cuidados de saúde, com elevados níveis de competência, excelência e rigor, participando ativamente na formação pré e pós-graduada e na investigação, respeitando sempre o princípio da humanização e promovendo o orgulho e sentimento de pertença de todos os profissionais.

O Serviço de Gestão Técnico-Farmacêutica (SGTF) do CHULN desempenha todas as funções básicas da Farmácia Hospitalar e ainda várias atividades diferenciadas, cuja importância e imprescindibilidade se evidencia tendo em consideração a rápida evolução no campo farmacoterapêutico e a complexidade de problemas (efeitos adversos, interações medicamentosas) colocados por muitas das novas abordagens terapêuticas.

Compete-lhe, portanto, atuar como estrutura de suporte da atividade assistencial, adicionando mais-valias ao processo, tanto de forma direta como indireta e sendo corresponsável com os resultados obtidos na saúde dos utentes e na sustentabilidade do modelo assistencial.

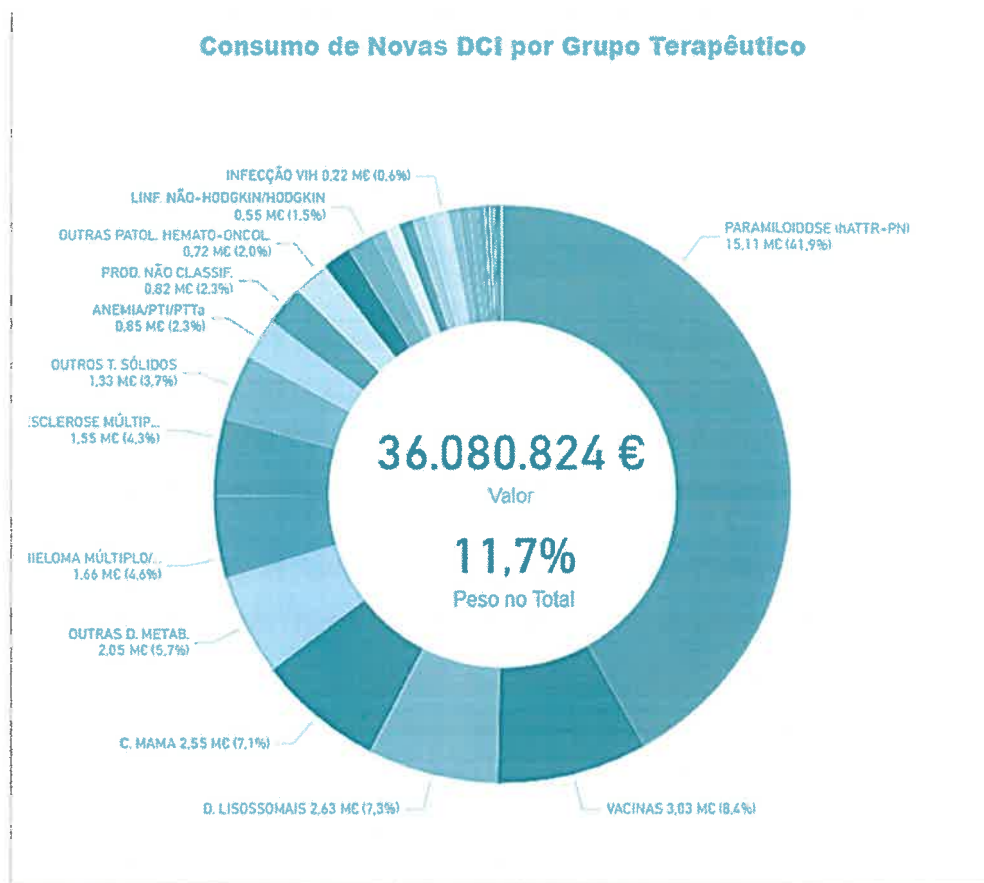
#### Monitorização da Terapêutica Farmacológica

A distribuição do consumo de medicamentos pelas principais patologias foi a seguinte:



## Medicamentos Inovadores

O consumo acumulado até dezembro em medicamentos inovadores por grupo terapêutico (consideram-se medicamentos inovadores as DCI surgidas no presente ano ou nos dois anteriores), representam 11,7% do consumo total, sendo a maior fatia atribuível à Paramiloidose (41,9%).



## Medidas de redução do custo com medicamentos

### Medidas

Medidas	2025	2024	Δ % 25/24
Poupança Anual em Biossimilares	17.229.381 €	13.769.911 €	25,1%
Outras Medidas de Redução de Despesa com Medicamentos*	1.460.247 €	972.424 €	50,2%
<b>Total</b>	<b>18.689.628 €</b>	<b>14.742.335 €</b>	<b>26,8%</b>

\*Outras medidas incluem: introdução de novos genéricos, preparação de injeções intravítreas para o serviço de Oftalmologia e otimização de tratamentos com ajuste de doses ao peso ou utilização de apresentações mais custo-efetivas.

## 4.4 Instalações e Equipamentos

O Serviço de Instalações e Equipamentos exerce a sua atividade no âmbito da engenharia clínica e hospitalar, desenvolvendo ações de manutenção das instalações e equipamentos hospitalares, segurança das instalações e equipamentos, exploração das redes e centrais técnicas, bem como a conceção de projeto de remodelações e beneficiações.

A reabilitação hospitalar é um processo fundamental para garantir a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

A modernização das infraestruturas hospitalares é essencial para acompanhar a evolução dos materiais e tecnologias no setor da saúde, proporcionando um ambiente mais seguro, eficiente e confortável para doentes e profissionais de saúde, nomeadamente:

- (i) Modernização das infraestruturas, proporcionando um ambiente mais adequado e funcional para a prestação de cuidados de saúde. Com a atualização dos equipamentos e das instalações, é possível oferecer um atendimento mais eficaz e seguro para os doentes, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados;
- (ii) Modernização das infraestruturas hospitalares através da reabilitação do edificado permite otimizar os processos de trabalho e tornar as operações mais eficientes. Com a incorporação de tecnologias avançadas, é possível melhorar a gestão dos recursos e reduzir os custos operacionais, garantindo uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis e aumentando a produtividade da instituição;
- (iii) Criação de ambientes mais acolhedores e seguros para os doentes, promovendo o seu conforto e bem-estar durante o período de internamento. Com a modernização das instalações, é possível melhorar a iluminação, ventilação e isolamento acústico dos espaços, proporcionando condições mais favoráveis para a recuperação dos doentes e contribuindo para a humanização dos cuidados de saúde;
- (iv) Introdução de novos materiais e tecnologias nos espaços de saúde, acompanhando as últimas tendências e inovações no setor da saúde. Com a renovação dos equipamentos e a modernização das instalações, é possível garantir a segurança, eficácia e qualidade dos cuidados de saúde prestados, assegurando a competitividade e a sustentabilidade da instituição.

A ULSSM continuou a implementação da área dos equipamentos médicos dos seguintes projetos que vieram contribuir para a sustentabilidade da Instituição:

- Conclusão da obra de remodelação da Unidade de Transplante de Medula Óssea que irá permitir aumentar a dotação a nível do internamento do Serviço de Hematologia e Transplantação de Medula, aumentar a capacidade de resposta na área de transplantação e potenciar uma gestão mais eficiente e flexível dos recursos disponíveis;
- Remodelação da Consulta de Psiquiatria e Neurologia que irá permitir melhorar a qualidade dos cuidados prestados aos doentes de Neurologia e aos doentes de psiquiatria, através da reabilitação do espaço;
- Expansão do sistema pneumático de transporte de amostras, que irá possibilitar que todos os serviços possam enviar amostras para a Patologia Clínica como receber medicamentos da Farmácia, otimizando recursos humanos e eficiência no processo de entregas;
- Concluímos o novo Serviço de Neonatologia e equipámos com equipamento médico de ponta e para garantir uma maior capacidade de resposta e segurança aos recém-nascidos.
- Foi equipada a Unidade de Transplante de Medula Óssea potenciando a capacidade de resposta da ULSSM, com equipamento médico diferenciado e especializado;
- Concluímos a instalação de uma Ressonância Magnética de 3T para o Serviço de Imagiologia. Este investimento visa aumentar a ULSSM de capacidade de resposta assistencial da sua área de referência, bem como a doentes provenientes de outras instituições do SNS;

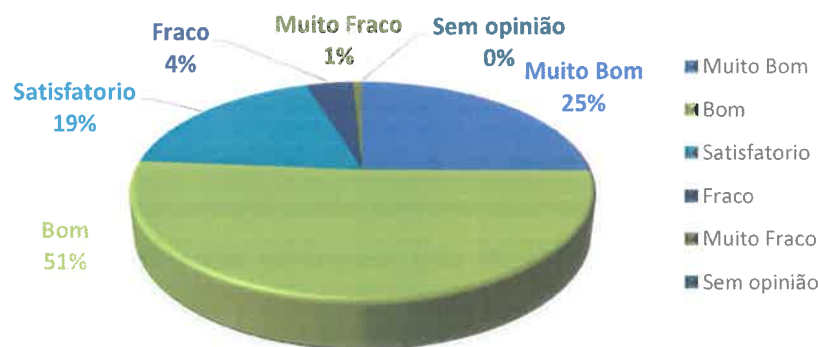
## 4.5 Serviço de Logística e Stocks

Em 2025, a atividade do Serviço de Logística e Stocks da ULSSM caracterizou-se por um conjunto de desafios relevantes, associados ao aumento de consumos, instabilidade nas cadeias de abastecimento e clara evidencia das limitações estruturais do atual Armazém Central.

Apesar destes constrangimentos, foi possível assegurar a continuidade do fornecimento às diferentes áreas assistenciais, mantendo níveis de desempenho que garantiram a estabilidade operacional da instituição.

### 4.5.1 Inquérito de Satisfação 2023

O inquérito de satisfação anual do SLS é uma ferramenta essencial para a recolha e análise da informação sendo os resultados de 2025 os seguintes:



O nível de satisfação dos clientes internos manteve-se elevado, conforme demonstrado no Relatório de Satisfação do Cliente Interno 2025.

A maioria das respostas classificou o desempenho do Serviço de Logística e Stocks como “Bom” ou “Muito Bom”, reconhecendo o empenho das equipas, a disponibilidade permanente no apoio aos Serviços e a capacidade de resposta perante situações críticas. Estes resultados confirmam que a qualidade do atendimento e a proximidade às necessidades dos profissionais continuam a ser pilares essenciais do Serviço.

Assim, o ano de 2025 ficou marcado por um esforço significativo de adaptação e resiliência, garantindo-se a continuidade e a segurança do abastecimento.

#### 4.5.2 Sistema de Gestão da Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do SLS, em seu 15º ano, destaca-se por uma maior integração com as demais áreas do Serviço, promovendo sinergias e uma abordagem holística aos desafios. A Qualidade é um pilar transversal, contribuindo proactivamente para a melhoria contínua e excelência do serviço.

O serviço é auditado anualmente, através de uma Auditoria Interna e uma Auditoria Externa, nas quais foram identificadas tanto ações corretivas quanto oportunidades de melhoria.

O SGQ permanece como um instrumento essencial para medir e monitorar o desempenho, identificando melhorias, antecipando problemas e implementando ações preventivas. Em constante evolução, adapta-se às necessidades do Serviço e da ULSSM, promovendo uma cultura de melhoria contínua, essencial para garantir a satisfação das partes interessadas e a qualidade dos serviços prestados.

## 4.6 Unidade Gestão Hoteleira

A Unidade de Gestão Hoteleira (UGH) empenhou-se ativamente em cumprir a missão que lhe está incumbida, debruçando-se em proporcionar aos Utentes da ULSSM a melhor conjuntura hoteleira, numa preocupação constante pela rentabilização dos recursos disponíveis em regime de *outsourcing*, e assegurando o normal decorrer das prestações de serviços contratualizadas pela ULSSM durante o ano 2025, através do planeamento, organização, direção e controlo das atividades nas seguintes áreas hoteleiras:

- Prestação de serviços de alimentação a doentes e colaboradores;
- Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar;
- Prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos hospitalares;
- Prestação de serviços de higiene e limpeza;
- Prestação de serviços manutenção de zonas verdes;
- Prestação de serviços de desinfestação;
- Prestação de serviços de distribuição de ceias aos colaboradores.

Em 2025, também competiu à UGH assegurar o planeamento, organização e controlo das seguintes atividades de apoio às áreas hoteleiras:

- Gestão do Alojamento Médico;
- Gestão das Rouparias;
- Gestão do Setor Costura;
- Gestão de aquisição e distribuição de fardamento a Colaboradores da ULSSM.

Em 2025, fez parte da missão da UGH continuar a desenvolver esforços na manutenção do projeto de “biodescontaminação” junto dos serviços clínicos e não clínicos que visou maximizar não só a segurança dos colaboradores e utentes em ambas as unidades hospitalares do HSM e do HPV, como também proporcionar aos colaboradores as condições adequadas para o desenvolvimento da atividade clínica e não clínica nos Serviços da ULSSM.

### 4.6.1 Indicadores de Produção

Apresentam-se infra os indicadores de produção tendo por base as quantidades reais apuradas nas diversas áreas hoteleiras e a respetiva lotação praticada no HSM e HPV em 2025:

Área hoteleira	Indicadores	2024	
Prestação de serviços de alimentação a doentes e colaboradores	Nº de refeições servidas a doentes nas unidades hospitalares da ULSSM	Ano	1 812 047
		Mês	151 004
		Dia	4 965
		Cama	1 901
Prestação de serviços de higiene e limpeza e desinfecção	Nº de horas de limpeza executadas nas unidades hospitalares da ULSSM	Ano	538 421
		Mês	44 868
		Dia	1 475
		Cama	565
Prestação de lavagem e tratamento de roupa hospitalar	Kgs de Roupa limpa distribuída aos serviços das unidades hospitalares da ULSSM	Ano	1 393 426
		Mês	116 119
		Dia	3 818
		Cama	1 462
Prestação de serviços de recolha e tratamento de resíduos hospitalares	Kg de Resíduos produzidos pelos serviços nas unidades hospitalares da ULSSM	Ano	2 664 610
		Mês	222 051
		Dia	7 300
		Cama	2 796
Prestação de serviços manutenção de zonas verdes	Nº de horas de jardinagem executadas nas unidades hospitalares da ULSSM	Ano	12 985
		Mês	1 082
		Dia	36
Prestação de serviços de desinfestação	Nº de intervenções executadas no CHULN	Ano	24 insp. 12 prog.
Prestação de serviços de fornecimento, abastecimento e distribuição de ceias aos colaboradores	Nº de ceias fornecidas a colaboradores nas unidades hospitalares da ULSSM	Ano	197 577
		Mês	16 465
		Dia	541

## 4.6.2 Projetos

### “Biodescontaminação de Ar e Superfícies”

No sentido de prevenir, conter, mitigar as infeções hospitalares, a UGH continuou a desenvolver esforços no ano 2025, para assegurar a execução do projeto “Biodescontaminação de ar e superfícies” nas unidades hospitalares da ULSSM, iniciado em 2020.

No ano 2025, o modelo de biodescontaminação adotado foi um modelo assente em ações de biodescontaminação de carácter curativo, a determinar diariamente pelo Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos (GCLPPCIRA), com execução pela equipa interna da UGH por recurso a aquisição de consumíveis (agente desinfetante H<sub>2</sub>O<sub>2</sub>) e demais bens necessários (indicadores químicos) à biodescontaminação de ar/superfícies, com disponibilização de dois equipamentos (em regime de contra-consumo), portáteis e facilmente transportáveis para desinfecção de ar e superfícies por nebulização seca e adequado à utilização de uma concentração baixa de Peróxido de Hidrogénio (H<sub>2</sub>O<sub>2</sub>) e Iões de Prata (Ag).

Durante o ano de 2025 foram realizadas um total de 114 ações de biodescontaminação nas unidades hospitalares da ULSSM.

A biodescontaminação configurou-se assim como uma solução de extrema importância para a garantia da segurança Profissionais e Utentes das unidades hospitalares da ULSSM no ano 2025, solução essa que foi previamente estudada e validada pelo GCLPPCIRA, no que diz respeito à sua utilidade enquanto tecnologia de desinfecção ambiental por métodos “non touch” (biodescontaminação), e enquanto complemento importante às descontaminações terminais asseguradas pela brigada de limpeza, as quais se recomenda (em conformidade com documentação científica) serem seguidas de uma nebulização/dispersão de peróxido de hidrogénio no ar e superfícies.

Efetivamente, a eficácia dos métodos de descontaminação manuais executados pelas brigadas de limpeza não podem por si só ser considerados 100% seguros, pois assenta sobretudo no fator humano (os técnicos de limpeza também estão sujeitos à cadeias de transmissão) com eventual possibilidade de erro humano no decorrer da execução das desinfecções dando origem a possíveis surtos entre Utentes e Colaboradores de diferentes categorias profissionais que laboram nos Serviços (Médicos, Enfermeiros, Assistentes Operacionais, etc.).

Acresce ainda que se trata de um projeto sustentável a nível ambiental, uma vez que o agente desinfetante é biodegradável a 99,9%, não tóxico e não corrosivo.

## 4.7. Serviço de Sistemas de Informação

Em 2025, o Serviço de Sistemas de Informação (SSI), avançou com vários **projetos internos** na ULSSM, onde se destacam:

- implementação de um circuito alternativo para os utentes no Serviço Urgência Geral, que permitiu tornar mais eficiente o atendimento de utentes com níveis de triagem mais baixos, agilizando uma avaliação preliminar mais rápida, pedidos de MCDT e uma menor permanência desses utentes na urgência.
- desenvolvimento da app My Santa Maria que se transformou no ponto de informação personalizada para dezenas de milhares de utentes da ULSSM, permitindo simultaneamente facilitar a disponibilização de informação ao utente de forma fácil e rápida. A app My Santa Maria passou a apresentar um novo visual mais apelativo, passando a disponibilizar mais informação aos utentes como seja resultado de análises e relatórios de imagiologia.
- incremento do envio de SMS, como por exemplo no envio de informação aos acompanhantes dos utentes no Serviço Urgência Geral do Hospital de Santa Maria.
- Desenvolvimento do BI da ULSSM através da uniformização numa única plataforma de indicadores de gestão, toda a informação referentes a indicadores de produção e monitorização de várias áreas. Em 2025 foi possível uniformizar a informação de duas plataformas que existiam numa única, sendo ainda disponibilizados novos indicadores de monitorização do Serviço Urgência Geral, camas de internamento, entre outros.
- reforço da segurança no perímetro de dados da ULSSM, implementando novos sistemas de segurança principalmente nos Centros de Saúde dispersos por Lisboa Norte e Mafra.
- atualização do sistema de armazenamento de imagem (PACS) para a versão mais recente, disponibilizando novas funcionalidades aos utilizadores da ULSSM.
- reforço da consolidação dos sistemas e dos processos de resposta e resolução de pedidos de serviço, incidentes e alterações, promovendo uma maior agilidade, integração e eficiência na resposta às necessidades da organização.
- continuidade do redesenho dos modelos de relacionamento com fornecedores, com especial enfoque no controlo dos níveis de serviço, na monitorização da atividade e no cumprimento das obrigações contratuais. Este trabalho traduziu-se no reforço das regras

de disponibilização de documentação técnica, interfaces e especificações de funcionamento das aplicações, contribuindo para uma maior transparência e robustez operacional.

Das principais realizações ao nível das **soluções clínicas e assistenciais**, destacam-se pela sua relevância e impacto a integração dos dados da ULSSM na Rede de Saúde Eletrónica (RSE) e a substituição da CTH pelo SIGA, bem como a implementação deste sistema no processo de referenciação para as urgências. Estas iniciativas contribuíram de forma significativa para a melhoria da continuidade de cuidados e da integração da informação clínica no contexto do SNS.

Foi ainda concretizada a migração/integração do PACS dos Cuidados de Saúde Primários (ARSLVT), a implementação do sistema RENALSOFT na área da Nefrologia e a integração do CardioBase com o CardioScan nas Unidades Técnicas de Pediatria, reforçando a capacidade de resposta e a qualidade dos sistemas de suporte à prática clínica.

Ao nível dos **processos administrativos e de suporte**, destaca-se a evolução da desmaterialização de processos de Recursos Humanos e a criação da ficha de utente através do Cartão de Cidadão, promovendo maior eficiência, simplificação e qualidade no registo da informação.

Foram ainda criadas condições para a concretização de **projetos estruturantes**, nomeadamente:

- a Unidade de Transplante de Medula Óssea (UTMO)
- a Sala Híbrida
- a integração de prestadores externos
- o reforço das integrações entre as Unidades Hospitalares e os Centros de Saúde da ULS, em particular na área da Imagiologia.

Ao nível das **soluções tecnológicas**, destacam-se diversos upgrades e evoluções de sistemas críticos, nomeadamente o upgrade do SAP, do sistema de Imagiologia (Byme), do sistema de Recursos Humanos (SISQUAL) e da infraestrutura Elekta, bem como a implementação de multiprotocolos na prescrição e MRARA (Glintt) e a integração da solução BarTender na área da Logística.

Em 2025 assumiu especial relevância a implementação de uma solução de inteligência artificial para apoio ao rastreio da tuberculose, no Centro de Diagnóstico Pneumológico Dr. Ribeiro Sanches. Esta iniciativa, integrada no programa Innovation for All da Câmara Municipal de

Lisboa, foi implementada em abril de 2025 e caracteriza-se por operar em circuito fechado dentro da infraestrutura tecnológica da ULSSM, garantindo elevados padrões de segurança e proteção de dados.

O SSI assegurou a integração, validação técnica e operacionalização desta solução, desenvolvida por uma startup internacional, que utiliza algoritmos avançados para análise automática de radiografias de tórax, permitindo gerar, em poucos segundos, indicadores de probabilidade da doença. Este sistema funciona como um suporte à decisão clínica, potenciando uma triagem mais rápida, segura e eficiente, sem substituir a avaliação médica.

No âmbito dos **projetos estratégicos com impacto nacional**, a ULSSM assegurou o cumprimento dos requisitos e prazos definidos pela tutela, destacando-se o acompanhamento de auditorias regulatórias, a preparação para o novo Portal de Tempos de Espera e a participação no projeto SCubo, em articulação com a SPMS e outros parceiros institucionais.

O ano de 2025 ficou assim marcado por um elevado dinamismo na implementação de soluções clínicas, administrativas e tecnológicas, com um contributo determinante do SSI, assente numa forte articulação com fornecedores e entidades centrais do SNS.

A execução consistente destas iniciativas permitiu reforçar a eficiência operacional, melhorar o acesso à informação clínica e promover a continuidade de cuidados.

O SSI assumiu, deste modo, um papel central na evolução, modernização e estabilidade do ecossistema aplicacional da ULSSM, garantindo que os sistemas de informação suportam, com qualidade, segurança e fiabilidade, a missão assistencial da instituição.

## 4.8. Gabinete de Comunicação e Relações Públicas

O Gabinete de Comunicação e Relações Públicas (GCRP) da Unidade Local de Saúde de Santa Maria assume a missão de desenvolver e implementar estratégias de comunicação para promover a imagem, reputação e objetivos da instituição junto dos seus públicos-alvo, internos e externos.

No relacionamento com os seus principais *stakeholders*, o GCRP é responsável por garantir uma comunicação eficaz dentro da ULSSM, criando pontos de ligação entre todas as classes profissionais e unidades funcionais, num universo alargado de perto de 8 mil profissionais que integram os Cuidados de Saúde Hospitalares e os Cuidados de Saúde Primários da instituição.

Garante ainda a ligação aos Órgãos de Comunicação Social, com o objetivo de divulgar ao grande público informações relevantes sobre a ULSSM, e gere os canais institucionais de informação a utentes e colaboradores.

### Estratégia de comunicação

No ano de 2025, o GCRP da ULS Santa Maria desenvolveu uma estratégia de comunicação assente em três grandes eixos:

- Comunicação Externa e Literacia;
- Eventos e Comunicação Interna;
- Novos formatos digitais e Inovação.

A aposta no alargamento do leque de oferta nas redes sociais da ULSSM permitiu criar uma sólida e privilegiada base de divulgação no ecossistema digital das Unidades Locais de Saúde.

De destacar ainda o investimento nas áreas do audiovisual, com uma aposta marcada na produção de vídeos institucionais, e do design gráfico, com reflexos imediatos na coerência e impacto da marca da ULSSM: em apenas meio ano, foram produzidos cerca de duas centenas de materiais infográficos, permitindo cumprir com sucesso histórico os objetivos de apoio aos serviços e promoção da literacia em saúde junto dos utentes da instituição.

O ano de 2025 consolidou a ULS Santa Maria como a Unidade Local de Saúde com maior influência digital em Portugal. No Facebook, registámos um crescimento excepcional na base de

seguidores e no volume de interações, o que demonstra uma elevada eficácia na transmissão de mensagens institucionais e de saúde pública.



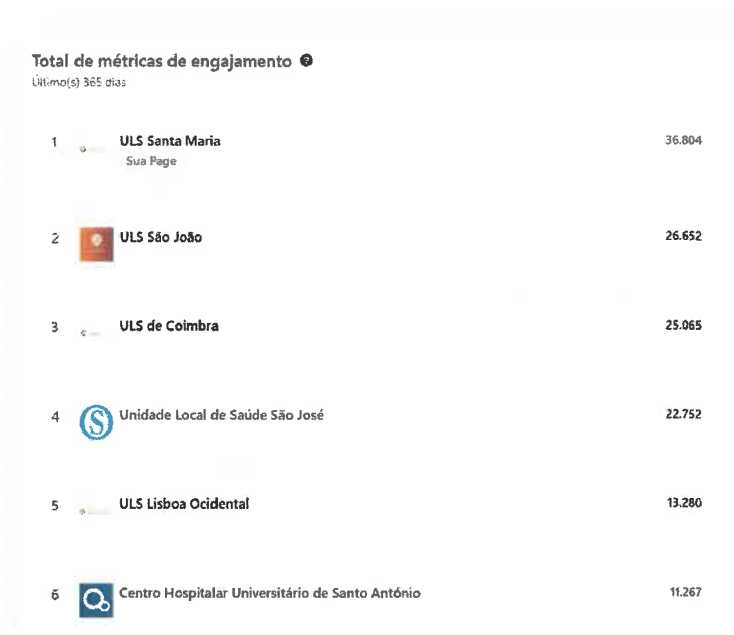
A ULS Santa Maria mantém-se no **1.º lugar do ranking nacional** entre as unidades do mesmo grupo monitorizadas.

Com 38.700 Gostos da página oficial no final de 2025 e atualmente a atingir 50 mil seguidores, a ULSSM detém uma quota de audiência significativamente superior às outras grandes unidades comparáveis: +127% de audiência que a ULS São João; +250% de audiência que a ULS São José.

Página	Gostos da Página
<b>ULS Santa Maria</b> A ULSSM integra os hospitais Santa Maria e Pulido Valente e mais de 20 u...	38,7 mil
<b>Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra</b> A Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra (ULS Amadora/Sintra) agre...	27,3 mil
<b>ULS de Coimbra</b> A missão da Unidade Local de Saúde (ULS) de Coimbra é prestar cuidados	24,7 mil
<b>Unidade Local de Saúde Almada-Seixal</b> Página oficial da Unidade Local de Saúde de Almada-Seixal	22,1 mil
<b>ULS São João</b> O São João é uma instituição de saúde de referência em Portugal na prest	17 mil
<b>ULS São José</b> A Unidade Local de Saúde São José substitui, desde 1 de janeiro de 2024...	11 mil

## LinkedIn

Em 2025 a ULS Santa Maria consolidou a sua posição como a instituição hospitalar pública líder no seu grupo em termos de engajamento (relevância) no LinkedIn. Alcançou a marca histórica de 1,5 milhões de impressões, resultando em 37 mil interações diretas com o conteúdo — um volume 42% superior ao principal concorrente, São João (que registou 26 mil). A taxa de engajamento de 2,5% converteu-se no crescimento da comunidade em 4 mil novos seguidores, aproximando-se nesta fase dos 25 mil seguidores, garantindo uma base de audiência qualificada e fiel.



## Instagram

A página atingiu em 2025 a marca histórica de 3 milhões de visualizações e mais que duplicou o número de seguidores, para os atuais 9 mil. O gráfico de atividade mostra um aumento exponencial do perfil a partir de meados de 2025, sendo que para este resultado não será indiferente o investimento na área do design gráfico do GCRP.



**Alcance (Reach):** 270,6 mil contas únicas foram alcançadas, um aumento de 104,6%, que indica que o conteúdo chegou a novos públicos;

**Interações com Conteúdos:** Total de 40,3 mil interações (gostos, comentários, partilhas). O crescimento de 100% reforça as reações ativas dos seguidores em relação aos conteúdos publicados;

**Visitas ao Perfil:** Foram registradas 32,5 mil visitas, um aumento de 56%;

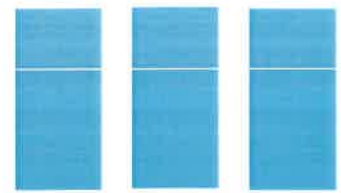
**Novos Seguidores:** O perfil conquistou 3,4 mil novos seguidores em 2025.

Relatório e Contas

2025



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.L.P.



## 5. Recursos Humanos

### 5.1. Gestão de efetivos

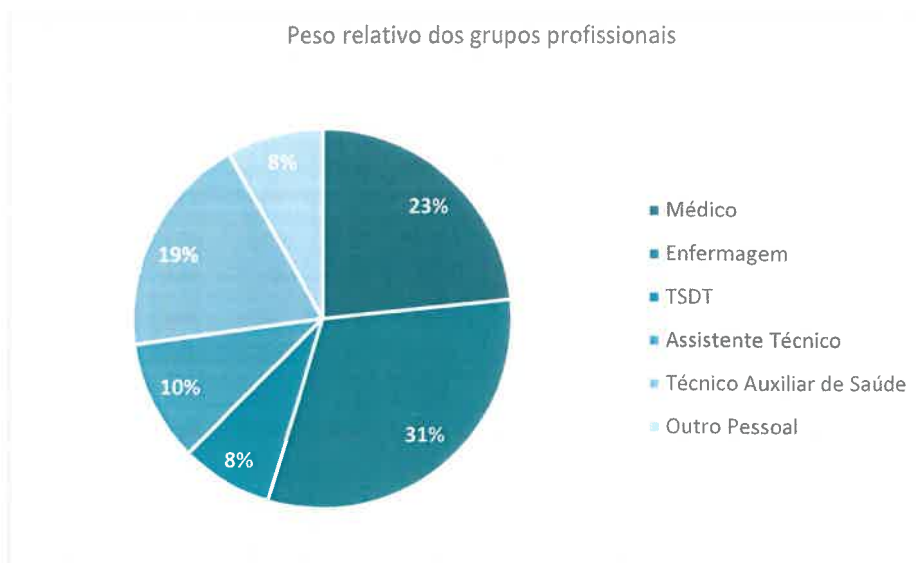
Os Recursos Humanos constituem uma parte essencial da organização e são fundamentais para o sucesso da mesma.

Em relação ao período homólogo, há um acréscimo de 1,2% do número de efetivos:

Grupo Profissional	dez/23			dez/24			dez/25			Var. 2025/24 (%)		
	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H	N.º	ETC 35H	ETC 40H
Dirigente	52	54	47	52	55	48	55	57	50	5,8	5,0	5,0
<b>Médico - Total</b>	<b>1 483</b>	<b>1 623</b>	<b>1 420</b>	<b>1 767</b>	<b>1 919</b>	<b>1 679</b>	<b>1 777</b>	<b>1 929</b>	<b>1 688</b>	0,6	0,5	0,5
Especialistas	907	965	844	1 083	1 138	996	1 093	1 148	1 005	0,9	0,9	0,9
Internos	471	538	471	558	638	558	561	641	561	0,5	0,5	0,5
IAC	99	113	99	118	135	118	116	133	116	-1,7	-1,7	-1,7
<b>Internos</b>	<b>570</b>	<b>651</b>	<b>570</b>	<b>676</b>	<b>773</b>	<b>676</b>	<b>677</b>	<b>774</b>	<b>677</b>	0,1	0,1	0,1
Outros	6	7	6	8	8	7	7	7	6	-12,5	-13,7	-13,7
Enfermagem	2 076	2 068	1 810	2 339	2 332	2 040	2 376	2 372	2 075	1,6	1,7	1,7
Farmacêutico	53	53	46	59	59	52	69	69	60	16,9	16,9	16,9
Técnico Superior Saúde	25	25	22	44	43	38	49	48	42	11,4	12,3	12,3
TSDT	521	520	455	593	591	517	593	592	518		0,2	0,2
Outro Pessoal Técnico Superior	186	189	166	226	227	198	249	250	218	10,2	10,1	10,1
Informática	24	26	23	28	29	25	28	28	25		-1,0	-1,0
Docente	12	12	10	12	12	10	13	12	11	8,3	5,8	5,8
Assistente Técnico	624	624	546	770	770	674	790	790	691	2,6	2,6	2,6
Técnico Auxiliar de Saúde				1 447	1 447	1 266	1 447	1 447	1 266		0,0	0,0
Assistente Operacional	1 543	1 544	1 351	173	174	152	150	151	132	-13,3	-13,2	-13,2
Outro Pessoal	3	3	3	4	4	4	5	5	5	25,0	24,1	24,1
<b>Total</b>	<b>6 602</b>	<b>6 743</b>	<b>5 900</b>	<b>7 514</b>	<b>7 659</b>	<b>6 702</b>	<b>7 601</b>	<b>7 751</b>	<b>6 782</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>

## 5.2. Caracterização dos recursos humanos

No gráfico seguinte pode-se verificar a distribuição da estrutura de recursos humanos por grupos profissionais



Apresentam-se de seguida os principais indicadores de Recursos Humanos:

Tipo de indicadores	Indicadores	dez/23	dez/24	dez/25
Estrutura Profissional e Orgânica dos Efetivos	Taxa de Tecnicidade (2)	2,02	5,35	2,11
	Percentagem de Efetivos Inseridos em Corpos Especiais (3)	62,98	63,91	63,99
	Percentagem de Médicos em Formação (Internos)	38,44	38,26	38,10
	Nº de Enfermeiros por Médico	1,40	1,32	1,34
	Percentagem de Pessoal em Serviços Prestadores de Cuidados	89,03	89,77	89,58
Nacionalidade	Percentagem de Efetivos Estrangeiros	4,26	4,87	5,75
	Percentagem de Efetivos com Nacionalidade espanhola	0,53	0,50	0,50
	Percentagem de Efetivos com Nacionalidade brasileira	1,20	1,29	1,45
Carga Horária	Percentagem de Efetivos (Total) com 40 horas	18,75	18,24	13,16
	Percentagem de Médicos (Não Internos) com 42 horas	13,80	7,58	9,91
	Percentagem de Médicos (Não Internos) com 40 horas	62,98	36,27	25,45

(2) - Relação entre o número de efetivos com funções técnicas e o restante pessoal

(3) - Médicos, Enfermeiros, Farmacêutico, TSS e TSDT

### 5.3. Estrutura etária e género

Os indicadores relativos à estrutura etária não traduzem significativas alterações em relação aos anos anteriores. A idade média por grupo profissional foi a seguinte:

Grupo Profissional	dez/23	dez/24			dez/25		
	CHULN	CSH	CSP	ULSSM	CSH	CSP	ULSSM
Dirigente	53,6	54,4		54,4	54,7	39,0	54,5
Médico	41,1	40,7	42,8	41,0	40,4	42,8	40,7
Enfermagem	38,5	38,2	50,3	39,2	38,0	50,3	39,0
Farmacêutico	43,1	43,1		43,1	42,4		42,4
Técnico Superior Saúde	51,6	51,1	51,2	51,1	52,0	53,2	52,3
TSDT	43,9	43,7	49,0	44,0	44,0	49,5	44,2
Outro Pessoal Técnico Superior	44,1	42,8	48,1	43,1	42,9	46,7	43,1
Informática	50,2	50,9	58,0	51,4	52,0	62,0	52,4
Docente	51,7	52,7		52,7	53,3		53,3
Assistente Técnico	48,3	48,5	50,6	48,8	48,6	50,6	49,0
Técnico Auxiliar de Saúde		46,9		46,9	46,8	59,0	46,8
Assistente Operacional	47,7	52,5	56,5	52,8	53,5	56,5	53,7
Outro Pessoal	52,0	54,0		54,0	43,0		43,0
<b>Total</b>	<b>43,0</b>	<b>42,8</b>	<b>47,6</b>	<b>43,2</b>	<b>42,6</b>	<b>47,6</b>	<b>43,1</b>

A taxa de emprego feminino mantém-se elevada, como consequência da predominância das mulheres nos dois grupos profissionais mais representativos (enfermeiros e assistentes operacionais). Em 2025 verifica-se uma aparente estagnação, alavancada pelos profissionais hospitalares dos grupos profissionais dos médicos, técnicos superiores de saúde e outro pessoal técnico superior, que regista uma redução da taxa de emprego feminino face a 2024. Os Cuidados de Saúde Primários mantêm a tendência de agravamento da taxa de emprego feminino.

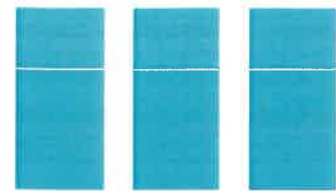
Grupo Profissional	dez/23	dez/24			dez/25		
	CHULN	CSH	CSP	ULSSM	CSH	CSP	ULSSM
Dirigente	65,4	65,4		65,4	66,7	100,0	67,3
Médico	63,6	62,7	75,0	64,5	60,9	76,9	63,2
Enfermagem	85,5	85,9	90,7	86,3	85,5	90,5	86,0
Farmacêutico	86,8	84,7		84,7	87,0		87,0
Técnico Superior Saúde	72,0	75,9	100,0	84,1	75,0	100,0	81,6
TSDT	82,0	81,9	92,9	82,5	81,6	92,9	82,1
Outro Pessoal Técnico Superior	84,9	84,6	91,7	85,0	82,8	87,5	83,1
Informática	25,0	23,1	50,0	25,0	25,9		25,0
Educador Infância	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0
Assistente Técnico	81,3	81,1	84,5	81,7	82,0	85,3	82,5
Técnico Auxiliar de Saúde		80,3		80,3	80,4		80,4
Assistente Operacional	75,8	43,4	85,7	46,8	44,3	80,0	46,7
Outro Pessoal							
<b>Total</b>	<b>77,2</b>	<b>77,3</b>	<b>83,6</b>	<b>77,9</b>	<b>77,0</b>	<b>84,3</b>	<b>77,6</b>

# Relatório e Contas

# 2025



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E



## 6 Investimentos

### 6.1 Execução do programa de investimentos

O ano de 2025, foi caracterizado pela continuação da concretização do plano de investimentos sucessivamente adiado pelas circunstâncias dos últimos anos. A ULSSM continuou a reorganizar-se de modo a responder às necessidades de resposta aos seus utentes, mantendo a qualidade técnica, qualidade do atendimento e qualidade dos profissionais, na prestação de cuidados de Saúde.

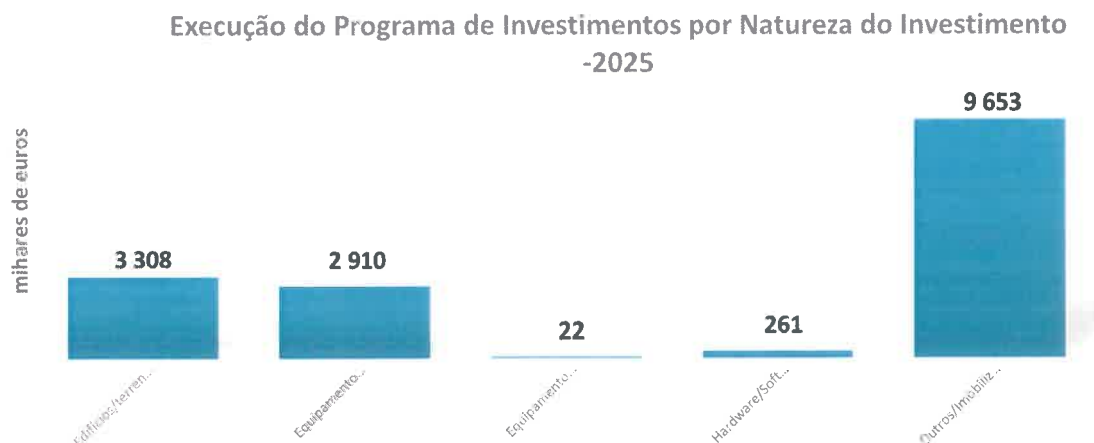
Observando a fase da execução dos programas e projetos de investimento, esta apontou para um esforço ao nível da modernização de equipamento médico e instalações, com investimento significativo em equipamentos pesados aumentando o nível do mesmo, face aos anos anteriores e, no final do ano, o valor concretizado foi de 16,2 M€. Este valor garantiu a continuidade do esforço de investimento efetuado nos projetos iniciados no último triénio, nomeadamente focados na “Eficiência Energética do Hospital de Santa Maria”, destacando-se ainda a remodelação das Unidades Técnicas de Gastro e, com o apoio do Plano de Recuperação e Resiliência inserido na Submedida da Saúde e Serviço de Neonatologia. Desenvolvemos ainda várias ações de resposta das infraestruturas dos serviços, bem como as necessárias benfeitorias de conservação e reparação dos edifícios, dando-se destaque também, para a prossecução da modernização dos equipamentos e sistemas médicos, como o sistema robotizado para a distribuição de medicamentos, e a continuidade do desenvolvimento dos sistemas de informação.

A execução do programa de investimentos atingiu o valor acima referido, com a seguinte desagregação por natureza:

Natureza do Investimento	Valores (milhares de euros)
Edifícios/Construções/Instalações	3 308
Equipamento Médico	2 910
Equipamento Administrativo	22
Hardware /Software	261
Outros/Imobilizações em Curso	9 563
<b>Total</b>	<b>16 154</b>

Fonte: Serviço de Gestão Financeira

Em termos gráficos:



Fonte: Serviço de Gestão Financeira

## 6.2 Projetos cofinanciados

### 6.2.1 No âmbito do Programa Portugal 2020, em 2025, destacamos as seguintes candidaturas, para o financiamento dos seguintes projetos:

- **POSEUR** – “Eficiência energética nos Edifícios da Administração Pública Central” com um custo de 15,33M€ e financiamento de 14,48M€, com término em 2024.  
Em dezembro de 2025 iniciou-se o plano de Reembolsos deste financiamento.
- **PRR** – Reforma das Saúde Mental - Requalificar as instalações dos serviços locais de Saúde Mental existentes – com um custo estimado de 3,2M€ e financiamento de 1,5M€ ainda em fase final de conclusão do financiamento;
- **PRR** – Equipamento para Hospitais em Lisboa e Vale do Tejo - Aquisição de equipamento médico pesado de tecnologia avançada para a área da Imagiologia e Radioterapia, com um custo de 4,2M€ e financiamento a 100%, com execução física concluída, mas a aguardar a parte final do financiamento;
- **PRR** - Rede Nacional de Test Beds - Consórcio TB4Health com um orçamento total de 697.687,50€, financiado a 70%;
- **Lisboa 2030** - Projeto Safemed - Projetos de I&D Individuais / Copromoção com investimento elegível no valor de 222.000,00€;

- **Lisboa 2030** - Hospitais: Equipamentos Hospitalares - Aquisição de um equipamento de Tomografia Computacional de Planeamento para o Serviço de Radioterapia, com um custo total de 849.481,90€ e financiamento a 40% com execução física concluída em dezembro de 2025, mas a ainda a aguardar relatório final;

No período de 2021 a 2025 a execução dos financiamentos obtidos por cofinanciamento ascendeu a **26,2 M€**.

### **6.2.2 No âmbito de cofinanciamento por programas Europeus, nomeadamente EIT Health e Horizonte Europa, destacamos os seguintes projetos:**

- **EIT Health** - FLASHKNIFE - Validação Clínica de equipamento de radioterapia, com um valor total de 382.500,00€ a 100%;
- **EU4Health** - EUnetCCC - Joint Action para criação e integração de Comprehensive Cancer Centre a nível Europeu, com um orçamento global de 360.000€;
- **EU4Health** – JANE 2 - Joint Action JANE-2 é uma iniciativa europeia, no âmbito do EU4Health e do Europe's Beating Cancer Plan, que visa criar e operacionalizar sete Redes Europeias de Especialidade na área oncológica para melhorar a cooperação, a qualidade e a equidade dos cuidados oncológicos na UE, com um orçamento global de 125.000€;
- **EU4Health** - ERN ReCONNET – Projecto Europeu no âmbito da ERN ReCONNET para coordenação e gestão da rede, com um orçamento total de 174.500,00€.
- **Interreg SUDOE - SAM** - O objetivo principal do projeto SAM é implementar a prescrição social nos cuidados de saúde primários, através do desenvolvimento de um gémeo digital inteligente. Este projecto tem um orçamento final de 70.000€
- **Interreg SUDOE - GENEUS** - Projecto Europeu para o desenvolvimento e implementação de um percurso integrado de neurocirurgia geriátrica, com uma dotação orçamental de 150.000€.

### 6.3 Evolução dos investimentos ao longo dos últimos 5 anos

O quadro *infra* compara os investimentos realizados e em curso de execução, durante os anos de 2021 a 2025. Da sua análise, é possível constatar o seguinte:

- 1) Durante o período em análise registou-se um indispensável investimento no equipamento médico, que atingiu as **20,3M€**, evidência da Instituição, na atualização, renovação e inovação tecnológica dos seus aparelhos de forma a contribuir para a melhoria da prestação dos cuidados de saúde. Destacamos a instalação de um Acelerador Linear e uma Ressonância Magnética, o primeiro robot cirúrgico na ULSSM e, na Unidade de Transplante Medula Óssea (UTMO) e um aparelho TAC. Salientamos ainda na linha de equipamento Básico não médico o investimento na estrutura e equipamentos do parque de estacionamento do HSM, que se iniciou em 2025.
- 2) Nas benfeitorias das infraestruturas o investimento ascendeu, nos anos em apreciação, o valor de **19,6M€** e, caracterizou-se essencialmente, por intervenções de construção/melhoria e remodelação dos diversos serviços da ULSSM, bem como nas infraestruturas do projeto de eficiência energética; finalização da instalações dos painéis fotovoltaicos; as obras de modernização das Técnicas de Gastro; PRR – Saúde Mental e na Unidade de Transplante de Medula Óssea a fim de aumentar a capacidade de internamento do Serviço de Hematologia e Transplantação de Medula, e ainda na Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais.

Nas tecnologias de informação e comunicação, o investimento realizado em cerca de 2,6M€, foi direcionado essencialmente para o processo de renovação e revitalização do parque tecnológico (hardware e software), sendo que no ano de 2025, foram já desenvolvidas ações no que concerne à integração de redes, utilizadores e sistemas de comunicação num único ambiente partilhado da ULSSM.

Ao nível das soluções clínicas destaque para a implementação do sistema Flasknife no âmbito da Radioterapia e para o projeto INNOBICS-SAHS no âmbito da Pneumologia.

Natureza do Investimento	2025	2024	2023	2022	2021
Edifícios/Construções/Instalações	3,31	5,51	3,93	3,48	3,34
Equipamento Médico	2,91	8,94	1,91	4,02	2,53
Equipamento Administrativo	0,02	0,08	0,04	-	0,03
Hardware /Software	0,26	0,27	0,40	1,0	0,33
Outros/Imobilizações em Curso	9,65	6,60	8,24	6,0	11,66
<b>Total</b>	<b>16,15</b>	<b>21,40</b>	<b>14,5</b>	<b>14,5</b>	<b>17,89</b>

## 6.4 Financiamento do investimento efetuado

O quadro seguinte exhibe as distintas origens dos fundos que suportaram os investimentos, nos últimos cinco anos.

Conclui-se que o recurso ao autofinanciamento corresponde à origem de fundos dominantes. Assumem também grande relevância no investimento realizado, os subsídios ao investimento no ano de 2021.

Natureza do Investimento	2025	2024	2023	2022	2021
Investimento Total	16 154	21 396	14 497	14 501	17 891
Autofinanciamento	14 136	19 911	12 047	12 474	8 923
Subsídios ao Investimento	1 996	40	2 289	1 473	7 694
Outras Fontes	22	1 445	161	554	1 274

Fonte: Serviço de Gestão Financeira

Incluído nas Outras Fontes encontram-se as doações sem relevo particular.

No ciclo de gestão 2021-2025, o esforço de autoinvestimento rondou os 16 M€/ano, de modo a garantir a satisfação das necessidades globais de investimento.

Na Estratégia da ULSSM explanada no PDO 2025-2027, foi previsto um aumento considerável do Investimento (54 M€/ano), com inclusão de vários projetos PRR.

O investimento totaliza o valor de 16,1M€, incidindo sobre várias aquisições ao nível dos equipamentos médicos salientando-se o esforço das obras na UCIN e na intervenção do parque de estacionamento.

## 6.5 Rácios e indicadores

Este mapa apresenta a evolução de índices diversos, ao longo dos cinco anos em apreciação.

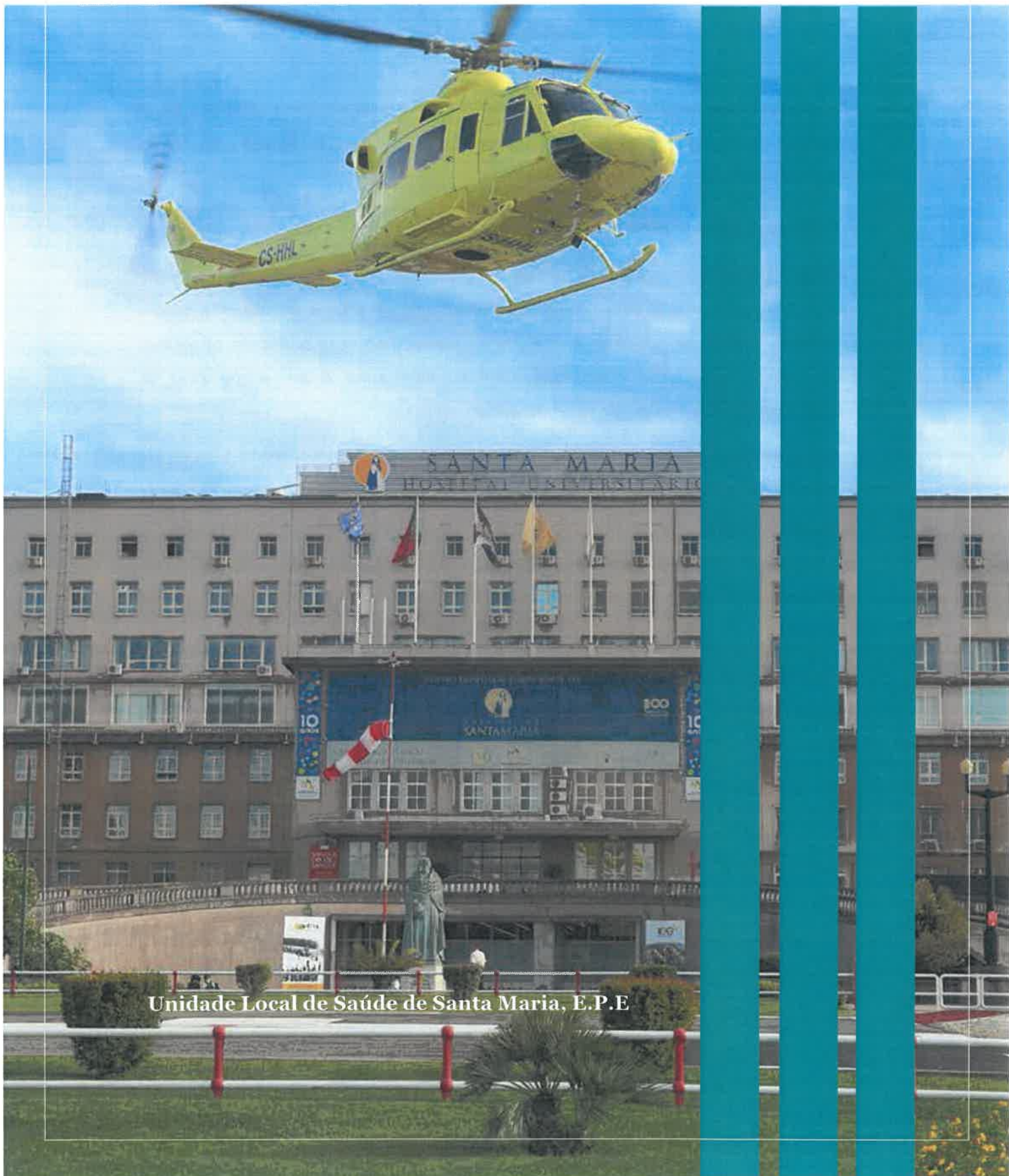
Cumpra assim, salientar a trajetória moderada do investimento que, nos últimos cinco anos, ascendeu a 84,5 M€.

Rácios e Indicadores	2025	2024	2023	2022	2021
Investimento Consolidado (M€)	16,2	21,4	14,5	14,5	17,9
Proveitos Totais (M€)	734,3	691,5	553,0	514,0	496,0
Taxa de Investimento (%)	2,20	3,10	2,62	2,82	3,61

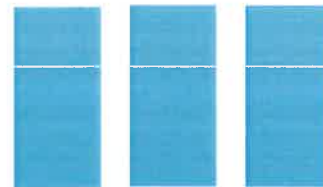
Fonte: Serviço de Gestão Financeira

# Relatório e Contas

# 2025



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E



## 7 Cumprimento das Orientações Legais

Este capítulo foi elaborado com base no ofício com a referência SAI/2026/904, de 26 de janeiro, da Entidade do Tesouro e Finanças que divulga as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2025, para as Entidades Publicas Empresariais.

### **1. Execução do Plano de Atividades e Orçamento**

*a) Evidenciar a execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) 2025 aprovado, conforme modelo indicativo infra, com a identificação obrigatória do volume de negócios, gastos operacionais, rácio de eficiência e variação de endividamento, explicitando os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como a justificação para os incumprimentos, e as medidas de correção, quando aplicável.*

O Contrato-Programa celebrado anualmente entre a Tutela e a Instituição define as orientações e objetivos de gestão no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, em termos de produção contratada, bem como a respetiva remuneração, incentivos institucionais atribuídos em função do cumprimento de objetivos de Acesso, Qualidade Assistencial e Eficiência Económico-financeira, e os Gastos e Rendimentos inerentes a execução da atividade assistencial.

No exercício de 2025, a ULSSM conseguiu alcançar, apesar de tudo, bons resultados, conforme poderemos verificar no quadro de acompanhamento do CP 2025.

## Acompanhamento ao Contrato Programa SNS 2025

	Objetivos 2025	2025	Δ% 2025 / CP 2025	Taxa de Execução
<b>Cuidados Primários</b>				
<b>Consultas</b>				
Nº Total Consultas Médicas	829 248	801 908	-3,3%	96,7%
Nº Consultas Médicas Presenciais (CSP)	550 102	500 444	-9,0%	91,0%
Nº Consultas Médicas Não Presenciais (CSP)	279 146	301 464	8,0%	108,0%
<b>Serviços Domiciliários</b>	<b>41 977</b>	<b>47 053</b>	<b>12,1%</b>	<b>112,1%</b>
Nº Visitas Domiciliárias Médicas (CSP)	3 567	3 699	3,7%	103,7%
Nº Visitas Domiciliárias Enfermagem (CSP)	38 410	43 354	12,9%	112,9%
<b>Outras Consultas por Pessoal não Médico</b>	<b>399 921</b>	<b>449 311</b>	<b>12,3%</b>	<b>112,3%</b>
Nº Consultas de Enfermagem (CSP)	371 666	408 854	10,0%	110,0%
Nº Consultas de Outros Profissionais (CSP)	28 255	40 457	43,2%	143,2%
<b>Cuidados Hospitalares</b>				
<b>Consultas Externas</b>				
Nº Total Consultas Médicas	810 298	836 243	3,2%	103,2%
Primeiras Consultas	233 696	236 030	1,0%	101,0%
Primeiras Consultas com origem nos CSP referenciadas via CTH	54 364	49 316	-9,3%	90,7%
Primeiras Consultas Descentralizadas	808	524	-35,1%	64,9%
Primeiras Consultas	178 524	186 190	4,3%	104,3%
Consultas Subsequentes	576 602	600 213	4,1%	104,1%
Consultas Subsequentes Descentralizadas	3 152	2 531	-19,7%	80,3%
Consultas Subsequentes	573 450	597 682	4,2%	104,2%
<b>Internamento</b>				
<b>Doentes Saídos - Agudos (inclui berçário)</b>	<b>36 334</b>	<b>37 393</b>	<b>2,9%</b>	<b>102,9%</b>
D. Saídos - GDH Médicos (Total)	23 012	23 847	3,6%	103,6%
D. Saídos - GDH Cirúrgicos Programados (Total)	8 746	8 025	-8,2%	91,8%
D. Saídos - GDH Cirúrgicos Urgentes (Total)	4 576	5 521	20,7%	120,7%
<b>Urgência</b>				
Total de Atendimento SU Polivalente (sem Internamento)	127 978	151 062	18,0%	118,0%
<b>Hospital de Dia</b>				
<b>Total de sessões de Hospital de Dia (s/GDH Ambulatório Médico)</b>	<b>82 040</b>	<b>80 198</b>	<b>-2,2%</b>	<b>97,8%</b>
Hematologia / Imuno-hemoterapia	4 055	4 060	0,1%	100,1%
Psiquiatria e Unidades Sócio-Ocupacionais	4 917	5 673	15,4%	115,4%
Base (Pediatria+Pneumologia+Oncologia s/Quimio+Outros)	73 068	70 465	-3,6%	96,4%
<b>Serviços Domiciliários</b>				
Total de Domicílios	1 609	1 892	17,6%	117,6%
Hospitalização Domiciliária	274	253	-7,7%	92,3%
<b>GDH Ambulatório</b>				
GDH Médicos de Ambulatório (Total)**	8 469	8 554	1,0%	101,0%
GDH Cirúrgicos de Ambulatório (Total)	22 697	21 632	-4,7%	95,3%
<b>Sessões de Radioncologia</b>				
Tratamentos Simples	2 946	1 378	-53,2%	46,8%
Tratamentos Complexos	31 939	30 772	-3,7%	96,3%
<b>Sessões de Quimioterapia</b>				
Quimioterapia	27 831	29 163	4,8%	104,8%
<b>Rastreios</b>				
Rastreio do Cancro do Colo do Útero	821	453	-44,8%	55,2%
Rastreio do Cancro do Cólon e Reto	1 105	1 338	21,1%	121,1%

No âmbito da **Consulta Externa**, em 2025, a ULSSM concentrou os seus esforços na melhoria da acessibilidade às especialidades hospitalares, tendo alcançado uma produção global 3,2% acima das metas contratadas. No âmbito do **Internamento**, em 2025, registou-se um aumento generalizada da atividade face ao que havia sido contratado, especialmente devido ao atraso na reabertura prevista do Bloco de Partos, da Urgência de Obstetrícia e Ginecologia, e do Internamento pós-parto. No entanto, esta redução foi atenuada pela implementação do Plano de Recuperação da Atividade Cirúrgica Programada, que permitiu alcançar uma taxa de execução de 91,8% nos GDH cirúrgicos programados. No âmbito da **Urgência**, para os episódios que não originaram seguimento para Internamento, registou-se um desempenho 218% acima dos valores contratados. No âmbito dos tratamentos de **Radioterapia**, verificou-se uma redução acentuada nos tratamentos simples, consequência da externalização de alguns tratamentos, que deixou de ser realizada a partir de 2025 e que não foi tida em conta na proposta do Contrata Programa. No que concerne aos **Cuidados Primários** este resultado ficou aquém da proposta. Apesar do esforço contínuo para garantir o acesso a cuidados de saúde de proximidade e de qualidade, persiste um desafio significativo, nomeadamente o elevado número de utentes sem médico de família, que em 2025 representou 32,1% da população abrangida.

**b) Aditar os objetivos e metas de gestão relacionadas com a atividade da empresa definidos no âmbito do PDO, apresentando o respetivo grau de cumprimento, bem como os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.**

(uni: milhares euros)

Indicadores	PDO 2025	Executado 2025	Desvio valor
Resultado Líquido	-102 389	-116 375	-13 986
EBITDA	-90 962	-104 426	-13 464
Resultado Operacional	-102 362	-116 356	-13 994
Volume de negócios	723 832	729 329	5 497
Gastos Operacionais	816 224	838 378	22 154
Gastos Operac./Vol. negocios	112,76%	114,95%	0,00%
Endividamento	0	0	0
Div Financ Liquida/EBITDA	0	0	0
Disponibilidades	7 277	7 590	313

O Plano de Desenvolvimento Organizacional para 2025-2027 foi aprovado, em comunicação via e-mail da Direção Executiva, a 28 de dezembro de 2025, em âmbito circunscrito, no que diz respeito a recursos humanos e investimento.

A variação apresentada espelha uma performance inferior à nossa estimativa resultando do impacto nos fornecimentos e serviços externos pela absorção dos gastos com os convenionados e nos gastos com pessoal derivado das medidas governamentais, no ano de 2024/2025, totalizando estas rubricas o valor global de (+35M€), contrabalançada com a nossa performance em termos de CMVC (-15M€) devido ao aumento real de rappel.

*c) Para as empresas publicas que integram o perímetro de consolidação das Administrações Publicas (EPR), incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificava dos desvios*

No capítulo 8.3 apresenta-se a execução orçamental no que concerne ao orçamento financeiro e económico.

*d) Indicar expressamente as autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PDO 2025, conforme modelo indicativo infra.*

(uni: milhares euros)

Designação	Autorização concedida	Limite autorizado para 2025
Equipamento medico geral	4 331	5 000
Equipamento puerpério	85	220
Equipamento neonatologia	279	330
Remodelação e ampliação da UCPA	2 120	2 120
Substituição equipamentos parque estacionamento	680	740
Instalações equipamentos diversos ACES	285	1 000
<b>Equipamentos ACES</b>	<b>87</b>	<b>750</b>
Beneficiação do internamento puérperas piso 5	51	500
Compartimentação corta fogo	65	500
Reabilitação de arruamentos e passeios	7	200
Rastreamento de pacientes	200	200
Remodelação do Bloco de Oftalmologia	140	2 000
Criação da nova Unidade de Queimados	12	500
Remodelação da Central de Segurança	159	500
Substituição de frota	24	400
Sistemas e Tecnologias de Informação	911	2 500
<b>Intervenções de pequeno porte</b>	<b>1 281</b>	<b>37 240</b>

## 2. Eficiência operacional e Gastos Operacionais

Conforme previsto e pelo artigo 52º da Lei do Orçamento Estado para 2025(LOE2025) e no artigo 140º do Decreto Lei da Execução Orçamental (DLEO 2025) o rácio da eficiência operacional (gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluídos os impactos extraordinário decorrentes do cumprimento das disposições legais, devidamente fundamentados) deve ser igual ou inferior ao verificado em 2024. Na eventualidade de ter sido autorizada a utilização de outro indicador para medir a eficiência operacional, apresentar o quadro suporte ao respetivo apuramento e evolução, indicando e apresentando em anexo o respetivo Despacho autorizador.

Apresentar informação sobre os gastos operacionais e o volume de negócios, bem como sobre outros dados complementares ao longo do período (2024 – execução; 2025 – orçamento e 2025 execução).

Eficiência Operacional							
	2025 (Executado)	2025 (Orçamento)	2024 (Executado)	Acréscimo 2025/2024		Acréscimo 2025/2025 Orç.	
				Valor	%	Valor	%
(1) CMVMC	-276 495 695 €	-288 092 996 €	-281 523 433 €	5 027 738 €	-1,8%	11 597 301 €	0,0%
(2) FSE	-204 529 846 €	-203 127 693 €	-167 261 187 €	-37 268 659 €	18,2%	-1 402 153 €	0,0%
(3) Gastos com Pessoal	-353 982 947 €	-353 493 948 €	-338 345 567 €	-15 637 380 €	4,4%	-488 999 €	0,0%
i relativos aos órgãos sociais	562 148 €	366 356 €	567 375 €	-5 227 €	-0,9%	195 793 €	0,0%
ii indemnizações pagas por rescisão	372 €	8 922 €	3 336 €	-2 964 €	796,7%	-8 550 €	0,0%
iii efeitos do acordo para a melhoria do rendimento	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	0 €	
iv valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias v efeitos do absentismo e do cumprimento das disposições legais	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%	0 €	
(4) Gastos com Pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	-353 420 427 €	-353 118 671 €	-337 774 857 €	-15 645 570 €	4,4%	-301 757 €	0,0%
(5) Gastos Operacionais = [(1)+(2)+(3)-(5)]	-835 008 488 €	-844 714 637 €	-787 130 187 €	-47 878 301 €	5,7%	9 706 149 €	0,0%
(6) Volume de Negócios (VN)	729 329 188 €	753 622 796 €	685 274 005 €	44 055 183 €	6,0%	-24 293 608 €	0,0%
Vendas	9 384 €	9 500 €	8 574 €	810 €	8,6%	-116 €	0,0%
Prestação de serviços	717 143 364 €	742 476 565 €	673 801 161 €	43 342 203 €	6,0%	-25 333 201 €	0,0%
Outros	12 176 440 €	11 136 731 €	11 464 270 €	712 170 €	5,8%	1 039 709,00€	0,00€
Indeminizações compensatórias							
(7) Impacto no VN						0 €	
(8) Volume de Negócios para efeitos do apuramento de eficiência operacional	729 329 188 €	753 622 796 €	685 274 005 €	44 055 183 €	6,0%	-24 293 608 €	0,0%
(9) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	-1,14	-1,12	-1,15	-1,09		0 €	0,0%

### 3 Recursos Humanos e Massa Salarial

Tendo em consideração o previsto nos art.º 138 e 139 do DLEO 2025, no Despacho nº 1103-B/2025 de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, apresentar informação sobre a evolução do número e recursos humanos, de forma desagregada e indicar o correspondente impacto nos gastos com pessoal.

Indicar a evolução da massa salarial, nos termos e para os efeitos previstos no Despacho nº1103-B/2025 de 22 de janeiro de 2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças,

Indicadores	2025 (Executado)	2025 (Orçamento)	2024 (Executado)	Acréscimo 2025/2024		Acréscimo 2025/2025 Orç.	
				Valor	%	Valor	%
N.º Total RH (O.S.+ Cargos de Direção+ Trabalhadores)	7601	7925	7514	87	1,1%	-324	6,4%
N.º Órgãos Sociais (O.S.) (nº)	10	7	7	3	30,0%	3	0,0%
N.º Cargos de Direção sem O.S. (nº)	45	45	45	0	0,0%	0	0,0%
N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos de Direção (nº)	7546	7873	7462	84	1,1%	-327	6,4%
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal [b/(1-f)]	0,02	0,01	0,02	0	0,0%	0	
Número viaturas	36	36	36	0	0,0%	0	

### 4 Plano de Investimentos

Apresentar a execução dos investimentos no período conforme modelo indicativo infra.

Explicitar claramente eventuais investimentos executados que não forma previstos no PDO aprovado, ou estando previstos excedam o valor orçamentado, bem como a eventual autorização autónoma concedia pelas tutelas e em que termos.

(uni: milhares euros)

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvío valor
Investimentos	54 700	16 154	38 546

Face ao planeado não foi possível em 2025 realizar as obras previstas no âmbito da parceria START (2,6 M€), bem como alguns investimentos de equipamentos e obras em sede PRR (19 M€) como sejam os aceleradores lineares e obras UCPA, Bloco Oftalmologia, Hematologia, Medicina Nuclear e Ortopedia.

## 5. Contratação de Serviço Público

Na eventualidade de existência de contrato-programa, contratos de prestação de serviços público ou ainda de interesse económico geral celebrado com o Estado identificar:

- a) Os indicadores e metas anuais e respectiva execução;
- b) As compensações recebidas pelos órgãos de serviço público asseguradas,

### Acompanhamento Incentivos Institucionais 2025

Objetivos Nacionais	Meta	Realizado	Grau de Cumprimento (%)
<b>A. Acesso</b>			
A.1. IDE Acesso*	63,0	29,0	46,0%
A.2. Cobertura rastreio C. Mama (ID45**)	42,0	32,2	76,7%
A.3. Cobertura rastreio C. Colo de Útero (ID45**)	44,0	47,0	106,7%
A.4. Cobertura a rastreio C. Colon e Reto (ID46**)	47,0	47,3	100,6%
A.5. Proporção de utentes em lista de espera para consulta hospitalar dentro de TMRG referenciados CSP	0,4	0,5	128,0%
A.6. Percentagem de utentes em lista de inscritos para cirurgia (LIC) oncológica dentro dos TMRG	89,0	74,7	84,0%
A.7. Percentagem de utentes em lista de inscritos para cirurgia (LIC) não oncológica dentro dos TMRG	74,0	62,0	83,8%
<b>B. Qualidade</b>			
B.1. IDE Gestão da Saúde*	58,0	42,8	73,8%
B.2. IDE Gestão da Doença*	55,0	40,5	73,6%
B.3. Taxa de ocupação das ECCI	39,0	25,8	66,2%
B.4. Demora média ajustada	1,0	1,0	98,9%
B.5. Percentagem doentes saídos em hospitalização domiciliária (GDH) no total doentes saídos (GDH)	0,9	0,7	78,0%
B.6. Percentagem de cirurgias em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis***	30,0	23,6	78,5%
B.7. Mortalidade Ajustada	0,9	1,0	80,9%
<b>C. Eficiência</b>			
C.1. Gastos operacionais por Inscritos	2 313,0	2 382,0	97,0%
C.2. IDE Qualificação da Prescrição em CSP *	82,3	99,9	121,4%
<b>D. Integração de Cuidados</b>			
D.1. IDE Integração de cuidados *	62,0	100,0	161,3%
D.2. Taxa de internamento para amputação de membro inferior em pessoas com diabetes (ajustada para uma população padrão) (ID 360)**	9,0	12,5	61,4%
D.3. Proporção de utentes referenciados pelo SNS 24 para os CSP, com consulta médica na UF de inscrição no tempo definido no fluxograma de referência (ID 476**)	0,5	0,5	104,4%
D.4. Taxa de internamentos evitáveis na população adulta (ajustada para uma população padrão) (ID 365)**	4,8	308,8	-6301,2%
D.5. Índice de Desempenho na Qualidade Organizacional CSP (ID 503**)	0,5	n.d.	n.d.

#### **Acesso:**

**IDE Acesso e Cobertura rastreio C. Mama (ID45)** – apesar do esforço, a equipa dos cuidados de saúde primários foi insuficiente para garantir consultas e atendimento atempado ao crescente número de utentes inscritos.

**Percentagem de utentes em lista de inscritos para cirurgia (LIC) oncológica dentro dos TMRG e Percentagem de utentes em lista de inscritos para cirurgia (LIC) não oncológica dentro dos TMRG** – apesar do trabalho realizado para otimizar os tempos operatórios, a redução significativa da atividade cirúrgica adicional agudizou as limitações de capacidade em algumas especialidades com maior pressão da procura, resultando numa redução da resposta cirúrgica.

#### **Qualidade Assistencial:**

**IDE Gestão da Saúde, IDE Gestão da Doença e Taxa de ocupação das ECCI** - a equipa dos cuidados de saúde primários foi insuficiente para garantir a gestão integral da saúde da sua população inscrita, nomeadamente no que diz respeito ao rastreio do cancro de mama, bem como efetuar o acompanhamento clínico de todos utentes com patologias crónicas, não tendo sido possível reduzir as complicações e internamentos evitáveis.

**Percentagem doentes saídos em hospitalização domiciliária (GDH) no total doentes saídos (GDH)** - foi alcançado um valor de 0,7% face ao objetivo de 0,9%. Ainda que a diferença seja marginal, reflete o aumento significativo do nº de doentes saídos, determinado pela abertura integral da maternidade.

**Percentagem de cirurgias em ambulatório, para procedimentos tendencialmente ambulatorizáveis** - a redução significativa da atividade cirúrgica adicional, maioritariamente cirurgias de ambulatório, agudizou as limitações de capacidade em termos de tempos operatórios, desviando a capacidade para outros procedimentos urgentes e/ou convencionais de maior prioridade clínica.

#### **Integração de Cuidados:**

**Taxa de internamento para amputação de membro inferior em pessoas com diabetes (ajustada para uma população padrão) (ID 360)**

registou-se um valor de 12,5% face ao objetivo de 9%. Este indicador reflete o impacto de determinantes sociais e clínicos da procura não programada, bem como os desafios ainda

presentes na articulação com os cuidados de saúde primários e na resposta integrada a utentes com necessidades complexas e crónicas.

Em termos de desempenho económico financeiro, o Resultado Líquido apresentado em 2025, aumentou relativamente ao período homólogo; negativo em -116.375.552 €, bem como o EBITDA -104.426.587€, que compara com um Resultado Líquido negativo de -111.456.731€ e um EBITDA de -99.999.119€.

#### **6. Gestão do Risco Financeiro**

***Apresentar a evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos 5 anos, acompanhada de uma análise de eficiência da política de financiamento quando aplicável.***

A ULSSM não regista qualquer Passivo remunerado nos últimos 5 anos.

#### **7. Limites de crescimento do endividamento**

***Indicar a variação do endividamento homóloga, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da LOE 2025 e no artigo 141º do DLEO 2025***

Tal como referido no ponto anterior a ULSSM não regista qualquer Passivo remunerado nos últimos 5 anos, sendo que a aprovação dos mesmos está sujeita a autorização da Tutela.

#### **8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado**

***Nos termos conjugados do previsto nos artigos 28º do RJSPE , 13º da LOE 2025 e 97º do DLEO 2024, as empresas publicas não financeiras devem identificar as disponibilidades e aplicações financeira que mantem no final de cada trimestre junto da Agência de Gestão DA Tesouraria e da Divida Publica – IGCP, E.P.E, bem como junto da Banca Comercial, preenchendo para o efeito dos seguintes quadros:***

Dando cumprimento ao regime aplicável nos termos do diploma acima referido, em 31 de dezembro de 2025, cerca de 95% das disponibilidades da ULSSM estavam depositadas no IGCP. No entanto, a ULSSM de acordo com autorização de 16 de abril de 2024 encontra-se excepcionado da aplicação deste princípio para os anos de 2024 e 2025, por motivo de agilização na cobrança de taxas moderadoras e por utilização do sistema de *homebanking* do Banco Santander Totta.

IGCP (€)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	7 199 840€	8 704 695€	6 556 260€	7 208 971€
Aplicações financeiras	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7 199 840€</b>	<b>8 704 695€</b>	<b>6 556 260€</b>	<b>7 208 971€</b>

Banca Comercial (€)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
CGD - Caixa Geral Depósitos SA	3 480 €	3 480 €	3 480 €	3 480 €
Banco Santander Totta	41 001€	49 337€	40 772€	342 905€
<b>TOTAL</b>	<b>44 481€</b>	<b>52 817€</b>	<b>44 252€</b>	<b>343 285 €</b>

### 9. Prazo Médio de Pagamento (PMP) e Arrears

a) Indicar o PMP, em conformidade com a Resolução Conselho ministros Nº34/2008 de 22 fevereiro, na sua versão atual:

#### Evolução do prazo médio de pagamentos (PMP)

Prazo Médio Pagamentos - PMP	2025				2024				Δ % 4ºT 25/ 4º T 24
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	
Prazo (dias)	100	106	109	117	131	105	108	96	21,8%

Durante o ano de 2025 verificou-se um acréscimo de gastos significativos, em grande parte associado à retoma da atividade e à inclusão dos cuidados de saúde primários. Assim, apesar do reforço de verbas que nos foram disponibilizadas pela ACSS, com a pressão de pagamentos a pessoal adicionais, dos fornecimentos associados às infraestruturas e à recuperação da atividade cirúrgica, o PMP a fornecedores externos, bem como o valor da dívida, face ao período homólogo sofreram um grande aumento.

*As empresas públicas com um PMP superior a 60 dias, devem assegurar que divulgaram nos termos do nº2 do artigo 27º do DLEO 2025, nos respetivos sítios na internet, e atualizaram trimestralmente até ao fim do mês seguinte ao final de cada trimestre, uma lista das dividas certas, liquidas e exigíveis há mais de 30 dias.*

**b) Indicar os atrasos nos pagamentos(arrears) conforme definido no Decreto-Lei nº65-A/2011 de 17 de Maio, conjugado com o artigo nº4 do Decreto Lei nº 127/2012 de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.**

**Detalhe da dívida conforme definidos no Decreto-Lei nº 65-A/2011 de 17 de maio**

Dívida vencida (valor€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o artº1º DL65-A				
	0-90 dias	90-120	120-140	240-360	»360
Aquisições de bens e serviços	59 062 536 €	19 930 €	739 903 €	2 085 173 €	73 028 729 €
Aquisições de capital	2 371 563 €	789 533 €	0 €	316 950 €	359 444 €
<b>Total</b>	<b>61 434 099 €</b>	<b>62 243 562 €</b>	<b>62 983 465 €</b>	<b>65 385 588 €</b>	<b>138 773 761 €</b>

De referir que nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 18/2016 de 13 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 35-A/2016 de 30 de junho, iremos proceder à divulgação no sítio da internet das dívidas certas, líquidas e exigíveis.

Pagamentos em atraso nos termos do nº2 do artigo 55º da LOE 2025	Saldo
1 Pagamentos em atraso 2024(»90dias)	74 271 539
2 Pagamentos em atraso 2025(»90dias)	77 339 662
3 Variação Pagamentos atraso (2-1)	3 068 123
4 Dotações Orçamentais 2025	84 696 549
5 Saldo (3+4)	87 764 672

## **10. Estatuto do Gestor Público**

### **a) Objetivos de Gestão**

**Indicar os objetivos de gestão para 2025, conforme proposta submetida à ETF nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 18º e 30º e na Portaria nº 317-7/2021, de 23 de dezembro, apresentando o respetivo grau de cumprimento, identificando os desvios verificados e as medidas corretivas adotadas.**

### **b) artigos 32º e 33º do EGP**

**i. À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;**

Não foram utilizados cartões de crédito nem foram reembolsadas despesas de representação pessoal.

As despesas dos membros do Conselho de Administração cumprem os mesmos procedimentos de autorização das restantes.

*ii. Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito dado conceito de despesas de representação pessoal.*

Não aplicável

*iii. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliários e internet.*

Nome	Período	Plafond Mensal	Valor
Rui António Rocha Tato Marinho	janeiro a junho	70€	1,63 €
Miguel Jorge de Figueiredo Carpinteiro	janeiro a dezembro	70€	121,14€

Os restantes membros do Conselho de Administração em funções no mandato de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, não apresentaram despesas de comunicações.

*iv) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.*

Os membros do Conselho de Administração em funções no mandato de 1 janeiro a 31 de dezembro de 2025, não usufruem de viaturas de serviço.

#### **c) Despesas não documentadas ou confidenciais**

Indicar o grau de cumprimento em 2025 da aplicação o disposto no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

#### **11. Da Contratação Pública indicando designadamente:**

*a) O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2024, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.*

*b) Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com a referência à última atualização.*

Nos termos do Regulamento Interno em vigor, compete ao Serviço de Gestão de Compras assegurar a contratação, compra e disponibilização de todos os bens, serviços e empreitadas necessários ao funcionamento do Hospital e ao cumprimento da missão assistencial com que o

mesmo se encontra superiormente comprometido, com respeito pelas regras da Contratação Pública previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18 de 2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei N.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual e demais disposições legais aplicáveis.

No âmbito da sua atividade, o Serviço de Gestão de Compras aplica exclusivamente o regime geral do Código dos Contratos Públicos, selecionando, em função do objeto e do valor do contrato, o tipo de procedimento aplicável – designadamente, ajuste direto, consulta prévia ou concurso público – e garantindo o respeito pelos princípios da concorrência, da transparência, da igualdade de tratamento, da proporcionalidade e da boa gestão dos dinheiros públicos. São igualmente asseguradas a adequada publicitação dos procedimentos, a elaboração e aprovação das peças procedimentais, a análise e avaliação das propostas, a adjudicação e a formação dos contratos, de acordo com o regime estabelecido no Código dos Contratos Públicos.

A gestão da despesa pública associada à contratação observa o quadro legal de disciplina orçamental e de pagamentos, em particular a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor, incluindo as alterações introduzidas, nomeadamente, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, bem como o respetivo regime de aplicação previsto no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

Neste contexto, antes da abertura de qualquer procedimento e da assunção de compromissos, é verificada a existência de dotação orçamental adequada e suficiente, bem como o cumprimento das regras relativas ao cabimento e ao compromisso, de forma a garantir a sustentabilidade financeira e a prevenção de pagamentos em atraso, nos termos da legislação referida.

Sempre que algum contrato se encontre sujeito a fiscalização prévia, o Serviço de Gestão de Compras assegura o cumprimento das exigências constantes da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atualmente em vigor, após as alterações e republicação operadas, designadamente, pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março, e pelos demais diplomas subsequentes, bem como das instruções aplicáveis aprovadas pelo Tribunal de Contas em matéria de fiscalização prévia.

No que respeita à assunção de compromissos plurianuais, o Serviço de Gestão de Compras observa as limitações e condições fixadas na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e no respetivo regime de aplicação, bem como as regras específicas de delegação e

subdelegação de competências estabelecidas para o setor da saúde. Para o efeito, são cumpridas as disposições constantes dos despachos governamentais em vigor relativos à autorização de compromissos plurianuais no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente o Despacho n.º 10049/2025, de 22 de agosto, na medida em que disciplina, para os anos subsequentes, o recurso a compromissos que ultrapassam o ano económico, em articulação com a legislação orçamental aplicável.

Internamente, o Serviço de Gestão de Compras dispõe de procedimentos formalizados para a contratação de bens e serviços, que incluem, em termos gerais:

1. A identificação da necessidade pelo serviço requisitante e a apresentação de pedido interno de aquisição, com definição do objeto, da quantidade, do prazo e da justificação da necessidade;
2. A verificação prévia de cabimento e compromisso, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), na redação em vigor, e do regime de aplicação estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.
3. A escolha do procedimento de contratação adequado, de acordo com os limiares e requisitos fixados no Código dos Contratos Públicos, bem como o eventual recurso a acordos-quadro e catálogos eletrónicos do Sistema Nacional de Compras Públicas.
4. A elaboração e aprovação das peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, convites e demais documentos), a condução da fase de apresentação e avaliação de propostas e a decisão de adjudicação pelo órgão competente.
5. A formação do contrato e a prática de todos os atos necessários à sua eficácia, incluindo, quando legalmente exigível, o envio ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia, ao abrigo da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas).
6. O registo dos contratos e dos compromissos assumidos nos sistemas internos de informação e nas plataformas eletrónicas legalmente exigidas, bem como o acompanhamento da execução contratual e do cumprimento dos prazos de pagamento, em conformidade com a legislação de finanças públicas aplicável, designadamente a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor

A ULSSM submete à fiscalização prévia do Tribunal de Contas todos os contratos que, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), se encontram sujeitos a visto, designadamente os contratos de obras públicas, de aquisição de bens e serviços e outras aquisições patrimoniais de valor igual ou superior a 750 000 €, bem como os contratos de montante global superior a 950 000 €, isolados ou relacionados entre si, nos termos dos artigos 46.º, 47.º e 48.º da referida Lei, na redação que lhe foi dada, entre outros diplomas, pelas Leis n.º 42/2016, de 28 de dezembro, n.º 27-A/2020, de 24 de julho, e n.º 12/2022, de 24 de julho, e em conformidade com as instruções emitidas pelo Tribunal de Contas em matéria de fiscalização prévia.

No ano de 2025, a ULSSM assegurou a assunção de compromissos plurianuais em conformidade com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor, com o respetivo regime de aplicação estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, e com as normas remanescentes aplicáveis do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, beneficiando da subdelegação de competências conferida aos conselhos de administração das Unidades Locais de Saúde, E. P. E., pelo Despacho n.º 10049/2025, de 22 de agosto, tendo sido submetidos os pedidos de assunção de despesa plurianual na plataforma «SNS+ Investimento» e nos serviços online da DGO.

Os encargos com contratos de aquisição de serviços pela ULSSM são, também, regulados pelo LOE e DLEO, estando esta Entidade em cumprimento com a referida Legislação.

Para além das aquisições de medicamentos, de material de consumo clínico e de serviços efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde e nas áreas Transversais, mediante convite à apresentação de proposta dirigido aos cocontratantes naqueles CPA e de acordo com o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP, o Serviço de Gestão de Compras efetua igualmente aquisições de bens e serviços pelo Sistema Nacional de Compras Públicas, através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Saúde, na qualidade de entidade voluntária, através de compra centralizada por via de contrato de mandato administrativo, no âmbito da agregação centralizada, promovida pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

c) Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de contas, conforme determina o artigo 47.º da LOPTC

Processo	Objeto Aquisitivo	Valor	Tipo	Sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas
252A000052	CONSUMIVEIS DE TROMBECTOMIA	15 844 147,00 €	Material de Consumo Clínico	1768/2025
252A000052	CONSUMIVEIS DE TROMBECTOMIA	14 403 770,00 €	Material de Consumo Clínico	1768/2025
252A000052	CONSUMIVEIS DE TROMBECTOMIA	12 963 393,00 €	Material de Consumo Clínico	1768/2025
251G000511	C.CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2025 IVACAFOR-LUMACAFOR	11 811 160,15 €	Produtos Farmacêuticos	802/2025
251G000511	C.CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2025 IVACAFOR-LUMACAFOR	11 811 160,15 €	Produtos Farmacêuticos	802/2025
251G000511	C.CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2025 IVACAFOR-LUMACAFOR	11 811 160,15 €	Produtos Farmacêuticos	802/2025
251G000511	C.CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2025 IVACAFOR-LUMACAFOR	11 811 160,15 €	Produtos Farmacêuticos	802/2025
251G000130	EFMOROCTOCOG ALFA (VÁRIAS DOSAGENS)	10 739 068,30 €	Produtos Farmacêuticos	574/2025
252A000052	CONSUMIVEIS DE TROMBECTOMIA	8 642 262,00 €	Material de Consumo Clínico	1768/2025
251G000442	VUTRISIRAN 25 MG/ 0,5 ML SOL INJ SERINGA	7 811 560,80 €	Produtos Farmacêuticos	680/2025
252A000052	CONSUMIVEIS DE TROMBECTOMIA	7 201 885,00 €	Material de Consumo Clínico	1768/2025
252A000034	ENDOPRÓTESES AÓRTICAS STANDARD PARA UTILIZAÇÃO	6 729 000,00 €	Material de Consumo Clínico	1556/2025
252A000052	CONSUMIVEIS DE TROMBECTOMIA	5 761 508,00 €	Material de Consumo Clínico	1768/2025
252A000052	CONSUMIVEIS DE TROMBECTOMIA	5 761 508,00 €	Material de Consumo Clínico	1768/2025
259A000007	PS DE TRANSPORTE NÃO URGENTE DE DOENTES	5 508 034,20 €	Prestação de Serviços	2642/2025
259A000007	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE NÃO URGENTE DE DOENTES	5 508 034,20 €	Prestação de Serviços	2642/2025
251G000132	FACTOR VII RECOMBINANTE (VÁRIAS DOSAGENS)	5 051 059,32 €	Produtos Farmacêuticos	0683/2025

## 12. Informação Complementar

Indicar designadamente:

a) a eventual adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Natureza	Total sem IVA
Produtos Farmacêuticos	266 261 564 €
Material de Consumo Clínico	15 861 589 €
Consumo Hoteleiro	271 988 €
Equipamentos	273 586 €
Serviços	1 761 799 €
<b>Total</b>	<b>284 430 527 €</b>

***b) As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas (se aplicável)***

No âmbito do cumprimento das recomendações do acionista não existe nada a relevar. O último parecer do acionista foi efetuado sobre as contas de 2012.

***c) As diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas (se aplicável)***

No seguimento das reservas emitidas na última Certificação Legal de Contas, continuamos a trabalhar visando analisar a situação das diferenças de integração das várias aplicações, relacionadas com os stocks da ULSSM.

***d) As recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.***

No último ano não foram rececionados relatórios referentes a Auditorias do Tribunal de Contas no CHULN e, nos últimos dois anos, não foi rececionado para a ULSSM.

***e) As medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos, de modo a assegurar que, caso a empresa ainda não se encontre sujeita à obrigação de apresentação do relato de sustentabilidade, venha a cumprir essa exigência nos prazos legalmente estabelecidos pela Diretiva Comunitária Corporate Sustainability Reporting Diretiva (CSRD).***

Não aplicável.

### 13. Quadro Síntese do Cumprimento das Obrigações

Para efeitos de sistematização da informação, o relatório de gestão deve integrar o quadro infra:

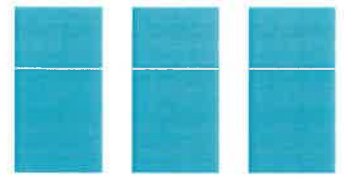
Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pag. Relatório Gestão
		S/N/ N.A.	
1	Objetivos de Gestão	S	89
1	Autorizações concedidas	S	99
1	Metas a atingir constantes no PDO	S	99
1	Execução do Investimento	S	101
1	Contrato Programa	S	97
2	Gestão de Risco Financeiro	NA	104
3	Garantias Prestadas a Terceiros	S	184
4	Esforço Financeiro do Estado	NA	104
5	Limites de Crescimento de Endividamento	NA	104
6	Evolução do PMP a Fornecedores	S	105
6	Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos "arrears"	S	106
7	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação contas	S	111
8	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	S	112
9	EGP - artigo 32º e 33º do EGP	S	106
10	Despesas não documentadas ou confidenciais nº2 do artigo 16º do RSPG e artigo 11º do EGP	S	106
11	Contratação Pública	S	102
12	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	111
13	Eficiência Operacional	S	100
13	Evolução dos Gastos Operacionais	S	100
14	Recursos Humanos e Massa Salarial	S	100
15	Princípio da Unidade de Tesouraria	S	104
16	Auditorias do Tribunal de Contas	S	112
17	Sistematização da Informação	S	113

Relatório e Contas

2025



Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E



## 8 Análise do Desempenho

### Económico-Financeiro

A informação atinente à Atividade Assistencial e Desempenho Económico-Financeiro, cujo resultado se consubstancia, entre outros, no “Relatório Analítico e Desempenho Económico e Financeiro” continua a ser reportada com a periodicidade requerida, bem como a informação pretendida pela EO, para monitorização da Execução Orçamental, e para a ETF através da plataforma SISEE, assim como outras de carácter esporádico que ao longo do ano sempre surgem, tendo o carácter de urgência como denominador comum.

O ano de 2025, representou para a ULSSM, a consolidação do desafio iniciado em 2024 em termos de uniformização de processos contabilísticos, reportes e acompanhamento da nova realidade da integração dos Cuidados de Saúde Primários.

No que concerne à apresentação das contas de 2025 as mesmas são já comparáveis com o ano de 2024. Apesar de terem sido publicadas orientações na Circular nº 14/25 de 4 de março de 2025 e na Circular nº 1/26 de 10 abril 26 da ACSS, no sentido de integrar os saldos das ARS's não foram recebidas orientações superiores da Tutela, nomeadamente em termos de entidade centralizadora, e por isso as contas não refletem movimentos de integração, nomeadamente na ARSLVT.

A alteração na política de acréscimo de rendimentos face ao valor atribuído em sede de CP 2025, não considerando a totalidade da estimativa (-14,7MEUR) e o fecho do CP 2016 que teve como impacto a emissão de uma nota de crédito (-17,0MEUR) prejudicou gravemente os Resultados Operacionais da ULSSM.

A dotação orçamental inicial que nos foi atribuída para o ano de 2025, tal como em anos anteriores, verificou-se insuficiente, tal como antecipávamos e tivemos oportunidade de mencionar em sede de elaboração da memória justificativa do respetivo “Projeto de Orçamento”. Por ser escassa, obrigou-nos a alertar por diversas vezes às Tutelas Setorial e das Finanças, requerendo reforços de capital para solver compromissos assumidos e não pagos de anos anteriores.

A insuficiência de dinheiro e o seu direcionamento para atividades *core* da instituição condiciona inapelavelmente, toda e qualquer proposta de inovação que possamos pensar implementar. Com

a nova realidade dos CSP do ponto de vista económico financeiro o ano de 2025, revelou-se um ano de consolidação e reorganização de processos de modo a funcionar como ULS, no seu todo.

Não obstante, continuámos o esforço iniciado em 2023, no sentido de retomar os dois projetos que suportam a aplicação das Normas de Contabilidade Publica n.º 26 (Contabilidade Orçamental) e n.º 27 (Contabilidade de Gestão), do SNC- AP.

**Contabilidade Analítica** – iniciou-se no último trimestre de 2021, a implementação de um modelo de obtenção de custos diretos e indiretos, baseado na informação obtida na contabilidade patrimonial, e que introduzindo as regras de imputação nos permitirá obter uma visão da estrutura de custos por serviço/departamento no CHLN, base da contabilidade de Gestão. Encontra-se implementado em pleno, face às instruções da tutela, tendo o CHULN construído, em paralelo, um modelo onde refizemos algumas das premissas de distribuição de custos para melhor espelhar a atividade. O ano de 2023, pautou-se por um aprofundar dos critérios de rateio e distribuição de custos recorrendo a integração de informação de outros repositórios internos, apresentando-se um quadro resumo em capítulo próprio.

Em junho 2024, a ACSS publicou o novo Plano de Contabilidade Analítica promovendo reuniões com as instituições, ao longo do último trimestre do ano, pelo que abandonamos o nosso esforço no modelo descrito anteriormente e estamos neste momento a implementar seguindo as novas diretrizes da Tutela.

No ano de 2025 retomámos este projeto impulsionando no segundo semestre o grupo de trabalho tendo conseguido no início do ano de 2026 reportado os dados anuais ainda com algumas reservas a melhorar.

**Contabilidade Orçamental** – face às inúmeras dificuldades encontradas na sua implementação em anos anteriores, apesar de todo o esforço das equipas internas, foi possível preparar a transição em termos de afetação de rubricas de despesa e receita, reportando o ano de 2024 já a trabalhar com este referencial, consolidando o reporte em 2025, pelo que estamos finalmente a reportar na plataforma do Tribunal de Contas com a panóplia de mapas obrigatórios neste normativo.

A presente análise Económico-Financeira encontra-se baseada no referencial contabilístico SNC- AP, suportando a nossa análise em quadros detalhe sempre que possível.

## 8.1 Desempenho Económico

O Resultado Líquido apresentado em 2025, negativo em 116.375.552€ e o EBITDA negativo de 104.426.587€, enquanto que, em 2024, a ULSSM individualmente apresentou um Resultado Líquido negativo de 111.456.731€ e um EBITDA negativo de 99.999.119€, no ano anterior.

Tal como em anos anteriores confirma-se um Resultado Operacional negativo dado o valor dos custos estruturais que a ULSSM suporta. Salientamos os valores de CMVMC, que apresenta uma ligeira diminuição, obtida unicamente pelo efeito rappel pois o consumo bruto continua sempre em crescendo, face ao tipo de atividades complexas que prestamos, em termos de cuidados de saúde, aos FSE que acompanham a subida do salário mínimo refletida em rubricas como limpeza, alimentação, lavandaria, vigilância e segurança e, essencialmente, aos Gastos com Pessoal resultado da legislação emanada.

Apresenta-se no quadro seguinte as principais rubricas que concorrem para os resultados económico e financeiros:

Indicadores de Gastos, Rendimentos e Resultados (M€)	2025	2024	Varição 2025-2024
Gastos operacionais	838,38	789,94	6,13%
Rendimentos operacionais	734,00	689,94	6,39%
EBITDA	-104,40	-99,00	5,45%
Amortizações	-11,93	-11,40	4,65%
<b>Resultado Operacional antes gastos financiamento</b>	<b>-116,35</b>	<b>-111,41</b>	<b>4,43%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,01	0,00	0,00%
Juros e gasto similares suportados	-0,01	-0,01	0,00%
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>-116,35</b>	<b>-111,42</b>	<b>4,42%</b>
Imposto do exercício	-0,02	-0,04	-50,00%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-116,37</b>	<b>-111,46</b>	<b>4,41%</b>

Analisando a evolução dos Ganhos e Rendimentos obtemos o seguinte quadro:

RENDIMENTOS OPERACIONAIS (M€)	2025	2024	Varição 2025-2024
Rendimentos operacionais	734,0	690,0	6,38%
Taxas Moderadoras	0,8	0,8	0,00%
Prestação de Serviços	717,1	673,8	6,43%
SNS - Contrato Programa	702,3	662,1	6,07%
SNS - Programas Verticais	5,0	6,4	-21,88%
Outras entidades	9,8	5,3	84,91%
Transferências e subsídios correntes	6,0	5,6	7,14%
Outros rendimentos operacionais	10,1	9,8	3,06%
Juros e outros rendimentos similares	0,0	0,0	

O aumento global de 6,4%, que se traduz numa variação de 44 M€ globais, deve-se ao acréscimo de Produção por via da verba de capitação.

Refira-se que, o Contrato-Programa SNS foi reconhecido nas Prestações de Serviços como rendimento faturável em 98%, de acordo com a comunicação da ACSS, a 27 de março de 2026, mas sem reconhecer o remanescente como acréscimos de rendimentos (14,7MEUR), ao contrário do ano de 2024. O seu valor representa uma contrapartida financeira fixada mediante um valor prospetivo correspondente a atos e atividades, calculado com um modelo de financiamento de base capitolacional, ajustada pelo risco, pelos fluxos e pela diferenciação das entidades de acordo com regras estabelecidas.

O valor final do Contrato Programa 2025 inclui 71,9MEUR da verba atribuída a título de incentivos, evidenciando a necessidade de garantir a resposta à procura crescente de cuidados de saúde, incluídos também na rubrica de Prestações de Serviços.

Refira-se que, de acordo com o comunicado pela ACSS em 6 outubro, procedemos á emissão de uma nota de credito no valor de 17 MEUR, procedendo ao encerramento do Contrato Programa 2016.

Considerando a divulgação pela ACSS da Circular Informativa nº 1/2020 atualizámos as **Taxas Moderadoras**, que se encontravam por cobrar e ainda não reconhecidas em Acréscimos. A diminuição desta linha está diretamente relacionada com a legislação publicada em junho 2022.

A análise por linhas de produção é efetuada em capítulo próprio da Atividade Assistencial.

Os **Programas Verticais** em 2025 referem-se a Incentivos a Transplantes, Assistência Médica ao Estrangeiro, Atrofia Muscular Espinhal, e correspondem à nossa melhor estimativa, confirmada pela comunicação da ACSS, no dia 27 de março 2026.

A **Produção não SNS** reflete essencialmente os subsistemas, seguradoras e embaixadas.

Em relação aos Gastos e Perdas salientamos as principais rubricas, no seguinte quadro:

GASTOS OPERACIONAIS (M€)	2025	2024	Varição 2025-2024
Gastos operacionais	838,40	790,00	6,13%
Materiais de Consumo	276,5	281,5	-1,78%
Fornecimento e serviços externos	204,5	167,3	22,24%
FSE serviços de saude	132,6	98,9	34,07%
Outros FSE	71,9	68,4	5,12%
Gastos com pessoal	353,9	338,3	4,61%
Outros gastos Operacionais	3,5	2,9	20,69%

Analisando em detalhe verificamos que o aumento dos Gastos Operacionais, em termos percentuais, se deve essencialmente à rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos devido aos denominados gastos com os convencionados, a Gastos com Pessoal, e Materiais de Consumo.

Apresenta-se em seguida alguns quadros detalhando as principais variações:

Detalhe de Materiais de Consumo (M€)	2025	2024	Variação 2025-2024
<b>Materiais de Consumo</b>	<b>276,5</b>	<b>281,5</b>	<b>-1,78%</b>
<b>Produtos farmacêuticos</b>	<b>208,45</b>	<b>212,8</b>	<b>-2,04%</b>
Medicamentos	193,5	198,1	-2,32%
Reagentes e outros	14,95	14,7	1,70%
Material consumo clínico	65,25	65,7	-0,68%
Outros materiais de consumo	2,8	3	-6,67%

Relativamente aos medicamentos, a diminuição está fortemente influenciada pelo valor de rappel obtido no ano de 2025. Na realidade, considerando os valores brutos, a rubrica de medicamentos apresenta um aumento de 11% (+30,8 MEUR) face ao período homólogo. Este desvio deve-se, essencialmente, ao aumento em dois grupos farmacêuticos (medicamentos antineoplásicos e imunomoduladores, sistema nervoso central e infecciologia). Refira-se que 53,9% se concentra no Hospital de Dia, destacando-se a Neurologia (+11 MEUR). No que se refere ao rappel<sup>1</sup>, verificou-se a obtenção de +35,5 MEUR (+42,9%) ou seja, 108 MEUR em 2025 face a 72 MEUR em 2024.

A ligeira diminuição verificada em Material de Consumo Clínico reflete a redução dos artigos cirúrgicos e do material de electromedicina. Por outro lado, observa-se um aumento de consumo no material utilizado pelos serviços de Cardiologia e Vascular disparando o consumo de CDI, pacemakers e endopróteses.

No que concerne ao Fornecimentos e Serviços Externos verificamos o seguinte:

<sup>1</sup> Um desconto comercial que pressupõe que quanto maior for o volume de compras efetuado por um cliente, maior será a percentagem de desconto que lhe será atribuído.

Detalhe FSE	2025	2024	Variação 2025-2024
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>204,52</b>	<b>167,3</b>	<b>22,25%</b>
<b>FSE serviços de saúde</b>	<b>132,58</b>	<b>98,9</b>	<b>34,05%</b>
<b>Meios complementares de Diagnostico</b>	<b>27,26</b>	<b>22,8</b>	<b>19,56%</b>
Patologia clínica	13,39	11,15	20,09%
Radiologia	8,2	7,4	10,81%
Medicina nuclear	1,6	1,7	-5,88%
<b>Meios complementares de terapêutica</b>	<b>25,84</b>	<b>15,66</b>	<b>65,01%</b>
Hemodialise	9,6	7,37	30,26%
CRD - cuidados respiratórios	7,6	5	52,00%
<b>Medicamentos</b>	<b>68,91</b>	<b>43,53</b>	<b>58,30%</b>
<b>Internamentos</b>	<b>7,06</b>	<b>8,3</b>	<b>-14,94%</b>
Psiquiatria	0,2	3,78	-94,71%
Continuados	4,22	1,91	120,94%
SIGIC	2,64	2,61	1,15%
<b>Outros FSE</b>	<b>71,94</b>	<b>68,4</b>	<b>5,18%</b>
Serviços Médicos e outros RH	5,65	6,18	-8,58%
Transporte de Doentes	13,69	12,47	9,78%
Serviços de Alimentação	6,82	6,46	5,57%
Serviços de Lavandaria	2,57	2,45	4,90%
Vigilância e Segurança	5,22	4,74	10,13%
Conservação e Reparação	18,18	17,16	5,94%
Comunicações	0,54	0,53	1,89%
Eletricidade	3,49	2,83	23,32%
Combustíveis e Lubrificantes	0,78	0,63	23,81%
Água	0,76	0,73	4,11%
Limpeza, Higiene e Conforto	7,82	8,3	-5,78%

No exercício em análise, os Fornecimentos e Serviços Externos evidenciaram um acréscimo relevante face ao período homólogo, refletindo, por um lado, a integração dos cuidados de saúde primários e, por outro, a evolução da atividade assistencial global da instituição. Este comportamento traduziu-se num aumento significativo da rubrica de Subcontratos, associada aos custos convencionados, nomeadamente medicamentos e vacinas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, bem como às áreas de CRD, hemodiálise e patologia, que registaram variações expressivas. Em particular, a despesa com medicamentos assumiu um peso determinante na variação global desta rubrica.

A rubrica de Serviços Especializados apresentou igualmente um crescimento moderado, explicado essencialmente pelo impacto indireto das políticas salariais nos contratos de natureza hoteleira e pelo reforço das intervenções de conservação e reparação, necessárias à manutenção das infraestruturas e à garantia das condições de funcionamento das unidades. Apesar do aumento verificado, a sua evolução manteve-se consistente com o incremento da atividade e com as necessidades operacionais identificadas.

Relativamente aos gastos com Energia e Fluidos, observou-se um agravamento da despesa, sobretudo associado ao aumento dos encargos com eletricidade, em resultado da maior utilização das instalações e do contexto de pressão nos custos energéticos.

As Deslocações e Estadas registaram igualmente um aumento, refletindo a retoma da atividade assistencial e o impacto da integração dos cuidados de saúde primários, com particular incidência nos Transportes de Doentes, cuja evolução acompanhou o crescimento do volume de prestações e deslocações assistenciais realizadas.

Em sentido contrário, a rubrica de Serviços Diversos apresentou uma redução face ao período homólogo, resultado das medidas de racionalização e controlo da despesa implementadas, com destaque para a diminuição dos encargos com serviços de limpeza. As restantes rubricas mantiveram-se globalmente estáveis, salientando-se ainda a redução dos custos com rendas e alugueres, decorrente da inativação de estruturas temporárias anteriormente utilizadas.

Em relação aos Gastos com Pessoal a sua variação encontra-se explanada em capítulo próprio inserido nos Recursos Humanos.

Detalhe de Gastos com Pessoal (M€)	2025	2024	Varição 2025-2024
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>353,91</b>	<b>338,33</b>	<b>4,60%</b>
Remunerações base	191,01	177,46	7,64%
Suplementos de Remuneração	58,81	66,07	-10,99%
Trabalho Extraordinário	32,45	36,55	-11,22%
Subsídios de Férias e Natal	33,78	28,55	18,32%
Encargos sobre remunerações	65,31	62,7	4,16%
Outras despesas com pessoal	5,00	3,55	40,85%

De modo a obter uma análise mais linear do impacto dos gastos nas diversas rubricas da ULSSM incluímos um quadro resumido por grandes linhas caracterizando os Gastos com os ACES:

Gastos com ACES	2025	2024	Varição 2025-2024
Custo das Mercadorias	3 919 867 €	2 687 970 €	45,83%
Fornecimentos e Serviços	75 084 161 €	79 490 996 €	-5,54%
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>38 723 176 €</b>	<b>32 094 545 €</b>	<b>20,65%</b>
Outros Gastos e Perdas	2 049 €	1 779 €	15,18%
Gastos/Reversões de Depreciação	8 560 €	400 €	
<b>Total Gastos</b>	<b>117 737 813 €</b>	<b>114 275 689 €</b>	<b>3,03%</b>

## 8.2 Execução orçamental económica – contrato programa

RENDIMENTOS E GASTOS (€)	Acumulado ano 2024	Acumulado ano 2025	Orçamento ano 2025	Desvio face ao Orçamento	
				Em valor	Em %
Impostos, contribuições e taxas	780 134 €	801 830 €	1 250 000 €	-448 170 €	-35,9
Vendas	8 574 €	9 384 €	9 000 €	384 €	4,3
Prestações de serviços e concessões	673 801 161 €	717 143 364 €	742 476 565 €	-25 333 201 €	-3,4
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 567 834 €	6 017 940 €	2 386 731 €	3 631 209 €	152,1
Variações nos inventários da produção				0 €	
Trabalhos para a própria entidade	1 642 538 €	1 454 738 €	1 730 000 €	-275 262 €	-15,9
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-281 523 433 €	-276 495 695 €	-288 092 996 €	11 597 301 €	-4,0
Fornecimentos e serviços externos	-167 261 187 €	-204 529 846 €	-203 127 693 €	-1 402 154 €	0,7
Gastos com o pessoal	-338 345 567 €	-353 982 947 €	-353 493 948 €	-489 000 €	0,1
Transferências e subsídios concedidos				0 €	
Prestações sociais				0 €	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				0 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-109 646 €	-30 588 €		-30 588 €	
Provisões (aumentos/reduções)	-505 547 €	170 075 €	-300 000 €	470 075 €	-156,7
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				0 €	
Aumentos/reduções de justo valor				0 €	
Outros rendimentos e ganhos	8 250 133 €	8 554 734 €	7 500 000 €	1 054 734 €	14,1
Outros gastos e perdas	-2 304 113 €	-3 539 575 €	-1 300 000 €	-2 239 575 €	172,3
	0 €	0 €	0 €	0 €	
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>-99 999 120 €</b>	<b>-104 426 587 €</b>	<b>-90 962 341 €</b>	<b>-13 464 246 €</b>	<b>14,8</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-11 414 240 €	-11 929 392 €	-11 400 000 €	-529 392 €	4,6
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0 €	0 €	0 €	0 €	
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>-111 413 360 €</b>	<b>-116 355 979 €</b>	<b>-102 362 341 €</b>	<b>-13 993 638 €</b>	<b>13,7</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	2 390 €	11 981 €	3 000 €	8 981 €	299,4
Juros e gastos similares suportados	-12 761 €	-11 553 €	-30 000 €	18 447 €	-61,5
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-111 423 731 €</b>	<b>-116 355 551 €</b>	<b>-102 389 341 €</b>	<b>-13 966 210 €</b>	<b>13,6</b>
Imposto sobre o rendimento	-33 000 €	-20 000 €	0 €	-20 000 €	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-111 456 731 €</b>	<b>-116 375 551 €</b>	<b>-102 389 341 €</b>	<b>-13 986 210 €</b>	<b>13,7</b>
Varição dos Gastos relevantes para EBITDA	-789 939 847 €	-838 377 989 €	-846 314 637 €	7 936 647 €	-0,94
Varição dos Rendimentos relevantes para EBITDA	689 940 728 €	733 951 402 €	755 352 296 €	-21 400 893 €	-2,83
<b>EBITDA</b>	<b>-99 999 120 €</b>	<b>-104 426 587 €</b>	<b>-90 962 341 €</b>	<b>-13 464 246 €</b>	<b>14,80</b>

\* de acordo com a Demonstração de Resultados para elaboração de adenda ao Contrato Programa de 18/03/26

Face ao orçamentado para 2025 em sede de Contrato Programa destacamos aqui as principais variações no que concerne aos Gastos e Perdas, como sejam o decréscimo do CMVMC por via de obtenção de rappel em valores superiores ao estimado. A variação negativa dos FSE que atinge 1,4 milhões de euros está relacionada com os gastos com os convencionados, destacando-se nesse grupo os Medicamentos (7,3 milhões euros).

Os Gastos com Pessoal refletem uma panóplia de legislação: pagamento incentivos às equipas das USF modelo B, alteração da estrutura remuneratória aplicável aos trabalhadores médicos integrados na carreira especial médica (DL 137/2023) e Despacho nº 1257/2024. Entrada em vigor em janeiro de 2024 do DL nº 120/2023 que aprova a carreira especial de Técnico Auxiliar de Saúde; DL Nº 45-A/2024 que estabelece um sistema de recompensa do desempenho dos trabalhadores médicos através da atribuição de um suplemento remuneratório; e DL 111/2024 de 19 dezembro que altera o regime de carreira especial de enfermagem e o regime de carreira de enfermagem nas entidades publicas empresariais e nas parcerias em saúde, alterando as tabelas remuneratórias. Os cuidados de saúde primários contribuíram para este impacto em 38,7 MEUR.

Dado que estas políticas não se verificam em simultâneo nos catorze meses o valor dos Gastos com Pessoal apresenta-se praticamente em linha face ao orçamentado.

O desvio por linha de produção encontra-se explicados no capítulo da atividade assistencial.

### **8.3 Síntese Execução Orçamental – Receita e Despesa**

A Conta Geral do Estado é o principal documento de prestação de contas do Estado, que encerra o ciclo orçamental anual.

O presente relatório apresenta os dados mais atualizados do fecho do exercício, quer do ponto de vista orçamental quer do ponto de vista financeiro. O reporte da informação foi efetuado no Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO) a 31 de março de 2026, cumprindo com a Lei de Enquadramento Orçamental.

Esta ULS solicitou a prorrogação do prazo de entrega da Conta de Gerência ao Tribunal de Contas, a qual foi aceite. Todavia, a submissão do reporte no SIGO foi efetuada no prazo estabelecido na Lei.

Ressalva-se que, após a submissão deste reporte, foram ainda efetuados ajustamentos, validações, cruzamento entre mapas, de modo a que fosse possível cumprir com o reporte no Tribunal de Contas.

Apresentamos nos pontos seguintes a informação relativa à execução orçamental da ULSSM, no âmbito do apuramento da Conta de Gerência do Estado de 2025.

## Execução Orçamental da Receita

Neste ponto, pretende-se analisar a estrutura da receita por classificação económica no ano de 2025, bem como da sua evolução.

De acordo com os dados apresentados, verifica-se, no período em análise, um crescimento significativo do valor final do orçamento, que evolui de 808,3MEUR em 2023 para 1.227,4MEUR em 2025. Esta variação reflete o aumento das necessidades de financiamento desta Instituição.

A execução orçamental da receita evidencia também uma trajetória crescente, evoluindo de 651,7MEUR em 2023 para 851,6MEUR em 2025.

A execução orçamental da receita a dezembro de 2025 totaliza 851MEUR em recebimentos, com um grau de execução de 69,3%, registando uma diminuição face ao período homólogo, quando analisando a execução anual em função do valor do orçamento.

Receita	Dez 2023	Dez 2024	Dez 2025
Valor Orçamentado	808 348 393 €	1 035 412 111 €	1 227 378 920 €
Valor Executado	651 752 291 €	774 531 278 €	851 625 507 €
Grau de Execução	80,63%	74,80%	69,39%

No que se refere à previsão inicial, o orçamento aprovado para a ULSSM, perfeitamente o montante total de 969MEUR. Ao longo do ano de 2025, o orçamento sofreu alguns ajustamentos, pelo que o total das previsões corrigidas atingiram o total de 1.227,3MEUR. Realce para a entrada de capital para cobertura de prejuízos de 84,7MEUR, recebidos da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

O orçamento anual é elaborado, essencialmente, com base na verba atribuída pela ACSS, através do Contrato-Programa, e essa verba é prioritariamente alocada a despesas com pessoal e à rubrica de medicamentos, reduzindo a margem de manobra para as outras áreas de funcionamento.

As restantes despesas ficam, assim, sem cobertura por esta fonte de financiamento, ficando dependentes das receitas próprias (fonte 513). Acontece que a execução das receitas próprias fica sempre aquém do inicialmente previsto, evidenciando um desvio negativo entre o orçamento inicial e a receita efetivamente cobrada. Esta situação compromete o grau de execução da receita, impedindo que se atinja os 100% do valor orçamentado.



Conforme referido anteriormente, a fonte de financiamento de receitas próprias (FF513) representa uma grande fatia do orçamento, no entanto, o grau de execução ascendeu a apenas a 5,7%. O valor registado para equilibrar o orçamento inicial (220MEUR), evidencia assim o subfinanciamento desta Unidade Local de Saúde. Situação reportada, anualmente, na memória justificativa do orçamento.

O gráfico “Estrutura das receitas” evidencia uma forte concentração das fontes de financiamento, com clara predominância da verba atribuída no âmbito do Contrato Programa (87%), tratando-se de forma inequívoca, a principal fonte de receita.

A entrada de capital (10%), representa a segunda maior componente, no que respeita a reforços.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita.

RUBRICA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO CORRIGIDA	TOTAL	GRAU DE EXECUÇÃO %
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	850 000 €	850 000 €	347 097 €	40,8
06	Transferências Correntes	2 205 364 €	6 806 387 €	6 585 768 €	96,8
07	Venda de Bens e Serviços	964 458 420 €	1 117 638 478 €	746 034 766 €	66,8
08	Desconto Pronto Pagamento	50 000 €	50 000 €	1 €	0,0
10.00	Receitas de Capital - Comparticipação Projetos	2 215 746 €	9 266 386 €	5 983 624 €	64,6
12.06	Passivos Financeiros	- €	84 696 558 €	84 696 546 €	100,0
15.01	Reposições não abatidas ao pagamento	- €	3 316 514 €	3 223 111 €	97,2
16.00	Saldo Transitado (2023)	- €	4 754 597 €	4 754 595 €	100,0
<b>TOTAL</b>		<b>969 779 530 €</b>	<b>1 227 378 920 €</b>	<b>851 625 507 €</b>	<b>69,4</b>

A taxa de execução total atingiu os 69,4%, sendo que, com a legislação aplicada, a previsão inicial da rubrica referente a **Taxas Moderadoras** tem vindo a diminuir, com uma execução de apenas 40,8%. As **Transferências Correntes** com uma execução de 6,5MEUR (+96,8%), resultam do esforço adicional, no que concerne à cobrança dos ensaios clínicos, bem como a verba referente à Descentralização.

No que se refere à rubrica de **Venda de Bens e Serviços** com uma previsão corrigida de 1.117,6MEUR, destaca-se que 873,1MEUR correspondem ao atribuído pela ACSS, evidenciando uma forte dependência dos adiantamentos ao Contrato Programa para fazer face às despesas. Relativamente à rubrica de **Passivos Financeiros**, verifica-se a entrada de capital de 84,7MEUR, destinada à cobertura de prejuízos, a qual foi recebida e executada em dezembro de 2025.

No que respeita às **comparticipações de projetos**, observa-se uma taxa de execução de 64,6%. Inicialmente, estava previsto apenas o recebimento do montante associado a um projeto PRR, contudo, ao longo do ano, registaram-se desenvolvimentos em vários projetos financiados por este programa, tendo esta ULS recebido cerca de 6MEUR, correspondentes a adiantamentos de 25% do financiamento aprovado.

## Execução Orçamental Despesa

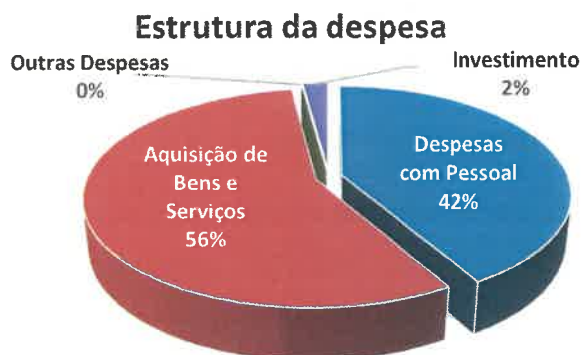
Neste ponto, pretende-se analisar a execução da despesa por classificação económica no ano em apreço, bem como a sua evolução.

O quadro seguinte apresenta a evolução da despesa nos últimos três anos, em comparação com os valores orçamentados.

Despesa	Dez 2023	Dez 2024	Dez 2025
Valor Orçamentado	801 876 458 €	1 035 412 111 €	1 147 336 827 €
Valor Executado	642 680 429 €	769 776 684 €	845 333 825 €
<b>Grau de Execução</b>	<b>80,15%</b>	<b>74,34%</b>	<b>73,68%</b>

Como se pode verificar o valor orçamentado tem vindo a subir significativamente. Não obstante, como foi referido anteriormente, o valor registado para o equilíbrio orçamental tem relevância para esta análise.

No gráfico seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.



Do montante total da despesa paga, 56% refere-se à **Aquisição de Bens e Serviços** e 42% às **Despesas com o Pessoal**, evidenciando a concentração de custos nestes dois grupos, sendo que no que respeita ao grupo de Aquisição de Bens e Serviços, a maior pressão orçamental incide sobre as rubricas de medicamentos e de material de consumo clínico. Atendendo à natureza da atividade assistencial, que implica um consumo intensivo e contínuo destes recursos, que são essenciais à prestação de cuidados de saúde.

O quadro que se segue apresenta o detalhe do grau de execução da despesa.

MAPA DESPESA - ORÇAMENTO FINANCEIRO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	TOTAL PAGAMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO %
01 Despesas com Pessoal	358 375 464 €	362 767 917 €	362 601 027 €	352 066 966 €	97,1
02 Aquisição de Bens e Serviços Correntes	577 986 916 €	755 740 739 €	749 818 999 €	475 168 716 €	62,9
06 Outras Despesas Correntes	1 030 000 €	1 961 440 €	1 892 651 €	326 336 €	16,6
07 Aquisição de Bens de Capital	32 387 150 €	26 866 731 €	24 313 841 €	17 771 808 €	66,1
<b>TOTAL</b>	<b>969 779 530 €</b>	<b>1 147 336 827 €</b>	<b>1 138 626 518 €</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>73,7</b>

A despesa apresenta um grau de execução global de 73,7%, evidenciando um nível de realização alinhado com a execução da receita, o que significa que o nível de execução da despesa está equilibrado face ao nível da execução da receita.

Antes da análise detalhada das diferentes rubricas da despesa e de alguns dos fatores que influenciam a sua execução, importa salientar que os pagamentos efetuados são, regra geral, ajustados à disponibilidade de receita, garantindo a sustentabilidade de tesouraria. Contudo, a principal pressão não se verifica nos pagamentos, mas sim nos compromissos assumidos. A concretização de processos aquisitivos depende da existência de dotação orçamental disponível, condição que nem sempre se verifica. E, esta limitação tem sido recorrente e o volume dos compromissos tende a crescer a um ritmo superior ao do orçamento disponível, originando sérios constrangimentos na adequada cobertura orçamental. Situação sempre reportada na memória justificativa, aquando da elaboração da proposta de orçamental anual.

Analisando as rubricas destacamos alguns fatores

- O grupo 01 – **Despesas com Pessoal**, contrariamente aos anos anteriores, o orçamento sofreu poucos ajustes. Todavia, a dotação inicialmente prevista não foi suficiente. O valor dos pagamentos é inferior aos compromissos e dotação corrigida, atendendo a que os impostos de dezembro apenas são liquidados em janeiro do ano seguinte;
- Relativamente ao grupo 02 - **Aquisição de Bens e Serviços**, verifica-se um saldo positivo quando comparando a dotação corrigida com os compromissos assumidos e os pagamentos efetuados.
- Para o saldo positivo contribuiu a transferência de 84,7MEUR proveniente da DGTF, destinada à cobertura de prejuízos e regularização de dívida a fornecedores, com base no critério de antiguidade. Este montante foi alocado a diversas rubricas, nomeadamente a medicamentos, material de consumo clínico, assistências técnicas, serviços especializados e produção ao exterior.
- No que respeita às **Aquisições de Bens de Capital**, ao nível dos projetos, efetuou-se várias candidaturas de projetos ao abrigo do PRR, que foram aprovadas, como sendo: A substituição de dois aceleradores lineares; Ampliação do Hospital de Hematologia; Construção de armazém de consumo clínico; Ampliação do Hospital de Dia de Oncologia; Remodelação e ampliação da UCPA; Construção de edifício subterrâneo. A execução destes projetos foi adiada para o ano de 2026. O plano de investimento visa garantir a continuidade em ações de adaptação das infraestruturas dos serviços, bem como as necessárias benfeitorias de conservação e reparação.

A ULSSM assume o compromisso e a preocupação com um ambiente mais sustentável, com o conforto dos seus utentes e dos seus colaboradores, promovendo várias melhorias nas infraestruturas, apostando na qualidade técnica com a modernização dos equipamentos e sistemas, bem como a continuidade do desenvolvimento dos sistemas de informação, tendo

sempre como objetivo principal que todos estes investimentos tenham como consequência o aumento da atividade de modo a diminuir as listas de espera existentes.

Assim sendo, podemos afirmar que apesar da ULSSM efetuar a gestão possível da dotação de receitas que lhe é atribuída, e de alertar em sede própria que a mesma é insuficiente para o cumprimento cabal da sua missão, existem outros fatores que não podemos deixar de enumerar, e que constituem uma pressão diária, como seja:

- Existência de um diferencial entre o Orçamento Financeiro (OE) e o Orçamento Económico (CP) sendo que o primeiro é submetido na Direção Geral do Orçamento, sob a alçada do Ministério das Finanças;
- Aumento da despesa em Medicamentos fruto da pressão dos utentes em face das novas terapêuticas, constituindo fatores exógenos, não previsíveis, e o elevado custo com medicamentos utilizados em patologias, com contrapartida de financiamento baixa ou nula, tornando o orçamento financeiro manifestamente insuficiente para absorver tanto os compromissos como os pagamentos.

No quadro seguinte é apresentada a variação face ao período homólogo, no que se refere à execução dos compromissos.

Resumo da execução da despesa - Compromissos				
Rubricas	Dez 2024	Dez 2025	Variação homóloga	%
Despesas com Pessoal	339 669 361 €	362 601 027 €	22 931 666 €	6,3%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	655 732 366 €	749 818 999 €	94 086 632 €	12,5%
Outras Despesas	1 795 012 €	1 892 651 €	97 639 €	5,2%
Investimento	22 683 459 €	24 313 841 €	1 630 383 €	6,7%
<b>Total</b>	<b>1 019 880 198 €</b>	<b>1 138 626 518 €</b>	<b>118 746 320 €</b>	<b>30,7%</b>
	<b>Obrigações</b>	<b>1 040 929 865 €</b>		

Verifica-se que, em dezembro de 2025, o montante global de compromissos ascendeu a **1.138,6 MEUR**, refletindo um acréscimo de **118,7 MEUR (+30,7%)** face ao período homólogo.

As Despesas com Pessoal registaram igualmente um incremento de 22,9MEUR (+6,3%), traduzindo uma evolução moderada.

Destaque também para a rubrica de **Aquisição de Bens e Serviços** que, embora, com uma variação de **94,1MEUR (+12,5%)**, na verdade, uma parte significativa destes compromissos, não

foram executados, tendo sido transportados para o ano de 2025, verificando-se ao longo do ano uma grande pressão em algumas rubricas.

Por sua vez, a rubrica de Investimento apresentou um crescimento de 1,6M€ (+6,7%), mantendo, contudo, um peso reduzido no global da despesa.

Resumo da execução da despesa - Pagamentos				
Rubricas	Dez 2024	Dez 2025	Varição homóloga	%
Despesas Com Pessoal	328 388 570 €	352 066 966 €	23 678 395 €	6,7%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	427 005 943 €	475 168 716 €	48 162 773 €	10,1%
Outras Despesas	1 597 665 €	326 336 €	- 1 271 329 €	-389,6%
Investimento	12 784 506 €	17 771 808 €	4 987 302 €	28,1%
<b>Total</b>	<b>769 776 684 €</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>75 557 141 €</b>	<b>-344,7%</b>

No que respeita aos pagamentos, o montante total ascendeu a 845,3MEUR a dezembro de 2025, representando um aumento de 75,6MEUR, face ao período homólogo.

Enquanto que, se a análise tiver por base o valor dos pagamentos, não se verifica dificuldades inerentes à atividade, uma vez que existem compromissos assumidos não pagos que transitam para o ano seguinte.

Os constrangimentos orçamentais são recorrentes e, é de extrema importância manter o seu controlo e identificar as áreas com maior risco, lembrando que existem regras dadas pelo Decreto-Lei da Execução Orçamental e que por vezes limitam a gestão do orçamento, tais como: as alterações orçamentais, nas rubricas que são objeto de exceção, quer de aumento quer de redução da dotação.

Para além disso, um dos maiores desafios é conseguir manter os fundos disponíveis a positivo, uma vez que, em caso contrário incumpe-se com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e, como consequência disso a recusa do visto prévio do Tribunal de Contas dos processos aquisitivos.

## 8.4 Desempenho Financeiro

O Balanço apresenta um Total de Ativo de **626.893.914€** para um Património Líquido negativo em **23.046.295€** e um Passivo de **649.940.209€**.

### Balanço Sintético

RUBRICAS	31/12/2024	31/12/2025
<b>ACTIVO</b>		
Ativos fixos tangíveis	226 624 965 €	230 728 906 €
Propriedades de investimento	140 062 €	139 059 €
Outros ativos financeiros		
<b>Total do Ativo Não Corrente</b>	<b>226 765 027 €</b>	<b>230 867 966 €</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Inventário	69 651 405 €	82 790 218 €
Clientes, contribuintes e utentes	94 578 552 €	97 466 756 €
Estado e outros entes públicos	191 210 €	185 725 €
Outras contas a receber	174 356 941 €	207 836 917 €
Diferimentos	159 789 €	156 139 €
Caixa e depósitos	5 772 729 €	7 590 194 €
<b>Total do ativo Corrente</b>	<b>344 710 626 €</b>	<b>396 025 948 €</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>571 475 653 €</b>	<b>626 893 914 €</b>
<b>Passivo</b>		
Património/Capital	351 092 428 €	351 092 428 €
Reservas	11 330 486 €	11 330 486 €
Resultados transitados	-253 447 636 €	-280 207 821 €
Outras variações no património líquido	12 339 410 €	11 114 164 €
Resultado líquido do período	-111 456 731 €	-116 375 552 €
	<b>9 857 957 €</b>	<b>-23 046 295 €</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>		
Provisões	10 313 451 €	10 143 376 €
Financiamentos obtidos	14 703 431 €	14 353 349 €
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>	<b>25 016 882 €</b>	<b>24 496 726 €</b>
<b>Passivo Corrente</b>		
Fornecedores	157 129 555 €	179 432 410 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	200 553 764 €	262 610 655 €
Estado e outros entes públicos	11 191 221 €	10 444 179 €
Fornecedores de investimentos	9 441 015 €	6 239 330 €
Outras contas a pagar	157 910 259 €	161 411 909 €
Diferimentos	375 000 €	5 305 000 €
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>536 600 814 €</b>	<b>625 443 483 €</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>561 617 696 €</b>	<b>649 940 209 €</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>571 475 652 €</b>	<b>626 893 914 €</b>

Os investimentos atingiram os 16,2 MEUR, estando 59% em curso, relativos a projetos e obras iniciadas este ano ou em anos anteriores e ainda não concluídas (rede de incêndio, sala angiografia, material informático SPMS);

Com base nos valores de inventários, as Existências Finais contabilísticas apresentam um valor de 82,8 MEUR, dos quais 77,3 MEUR (93%) correspondem a Produtos Farmacêuticos. Este valor é influenciado pela redução do Custo Médio Ponderado (CMP) e pelo efeito da emissão de Notas de Crédito (NC) pela Indústria Farmacêutica, abatidas aos Consumos, no montante global de 107,8 MEUR, +35,6 MEUR, face aos 72,2 MEUR de 2024;

As dívidas de Clientes, Contribuintes e Utentes ascendiam a 97,4MEUR a 31 dezembro 2025, sendo que as ARS representam 90,5 MEUR (92,8%), e incluem imparidades acumuladas de 18,8 MEUR. As imparidades para clientes de cobrança duvidosa são avaliadas anualmente, considerando a avaliação dos riscos de cobrança dos respetivos saldos e utilizando o critério fiscal de constituição de imparidades para dívidas com antiguidade superior a dois anos, com avaliação casuística. Em 2025, foram constituídas imparidades para cobrança duvidosa, no montante total de 76.750,76€, tendo sido desreconhecidos 46.162,37€ relativos a dívidas que foram recuperadas.

No seguimento do preconizado no Manual de Consolidação da ACSS, não foram constituídas imparidades entre as dívidas a cobrar a entidades do SNS, na expectativa da sua boa cobrança. As Provisões para os riscos inerentes aos processos em tribunal que se encontram em curso são ajustadas anualmente com base nas informações do Gabinete Jurídico e da Sociedade de Advogados BAS. Na sequência dessas informações, em 2025, foram reconhecidos quatro novos processos, tendo sido reforçada a provisão em 0,04 MEUR e desreconhecidos seis processos no valor de 0,2 MEUR.

Incluído na linha de Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar foram efetuados Acréscimos e Diferimentos a Gastos e a Rendimentos, conforme detalhe em quadro anexo:

Os saldos a 31/12/2025 são os seguintes:

<b>Acréscimo de Rendimentos (Outras Contas a receber)</b>		
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12 2025</b>
<b>Prestações de Serviços a faturar</b>		
<b>SNS</b>	<b>130 564 396 €</b>	<b>162 742 510 €</b>
<b>Não SNS</b>	<b>29 848 632 €</b>	<b>30 418 088 €</b>
<b>Outros rendimentos</b>	<b>7 178 949 €</b>	<b>8 627 816 €</b>
<b>Total</b>	<b>167 591 977 €</b>	<b>201 788 414 €</b>

O valor registado no SNS (162,7 MEUR) diz respeito aos CP desde 2017 à data, que se encontram por encerrar por parte da ACSS, enquanto o valor não SNS (30,4 MEUR) reflete, essencialmente, a produção pendente de subsistemas, hemodiálise e taxas moderadoras.

#### Acréscimo de Gastos (Outras Contas a pagar)

	31/12/2024	31/12/2025
Gastos com pessoal	38 379 224 €	41 117 014 €
Fornecimentos e serviços externos	40 862 618 €	43 699 606 €
Medicamentos	- €	- €
Outros a liquidar	5 433 €	5 433 €
<b>Total</b>	<b>79 247 275 €</b>	<b>84 822 053 €</b>

A rubrica de Gastos com Pessoal inclui a estimativa de férias e subsídio de férias a pagar em 2026, referentes a 2025, e respetivos encargos. Os Fornecimentos e Serviços Externos incluem as faturas emitidas pelos fornecedores em 2026, mas relativas a gastos de 2025, tais como os gastos de utilities, serviços hoteleiros, transporte de doentes, bem como os valores de Termos de Responsabilidade emitidos em 2025, cujas faturas não foram contabilizadas no ano por ainda não terem sido enviadas pelo prestador do serviço. Salienta-se o valor de acréscimo de 14 MEUR relativo à faturação de cuidados respiratórios por parte da ARSLVT. Acrescem, no final de 2025, dois meses de gastos com os denominados convencionados (Farmácia e MCDT'S), no valor de 17,8 MEUR.

## 8.5 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

**Dívida total a terceiros, da dívida vencida e dos *arrears*** (pagamentos em atraso há mais de 90 dias, após data de vencimento).

Verificamos que a dívida em 2025 se manteve praticamente em linha com 2023:

Ano	Dívida Total	Dívida Vencida	<i>Arrears</i>
2022	220 192 517€	69 495 542€	78 086 719€
2023	200 746 315€	58 170 858€	79 955 556€
2024	214 112 395€	49 915 121€	74 271 539€
2025	236 598 810€	61 434 099€	77 339 662€

Os valores em 31 de dezembro de 2025 são os reportados para a ACSS em 8 de janeiro de 2026.

Para a manutenção do valor de *arrears* na grandeza apresentada, contribuiu o impacto do saldo com a ARSLVT de 88,9% (68,8 M€). No que concerne a fornecedores externos, cerca de 90% do saldo em *arrears* encontra-se em conferência (3,6 milhões euros).

Para a redução da dívida contribuíram, sobretudo as atribuições a 8 de julho, 24 de outubro e 20 dezembro no montante de 7.530.000€; 31.291.187€ e 45.875.351€ respetivamente totalizando 84.696.549€, a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida (por Despacho Conjunto das Finanças e Saúde);

Da análise do quadro infra verificamos que a dívida total aumentou cerca de 22 milhões de euros, assistindo a um acréscimo de *arrears* apenas pelas faturas em conferência.

Designação	Dívida 2025	Dívida 2024
<b>Arrears</b>	<b>77 339 662€</b>	<b>74 435 358€</b>
Fornecedores Externos	4 026 826€	163 820€
Outras Entidades do Estado	847 927€	272 504€
SNS	72 464 909€	73 999 034€
<b>Dívida Vencida</b>	<b>61 434 099€</b>	<b>49 915 121€</b>
Fornecedores Externos	60 062 203€	47 963 118€
Outras Entidades do Estado	1 328 748€	848 132€
SNS	43 148€	1 103 871€
<b>Dívida Vincenda</b>	<b>97 825 049€</b>	<b>89 761 915€</b>
Fornecedores Externos	96 828 564€	88 733 011€
Outras Entidades do Estado	986 308€	640 494€
SNS	10 177€	388 410€
<b>Total</b>	<b>236 598 810€</b>	<b>214 112 395€</b>

O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) em 2025 foi de 117,5 dias, mais 20,7 dias que o realizado em 2024, não tendo conseguido superar o objetivo proposto pela ACSS/EO para 2025: 73 <PMP<82 dias.

Estes indicadores demonstram a continuidade da existência de fatores considerados como de risco, para obtermos uma redução na dívida, porque os Rendimentos Operacionais são manifestamente insuficientes para absorver os Gastos Operacionais da instituição, quer do ponto de vista estrutural, quer do ponto de vista exógeno.

Esta pressão continua nos Gastos Operacionais reflete-se essencialmente na rubrica de Produtos Farmacêuticos que aponta para uma tendência de crescimento pelo fato da nossa instituição constituir referência para tratamentos, procura pelos utentes, introdução de inovações, que a nível terapêutico quer de novos medicamentos e dispositivos médicos. A inovação tecnológica

do nosso hospital é uma necessidade premente, e para isso temos recorrido aos projetos comunitários, todavia estes apenas são uma participação.

Ao longo do ano foram implementadas medidas externas no sentido de tentar reduzir este impacto nomeadamente através de insistência escrita perante a Tutela e internas no sentido de controlar a dívida de fornecedores externos classificada em arrears fortemente impulsionada pelas faturas de MCDT's realizados fora da ULSSM que devido ao seu processo de conferência atingem um elevado numero de dias em aberto.

## 8.6 Evolução dos Indicadores Económico-Financeiros

	Unidade	2025	2024
<b>Indicadores de Produtividade</b>			
VAB	M€	249,4	237,7
Excedente Bruto de Exploração	M€	-105,6	-100,6
Massa Salarial	M€	355	338,3
Número de Colaboradores		7 601	7 514
Produtividade Económica do Trabalho	%	32,81	31,64
Produtividade Salarial	%	0,70	0,70
Produtividade Global	%	0,90	0,84
<b>Indicadores de Liquidez</b>			
Geral	%	0,63	0,64
Reduzida	%	0,87	0,94
<b>Indicadores Operacionais</b>			
PMP publicado ACSS (RCM nº 34/2008)	Dias	117	96
Período de Rotação Stocks	Dias	109	90
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Peso dos Custos com Pessoal nos Custos Totais	%	41,62	42,19
Absorção de Proveitos Totais por Custos com Pessoal	%	48,21	48,99
Autonomia Financeira	%	-3,68	1,72
Solvabilidade	%	-3,55	1,75

Em 2025 observa-se uma evolução positiva dos indicadores de produtividade e da criação de valor, refletindo ganhos de eficiência na atividade desenvolvida. Contudo, mantêm-se fragilidades estruturais relevantes, nomeadamente ao nível da liquidez, dos prazos médios de pagamento e da estrutura financeira, com agravamento da autonomia e da solvabilidade. Estes dados reforçam a necessidade de contínuas medidas de racionalização, eficiência operacional e reforço do equilíbrio financeiro.

Apresentamos em seguida alguns dos principais rácios da atividade de 2025 e a situação no final do período em análise, do modo que se segue:

- Ao nível de desempenho económico os resultados operacionais apresentados resultam negativos em 116,3 M€, no entanto a estrutura de custos alterou-se pelo aumento generalizado das três grandes linhas, por ordem decrescente (Gastos com Pessoal; CMVMC e FSE).
- A contribuição para a criação de valor é expressa pelo VAB que ascende a 249,4 M€, apresentando um aumento de 4,9% face a 2024, sinalizando o aumento da atividade económica, mas com um excedente bruto a agravar-se refletindo a pressão estrutural dos custos.
- O rácio de Produtividade Económica do Trabalho aumenta para 32,8%, com o peso dos Gastos com o Pessoal a representar 41,6% do total dos encargos suportados, representando o fato da estrutura de custos se equilibrar contribuindo para tal o aumento dos FSE mantendo-se o nível de absorção dos proveitos gerados, não obstante o reforço da Tutela. Em conclusão existem ganhos de produtividade, mas insuficientes para neutralizar o peso estrutural dos custos.
- Relativamente ao PMP, verifica-se um acréscimo (21 dias), apesar das entradas de liquidez, a título de aumento de capital que permitiram liquidar dívida por antiguidade e aumento de capital, mas ainda assim a dívida vencida a representar um grande peso neste cálculo. O valor a pagar mensalmente ao IPST, contribui decisivamente para esta redução ao nível da linha dos fornecedores do SNS. Salientamos que o financiamento da ULSSM tem sido feito através de recurso a dívidas a terceiros.
- No que concerne ao Rácio de Liquidez Geral apresenta um decréscimo traduzido pelo aumento do ativo corrente inferior a aumento do passivo corrente, acompanhado pelo indicador de Liquidez Reduzida, inferior à unidade, traduzindo uma ligeira contenção na capacidade de solver os compromissos a curto prazo. Esta deterioração da Liquidez sugere uma maior exposição às responsabilidades de curto prazo, mesmo com o elevado valor de inventários.
- Por fim, refiram-se os índices de Autonomia Financeira e Solvabilidade novamente a atingir valores negativos. Assim, apesar do efeito da injeção de capital para cobertura de prejuízos de anos transitados e aumento de capital, o Património Líquido apresenta-se negativo com impacto direto nos rácios de estrutura/endividamento. A inversão para valores negativos traduz reforço do passivo e insuficiência de capitais próprios, sinalizando a dependência de financiamento externo e reforço institucional.

## 8.7 Contabilidade de Gestão

Em cumprimento do ponto 36 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 relativa à Contabilidade de Gestão, apresentamos os mapas de custos trabalhados por linha de atividade principal (Internamento, Consulta Externa, Hospital de Dia, Urgência e Cirurgia de Ambulatório), distribuídos em Gastos Diretos e Indiretos, Rendimento Produção e Custos Unitários, para os anos de 2025.

2025	Internamento	Hospital de Dia	Urgência	Consulta Externa	Cirurgia de Ambulatório
Gastos Diretos	162 515 759	177 462 686	49 323 421	113 703 487	2 315 644
Gastos Indiretos	118 483 919	42 489 539	18 927 217	55 955 033	3 906 263
Rendimento	191 046 095	185 601 590	56 963 549	137 088 209	1 162 569
Produção	259 429	22 498	180 042	822 322	15 457
Custo Unitário	1083,15	9 776,52	379,08	206,32	402,53

2024	Internamento	Hospital de Dia	Urgência	Consulta Externa	Cirurgia de Ambulatório
Gastos Diretos	204 286 314	177 765 018	51 487 007	83 575 532	3 135 792

No ano de 2025, o valor dos Gastos Diretos de Hospital de Dia encontra-se influenciado pelo valor de medicamentos que em 2025 atingiu os 166 milhões de euros. Ao montante de Gastos Indiretos foi expurgado o efeito das notas de crédito recebidas, resultantes do protocolo de Apifarma e Payback.

Com a publicação em junho de 2024, do Plano de Contabilidade Analítica das ULS, foi necessário reorganizar a nossa abordagem, tendo iniciado os trabalhos de estabilização entre a correspondência da tabela de Centro de Custo internos e a tabela da ACSS, nomeadamente no que diz respeito aos Recursos Humanos para que, no início de 2025 fosse já possível trabalhar com o mapeamento correto. Durante o ano de 2025 iniciámos os trabalhos de análise das imputações de acordo com este modelo que estava estabelecido, não tendo conseguido obter os valores de histórico.

## **Proposta de Aplicação de Resultados**

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. propõe que o Resultado Líquido negativo apurado no período de 2025, no montante de 116.375.552,04€ euros (cento e dezasseis milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois euros e quatro cêntimos), seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

# Demonstrações Financeiras Exercício 2025

## Balanco em 31-12-2025

RUBRICAS	NOTAS	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2025	31/12/2024
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativos não correntes</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	230 728 906,49	226 624 965,37
Propriedades de investimento	8	139 059,32	140 062,24
		<b>230 867 965,81</b>	<b>226 765 027,61</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventário	10	82 790 217,51	69 651 405,06
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	97 466 756,28	94 578 552,38
Estado e outros entes públicos	18.1	185 724,78	191 210,42
Outras contas a receber	18.1	207 836 916,97	174 356 939,87
Diferimentos		156 138,60	159 788,82
Caixa e depósitos	2.1	7 590 193,84	5 772 728,84
		<b>396 025 947,98</b>	<b>344 710 625,39</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>626 893 913,79</b>	<b>571 475 653,00</b>
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>			
Património/Capital	2	351 092 428,00	351 092 428,00
Reservas		11 330 485,92	11 330 485,92
Resultados transitados	2	-280 207 820,96	-253 447 635,59
Outras variações no património líquido	2	11 114 164,23	12 298 426,53
Resultado líquido do período		-116 375 552,04	-111 456 731,20
		<b>-23 046 294,85</b>	<b>9 816 973,66</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		10 143 376,09	10 313 451,32
Financiamentos obtidos	21.1	14 353 349,41	14 703 431,11
		<b>24 496 725,50</b>	<b>25 016 882,43</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18.2	179 432 410,19	157 129 554,69
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2	262 610 655,02	200 594 747,59
Estado e outros entes públicos	18.2	10 444 178,78	11 191 220,64
Fornecedores de investimentos	18.2	6 239 330,30	9 441 014,58
Outras Contas a pagar	18.2	161 411 908,85	157 910 259,41
Diferimentos		5 305 000,00	375 000,00
		<b>625 443 483,14</b>	<b>536 641 796,91</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>649 940 208,64</b>	<b>561 658 679,34</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>626 893 913,79</b>	<b>571 475 653,00</b>

## Demonstração de resultados por natureza em 31-12-2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas	14	801 830,41	780 134,11
Vendas	13.2	9 383,53	8 573,93
Prestações de serviços e concessões	13.1	717 143 363,91	673 801 160,72
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	6 017 939,87	5 567 833,50
Trabalhos para a própria entidade	5	1 454 738,38	1 642 538,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-276 495 695,41	-281 523 432,78
Fornecimentos e serviços externos	21.2	-204 529 846,45	-167 261 187,16
Gastos com o pessoal	19	-353 982 947,30	-338 345 567,33
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1	-30 588,39	-109 645,83
Provisões (aumentos/reduções)	15	170 075,23	-505 547,48
Outros rendimentos e ganhos	13.3	8 554 733,51	8 250 133,06
Outros gastos e perdas		-3 539 574,84	-2 304 112,65
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>-104 426 587,55</b>	<b>-99 999 119,64</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-11 929 392,36	-11 414 240,40
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>-116 355 979,91</b>	<b>-111 413 360,04</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		11 980,84	2 389,71
Juros e gastos similares suportados		-11 552,97	-12 760,87
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-116 355 552,04</b>	<b>-111 423 731,20</b>
Imposto sobre o rendimento	21.4	-20 000,00	-33 000,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-116 375 552,04</b>	<b>-111 456 731,20</b>

## Demonstração das alterações ao Patrimônio Líquido em 31-12-2025

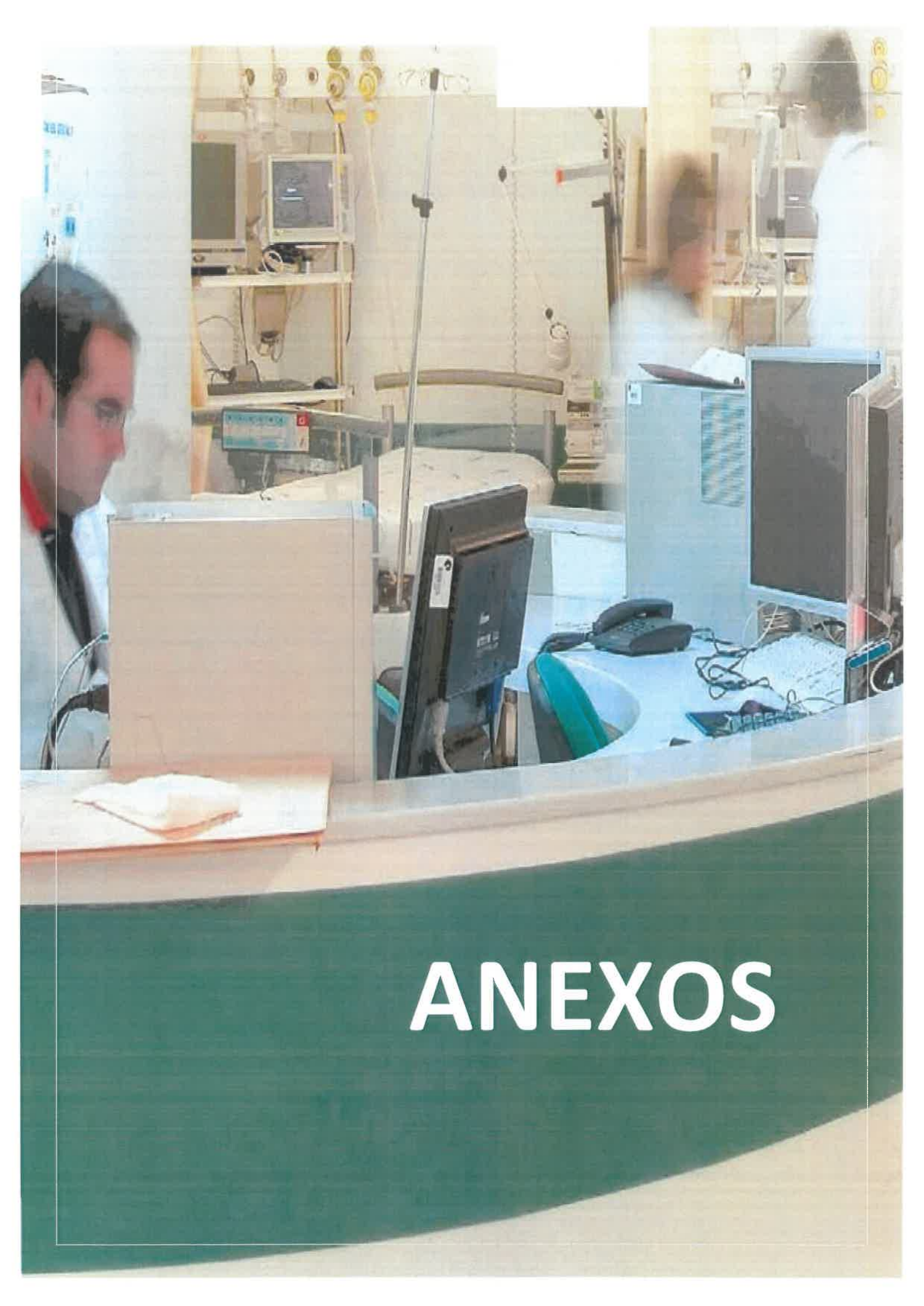
Descrição	Notas	Patrimônio Líquido Atribuído aos Detentores do Patrimônio Líquido da Entidade que Controla							Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
		Capital/Patrimônio Subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>		<b>351 092 428</b>	<b>2 692 645</b>	<b>8 637 841</b>	<b>-253 447 636</b>	<b>0</b>	<b>12 298 426</b>	<b>-111 456 731</b>		<b>9 816 974</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Outras Alterações Reconhecidas no Patrimônio Líquido	2						-1 184 262			-1 184 262
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>										
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>										
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
Entradas para Cobertura de Perdas	2				84 696 549					84 696 546
Outras Operações	2				-111 456 734					0
					-26 760 185					0
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>		<b>351 092 428</b>	<b>2 692 645</b>	<b>8 637 841</b>	<b>-280 207 820,96</b>	<b>0</b>	<b>11 114 164</b>	<b>-116 375 552</b>		<b>-23 046 295</b>

## Demonstração das alterações ao Patrimônio Líquido em 31-12-2024

Descrição	Notas	Patrimônio Líquido Atribuído aos Detentores do Patrimônio Líquido da Entidade que Controla							Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
		Capital/Patrimônio Subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>		<b>351.092.428</b>	<b>2.692.645</b>	<b>8.637.841</b>	<b>-267.184.600</b>	<b>0</b>	<b>9.879.172</b>	<b>-62.445.288</b>	<b>42.672.199</b>	
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Outras Alterações Reconhecidas no Patrimônio Líquido	2						2.419.254		2.419.254	
							2.419.254		2.419.254	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>					<b>0</b>	<b>0</b>		<b>-111.456.731</b>	<b>-111.456.731</b>	
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>					<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.419.254</b>	<b>-111.456.731</b>	<b>-109.037.477</b>	
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
Entradas para Cobertura de Perdas	2				76.182.252				76.182.252	
Outras Operações	2				-62.445.288			62.445.288	0	
					13.736.964			0	62.445.288	
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO</b>		<b>351.092.428</b>	<b>2.692.645</b>	<b>8.637.841</b>	<b>-253.447.636</b>	<b>0</b>	<b>12.298.426</b>	<b>-111.456.731</b>	<b>9.816.974</b>	<b>9.816.974</b>

## Demonstração de Fluxos de Caixa em 31-12-2025

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes/Utentes		745 859 149,78	629 190 151,19
Pagamentos a Fornecedores		-465 814 744,32	-368 057 876,67
Pagamentos ao Pessoal		-352 445 832,77	-329 080 656,63
<b>Caixa Gerada Pelas Operações</b>		<b>-72 401 427,31</b>	<b>-67 948 382,11</b>
Outros Recebimentos/Pagamentos			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>-72 401 427,31</b>	<b>-67 948 382,11</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	5	-17 421 314,32	-12 931 430,18
Investimentos Financeiros			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos Financeiros			
Subsídios ao Investimento		7 301 120,94	1 393 163,78
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		<b>-10 120 193,38</b>	<b>-11 538 266,40</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital			
Cobertura de Prejuízos	2	84 696 549,00	76 182 252,00
Doações		1 000,00	520,00
Investimentos Financeiros			
<b>Pagamentos Respeitantes a:</b>			
Outras operações de financiamento	21.1	-350 081,70	
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		<b>84 347 467,30</b>	<b>76 182 772,00</b>
<b>Varição de Caixa e Seus Equivalentes</b>		<b>1 825 846,61</b>	<b>-3 303 876,51</b>
<b>Efeito das Diferenças de Câmbio</b>		<b>-8381,61</b>	<b>-1695,51</b>
<b>Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período</b>		<b>5 772 728,84</b>	<b>9 705 071,51</b>
<b>Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período</b>		<b>7 590 193,84</b>	<b>5 772 728,84</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período</b>		<b>5 772 728,84</b>	<b>9 705 071,51</b>
<b>Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período</b>	2.1	<b>7 590 193,84</b>	<b>5 772 728,84</b>



# ANEXOS

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## EXERCÍCIO 2025

### 1. Identificação da Entidade

**Designação da Entidade:** Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E.

**Sede Social:** Avenida Professor Egas Moniz

**Endereço Eletrónico:** [administracao@ulssm.min-saude.pt](mailto:administracao@ulssm.min-saude.pt)

**Página Internet:** [www.ulssm.min-saude.pt](http://www.ulssm.min-saude.pt)

**Natureza da Atividade Principal:** Atividade dos estabelecimentos de saúde com internamento

O Decreto-Lei 23/2008 de 8 de fevereiro criou o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E., por fusão do Hospital Santa Maria E.P.E. e do Hospital Pulido Valente, E.P.E.

Assim, o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E. é, desde 1 de março de 2008, uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial com o número de pessoa coletiva 508481287.

Pelo Despacho da DGO nº P/3469/2014, de 9 abril de 2014, foi o Centro Hospitalar Lisboa Norte classificado como Entidade Pública Reclassificada (EPR), integrando o setor institucional das Administrações Públicas para efeitos do Orçamento de Estado.

Em 3 de Agosto de 2018, com a publicação do Decreto-Lei nº 61/2018 o Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE altera a sua designação para Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, EPE.

Com Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro, que procedeu à reestruturação do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E.P.E., integrando o Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte e do Centro de Saúde de Mafra, anteriormente integrado no Agrupamento de Centros de Saúde do Oeste Sul foi criada a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E.

A Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. é um estabelecimento de referência no Serviço Nacional de Saúde, desempenhando funções diferenciadas na prestação de cuidados de saúde, de formação pré, pós-graduada e continuada, bem como na área de investigação.

A sua atividade centrada no primado do doente, através da prestação de cuidados de saúde diferenciados à população da sua zona de influência abarca, também, a referenciação diferenciada em múltiplas áreas clínicas, no contexto regional, nacional e dos países de expressão portuguesa.

## **2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto – Lei nº 192/2015, de 11 setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

No ano 2025, em cumprimento do previsto na NCP 25- Relatos por Segmento, foi efetuada uma análise quanto à existência de utilizadores efetivos ou potenciais da informação financeira por segmentos, ponderando-se igualmente os custos inerentes à sua preparação e divulgação face aos benefícios expectáveis. Considerando o conjunto dos factos e circunstâncias relevantes, entendeu-se que a divulgação de informação financeira por segmentos não se mostra adequada.

De acordo com a Instrução nº1/2019 – PG do Tribunal de Contas as entidades legalmente obrigadas à aplicação do SNS-AP devem prestar contas em plataforma de acesso que valida a submissão das mesmas. No entanto considerando que estão reunidas as condições para reportar o fecho do ano 2025 de acordo com a NCP 26, ao abrigo do nº 7 da resolução nº 6/2025, publicada em 13/02/2026 e da Lei nº45-A/2024 do OE2025, foi solicitada, via ofício na plataforma do Tribunal de Contas, a prorrogação do prazo de entrega da Conta de Gerência de 2025 até 30 de Abril tendo obtida resposta favorável no dia 30 de Março.

Em 2015, foi publicado o Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplicável às entidades públicas reclassificadas, produzindo efeito a partir de 1 de janeiro de 2017. Posteriormente é publicado o Decreto-lei nº 85/2016, de 21 de dezembro, adiando esta decisão para 1 de janeiro de 2018.

No ano de 2018, de acordo com as instruções da UNILEO em simultâneo com as instruções da ACSS, o CHLN aplicou o normativo SNC-AP no que diz respeito à contabilidade financeira, desenvolvendo internamente esforços ao nível da aplicação do normativo da contabilidade orçamental.

Tendo sido o ano 2018, o ano de transição entre sistemas normativos POCMS – SNC-AP foi necessário realizar uma reconciliação ao nível do balanço de modo a permitir a comparabilidade entre os dados relatados no ano anterior e o ano em causa. Com a criação da Unidade Local de Saúde de Santa Maria

em 2024, a apresentação das contas de 2024 não cumpria com o princípio contabilístico da comparabilidade, isto é, as informações não estão apresentadas de “forma que permita comparações ao longo do tempo ou entre diferentes entidades, auxiliando na avaliação de desempenho e na análise de tendências”, no entanto em 2025 tal já não acontece, logo, podemos afirmar que existe comparabilidade entre os dados de 2025 e 2024.

Uma das alterações efetuadas prendeu-se com os Ativos participados através de Programas Comunitários e Projetos Co-financiados que (até ao ano 2017) eram amortizados, na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários, pela amortização das participações registadas na Rubrica de Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para Investimentos. Com a entrada em vigor do SNC AP (Ano 2018) os valores registados nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos transitaram para o Passivo – Património Líquido de acordo com a NCP 14, tendo sido estas as reclassificações modificativas realizadas. No ano 2025, a ULSSM continua a aplicar as regras da NCP14 conforme indica o quadro abaixo:

*(valores expressos em euros)*

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	Período de 2025			Período de 2024			
	Dem. Resultados	Balanço		Dem. Resultados	Balanço		
	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período	Quantias reconhecidas no capital	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Quantias reconhecidas em resultados do período	Quantias reconhecidas no capital	
NÃO reembolsáveis	Estado -Sub-Região	42 414	42 414	763 403	42 407	42 407	805 817
	Subsídios relacionados com ativos						
	Piddac 97-HPV	9 929	9 929	224 539	9 927	9 927	234 468
	Fundos Comunitários	1 511 894	1 511 894	2 128 858	1 025 219	1 025 219	2 533 635
	U. Inter. Cuidados Paliativos	2 514	2 514	153 175	2 514	2 514	155 689
Outros-IGIF	213 949	213 949	4 769 299	3 045 122	3 045 122	4 599 442	
<b>Totais</b>	<b>1 780 700</b>	<b>1 780 700</b>	<b>8 039 274</b>	<b>4 125 189</b>	<b>4 125 189</b>	<b>8 329 051</b>	

Para além dos subsídios indicados no quadro entraram nas rubricas do Património Líquido os seguintes itens:

- Doações: 22.285,21€
- Resultados Transitados anos anteriores – 111.456.734,37€
- Cobertura de Prejuízos: 84.696.549€

Para garantir a sustentabilidade das entidades SNS, foram efetuados os seguintes movimentos:

- Através de Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, a título de entrada de capital para cobertura de prejuízos transitados, consignada ao pagamento de dívida vencida foram recebidos nas seguintes datas: 8 de Julho 2025 foi recebido a verba de 7.530.007; em 24 de Outubro 2025 foi 31.291.187€ e em 20 de Dezembro de 2025 o montante de 45.875.351€ totalizando o montante de 84.696.549€.

As verbas transferidas são monitorizadas e controladas pela Inspeção – Geral das Finanças e o acompanhamento é efetuado pela Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

A publicação da Circular Normativa nº 01/2026 da ACSS veio definir os procedimentos para o encerramento e reporte das contas do exercício de 2025.

Esta publicação foi efetuada para que, a Conta Consolidada do Ministério da Saúde, possa cumprir os objetivos constantes da Recomendação da Auditoria à conta Consolidada do Ministério da Saúde, emitida pelo Tribunal de Contas.

### Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era a que se encontra no quadro abaixo:

*(valores expressos em euros)*

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
<b>Conta</b>						
Caixa	34 837		34 837	30 613		30 613
Depósitos à ordem						
Depósitos à ordem no IGCP	7 056 797		7 056 797	5 344 977		5 344 977
Depósitos bancários à ordem	346 386		346 386	170 046		170 046
Outros Depósitos no IGCP		152 174	152 174		227 092	227 092
<b>Total de caixa e depósitos</b>	<b>7 438 020</b>	<b>152 174</b>	<b>7 590 194</b>	<b>5 545 636</b>	<b>227 092</b>	<b>5 772 729</b>

As quantias indisponíveis para uso referem-se a depósitos relacionados com processos a decorrer no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa – Juízo Trabalho do Barreiro (Juízo 2 e Juízo 7) no valor de 98.343€ e 53.831,20€ de caução relativas ao programa POSEUR.

### 2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de harmonia com os seguintes princípios/pressupostos:

#### Continuidade

- As demonstrações financeiras foram preparadas no sentido de dar continuidade às operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceite em Portugal.

### **Acrécimo**

- Os Rendimentos e os Gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, de acordo com regime do acréscimo.

### **Relevância**

- Estão agregadas as linhas de itens que não sejam materialmente relevantes.

### **Comparabilidade**

- As políticas contabilistas e os critérios de mensuração adotados em 2025 são comparáveis com os usados na preparação das demonstrações financeiras em 2024.

As demonstrações financeiras demonstram uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetam valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

As notas não mencionadas, não se aplicam a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, respeitam a fatos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram durante o exercício em causa.

Todas as notas apresentam valores em M€ e respeitam a ordem estabelecida no referencial contabilístico normativo da Administração Pública.

## **2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

### **a) Ativos fixos tangíveis**

A partir da data de transição, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para o SNC-AP, a Entidade considerou como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade, ou seja, quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os gastos de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, de acordo com o regime de acréscimo.

A Entidade procede a testes de imparidade, relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico destes ativos excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu “justo valor deduzido de custos de alienação” e o seu “valor de uso”, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado dos ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Designação	Vida Útil (média)
Edifícios e outras construções	35 Anos
Equipamento básico	14 Anos
Equipamento de transporte	12 Anos
Equipamento administrativo	10 Anos
Outros ativos tangíveis	10 Anos

As vidas úteis, o método de depreciação e o valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

## **b) Propriedades de Investimento**

No decorrer do ano de 2021 foi regularizado parte de uma doação de um imóvel (50%), tendo o mesmo sido registado pelo valor patrimonial inscrito na Certidão Predial. Em 2023 foram incluídos os restantes imóveis deste testamento.

### **c) Inventários**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Entidade reduz o custo dos inventários para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

### **d) Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Entidade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000€ está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000€ e até 7.500.000€;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000€ e até 35.000.000€;
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000€.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal.

Esta nova regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação não podem ser deduzidos aos lucros tributáveis de um ou mais períodos de tributação posteriores quando se verificar, à data do termo do período de tributação em que é efetuada a dedução, que, em relação àquele a que respeitam os prejuízos, se verificou a alteração da titularidade de mais de 50% do capital social ou da maioria dos direitos de voto, expeto quando se conclua que a operação não teve como principal objetivo ou como um dos principais objetivos a evasão fiscal, o que pode considerar-se verificado, nomeadamente, nos casos em que a operação tenha sido realizada por razões económicas válidas.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o imposto diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

A Entidade procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiveram direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

#### **e) Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

#### **f) Transações sem contraprestação**

A Entidade reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e os critérios de reconhecimento.

Um anúncio de uma intenção de transferir recursos para a Entidade não é em si mesmo suficiente para identificar esses recursos como controlados. A Entidade apenas reconhece um ativo quando pode reclamar esses recursos e excluir ou regular o acesso do cedente a esses recursos.

Caso existam restrições sobre ativos transferidos, a Entidade procede à sua divulgação.

No caso de ofertas e doações, incluindo bens em espécie, quando as condições de reconhecimento estão cumpridas, é reconhecido um ativo por contrapartida de património líquido.

O ativo é mensurado pelo seu justo valor ou, no caso de terrenos e edifícios, pelo seu valor patrimonial bruto.

#### **g) Subsídio e outros apoios das entidades públicas**

Os subsídios das Entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido e, subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados, numa

base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio de Entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Entidade sem qualquer gasto futuro relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar défices de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos.

#### **h) Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Entidade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

#### **i) Ativos e passivos contingentes**

A Entidade não reconhece ativos nem passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

#### **j) Instrumentos financeiros**

A Entidade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Entidade mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra Entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam ligados a instrumentos financeiros e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida quando executados, e se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Ativos financeiros que a Entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade;
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser

mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam: (i) de montante fixo; ou, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e,
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Após o reconhecimento inicial, a Entidade mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo, resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

Considera-se que existe prova objetiva de imparidade quando ocorrem os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou

amortização da dívida;

- O credor, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou setoriais adversas.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes são agrupados com base em similares características de risco de crédito.

#### **k) Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma Entidade após dedução de todos os seus passivos.

#### **l) Benefícios dos empregados**

Remunerações, salários, contribuições para a segurança social e caixa geral de aposentações, férias anuais e baixa por doença, gratificações e benefícios não monetários são reconhecidos no exercício em que os serviços associados são prestados pelos empregados da ULSSM.

As demonstrações financeiras da Unidade Local de Saúde de Santa Maria refletem, na conta de Outras contas a pagar, o montante dos encargos com férias e subsídios de férias e respetivos encargos sociais, cujos direitos já se venceram, mas o pagamento ainda não é devido.

#### **m) Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outras Contas a Receber ou Outras Contas a Pagar, conforme sejam valores a receber ou a pagar.

#### **n) Rendimento de transações com contraprestação**

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalente, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalente de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecido como rendimento de juro de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser mensurada ao justo valor do ativo recebido.

#### **Venda de bens**

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;
- For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a Entidade; e,

- Os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

### **Prestações de serviços**

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a Entidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade; e,
- Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até abril de 2026, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 17.

## **2.3 Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.**

Para além das estimativas incluídas na Nota 2.6, não foram identificados julgamentos com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

## **2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).**

As situações identificadas que são suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte encontram-se detalhadas na Nota 2.3. Não se identificaram situações que coloquem em causa a continuidade da Entidade.

## **2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).**

O SNC-AP pressupõe que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentadas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Entidade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Entidade é apresentada na Nota 2.2.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Entidade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Entidade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela Entidade quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo:

- Verificação pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS) da produção referente

aos anos de 2017 a 2025;

- Decisões das Entidades que regulam o Serviço Nacional de Saúde, incluindo o Ministério da Saúde, ACSS e Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP (ARSLVT);
- Alterações da conjuntura económica; e,
- Deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Provisões**

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. De acordo com a NCP 15, e com base nas situações dos vários processos e o seu possível desfecho, segundo a opinião técnica dos causídicos.

### **Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis**

A vida útil estimada do equipamento operacional foi determinada pela Entidade com base no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000 que, com base na nossa experiência, consideramos uma boa estimativa da vida útil destes ativos.

## **5. Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis de acordo com o descrito no capítulo das outras políticas contabilísticas relevantes, encontram-se registados ao custo depreciado, as depreciações foram calculadas de acordo com o CIBE - Cadastro do Inventário dos Bens do Estado (Portaria 671/2000, de 17 de abril). Desde 2012, ano em que se procedeu à normalização do referido cálculo, utiliza-se para esse efeito o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de artigo.

Salientamos que não foram aplicadas as taxas de depreciação publicadas no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento incluídos no Plano de Contas Multidimensional porque dificuldades técnicas, dada a dimensão do número de itens do cadastro.

Mantivemos no Balanço o valor atribuído aos Terrenos e aos Edifícios, pois apesar de o CHULN não deter a propriedade legal do Hospital de Santa Maria é na realidade que tem na sua posse o controlo do bem no montante de Terreno de 45.328.000€ e Edifícios de 87.257.223,87€, indo de encontro à

definição de Ativo na Estrutura Conceptual do SNC AP. Não tendo bases em 2023 para utilizar outro critério de valorização mantivemos a política contábilística praticada em anos anteriores.

Os ativos fixos tangíveis participados através de Programas Comunitários e Projetos Co-financiados são depreciados, na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da ULSSM.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item ativos fixos tangíveis e mensurados ao custo de aquisição.

## Ativos Tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

(valores expressos em euros)

Rubricas	Ano 2025			Ano 2024			Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)
	Quantia Bruta (5)	Depreciações acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)	Quantia Bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>							
<b>Ativos fixos em concessão</b>							
<b>Outros Ativos fixos tangíveis</b>							
Terrenos e recursos naturais	60 200 700			60 200 700	60 200 700		60 200 700
Edifícios e outras construções	223 010 399	100 055 161		122 955 238	211 181 807	95 918 253	115 263 554
Equipamento básico	154 277 744	123 202 690		31 075 053	150 914 196	117 942 239	32 971 957
Equipamento de transporte	848 894	661 667		187 226	782 584	646 142	136 442
Equipamento administrativo	37 004 124	31 392 987		5 611 137	34 131 154	30 385 313	3 745 841
Equipamentos biológicos							
Outros ativos tangíveis	421 465	382 074		39 391	421 465	376 748	44 717
	475 763 325	255 694 579		220 068 746	457 631 907	245 268 696	212 363 211
Ativos fixos tangíveis em curso	10 660 160			10 660 160	14 261 754		14 261 754
	10 660 160			10 660 160	14 261 754		14 261 754
<b>Total</b>	<b>486 423 486</b>	<b>255 694 579</b>		<b>230 728 906</b>	<b>471 893 661</b>	<b>245 268 696</b>	<b>226 624 966</b>

## Ativos Tangíveis - quantia escriturada e variações do período

(valores expressos em euros)

Rubricas	Quantia escriturada (1)	Variações 2025/2024							Quantia Escriturada Final (10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)	
		Adições (2)	Transferências internas à entidade (3)	Revalorizações (4)	Reversões de Perdas por Imparidade (5)	Perdas por Imparidade (6)	Depreciações do período (7)	Diferenças cambiais (8)		Diminuições (9)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>										
<b>Ativos fixos em concessão</b>										
<b>Outros Ativos fixos tangíveis</b>										
Terrenos e recursos naturais	60 200 700									60 200 700
Edifícios e outras construções	115 263 554	3 308 231	8 520 361			-4 136 908				122 955 238
Equipamento básico	32 971 957	2 910 232	1 952 123			-5 260 451		-1 498 809		31 075 053
Equipamento de transporte	136 442	66 310				-15 525				187 226
Equipamento administrativo	3 745 841	282 920	2 594 347			-1 007 673		-4 297		5 611 137
Equipamentos biológicos										
Outros ativos tangíveis	44 717					-5 326				39 391
	212 363 211	6 567 692	13 066 832			-10 425 883		-1 503 106		220 068 746
<b>Ativos tangíveis em curso</b>	14 261 754	9 652 939						-13 254 533		10 660 160
	14 261 754	9 652 939						-13 254 533		10 660 160
<b>Total</b>	226 624 965	16 220 632	13 066 832			-10 425 883		-14 757 639		230 728 906

## Ativos Tangíveis – adições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Adições			
	Internas	Compra	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Total
	(1)	(2)	(6)	(11)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>				
<b>Ativos fixos em concessão</b>				
<b>Outros Ativos fixos tangíveis</b>				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	1 454 738	1 853 492		3 308 231
Equipamento básico		2 889 354	20 878	2 910 232
Equipamento de transporte		66 310		66 310
Equipamento administrativo		281 513	1 407	282 920
Equipamentos biológicos				
Outros ativos tangíveis				
	1 454 738	5 090 669	22 285	6 567 692
<b>Ativos tangíveis em curso</b>		<b>9 652 939</b>		<b>9 652 939</b>
		9 652 939		9 652 939
<b>Total</b>	<b>1 454 738</b>	<b>14 743 608</b>	<b>22 285</b>	<b>16 220 632</b>

O valor de adições de 16,2 milhões de euros apresentados evidencia a política da ULSSM na contínua aposta na renovação e inovação tecnológica dos seus equipamentos.

## Ativos Tangíveis – diminuições

(valores expressos em euros)

Rubricas	Diminuições			
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Outras	Total
	(1)	(2)	(5)	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>				
<b>Ativos fixos em concessão</b>				
<b>Outros Ativos fixos tangíveis</b>				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico	-1 498 809			-1 498 809
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	-4 297			-4 297
Equipamentos biológicos				
Outros ativos tangíveis				
				-1 503 106
<b>Ativos tangíveis em curso</b>		<b>-13 254 533</b>		<b>-13 254 533</b>
		-13 254 533		-13 254 533
<b>Total</b>		<b>-13 254 533</b>		<b>-14 757 639</b>

As diminuições ocorridas em 2025 referem-se a abates, essencialmente de equipamento básico e/ou administrativo.

### Ativos Tangíveis - depreciações

*(valores expressos em euros)*

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos	Diminuições	
	2025	2024
<b>Depreciações reconhecidas nos resultados</b>		
<b>Outros Ativos fixos tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	4 136 908	3 835 157
Equipamento básico	5 260 451	6 264 442
Equipamento de transporte	15 525	14 590
Equipamento administrativo	1 007 673	1 293 692
Equipamentos biológicos		
Outros ativos tangíveis	5 326	5 356
	10 425 883	11 413 237
<b>Total</b>	<b>10 425 883</b>	<b>11 413 237</b>

Não existem ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para venda.

## 8. Propriedades de Investimento

Em 2021 foram doados por testamento, em partes iguais, ao CHULN e ao IPO Lisboa, imóveis que não estando afetos a atividade desenvolvida, foram registados como propriedades de investimento, utilizando o critério valor patrimonial atual, constante da certidão predial. Em 2023 registaram-se os restantes imóveis deste testamento.

### Propriedades de Investimento - quantia escriturada e variações do período

*(valores expressos em euros)*

Rubricas	Quantia escriturada	Variações 2025/2024							Quantia Escriturada Final
		Adições [3]	Transferências Internas à Entidade	Depreciações do Período	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Diferenças Cambiais	Diminuições	
		(1)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
<b>Propriedades de Investimento</b>									
<b>Bens de domínio público</b>									
Terrenos e recursos naturais	36 416	0	0	0	0	0	0	0	36 416
Edifícios e Outras construções	103 646	0	0	-1 003	0	0	0	0	102 643
Outras propriedades de investimento	140 062	0	0	-1 003	0	0	0	0	139 059
<b>Propriedades de investimento em curso</b>									
	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>140 062</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1 003</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>139 059</b>

## 10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de inventários tinha a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Inventários		
Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	82 790 217,51	69 651 405,06
Imparidade acumulada	0	0
<b>Quantia recuperável</b>	<b>82 790 217,51</b>	<b>69 651 405,06</b>

A demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 detalham-se como segue:

### Demonstração do Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas

(valores expressos em euros)

Custo das Mercadorias e das Matérias Consumidas		
Descrição	2025	2024
	Mat. Primas Sub. Consumo	Mat. Primas Sub. Consumo
Existências Iniciais - 1 Jan	69 651 405,06	48 011 345,83
<b>Compras:</b>		
Produtos farmacêuticos	222 440 314,08	234 577 238,64
Material Consumo Clínico	64 725 678,62	65 707 772,84
Outras compras inventários	2 675 833,81	3 094 778,05
Regularizações existências	-207 318,65	-216 297,52
Existências Finais - 31 Dez	82 790 217,51	69 651 405,06
Custos do Exercício	276 495 695,41	281 523 432,78

Não existem quantias escrituradas de inventário dados como penhor de garantia a passivos.

## 13. Rendimentos de transação com contraprestação

No quadro seguinte apresentamos os rendimentos de transação com contraprestação globais:

(valores expressos em euros)

Tipo de transação com contraprestação	2025			2024		
	Faturado	Estimado	Total	Faturado	Estimado	Total
<b>Prestações de Serviços</b>						
Serviço Nacional de Saúde	669 383 736	37 939 190	707 322 926	655 280 814	13 236 198	668 517 012
Outros Subsistemas	9 820 438		9 820 438	5 284 149		5 284 149
<b>Total Prestações Serviços</b>	<b>679 204 174</b>	<b>37 939 190</b>	<b>717 143 364</b>	<b>660 564 963</b>	<b>13 236 198</b>	<b>673 801 161</b>
Venda de bens	9 384		9 384	8 574		8 574
Juros	11 981		11 981	1 158		1 158
Transf - ensaios clínicos	2 819 876		2 819 876	2 434 003		2 434 003
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>						
Medicamentos	16 340		16 340	31 905		31 905
Parques	1 941 754		1 941 754	1 945 162		1 945 162
Outros reembolsos	3 099 829		3 099 829	1 805 098		1 805 098
<b>Total Outros Rendimentos e Ganhos</b>	<b>5 057 924</b>		<b>5 057 924</b>	<b>3 782 165</b>		<b>3 782 165</b>
<b>Total</b>	<b>687 103 338</b>	<b>37 939 190</b>	<b>725 042 528</b>	<b>666 790 863</b>	<b>13 236 198</b>	<b>680 027 061</b>

### 13.1. Prestação de Serviços

A rubrica de prestação de serviços, serviço nacional de saúde, inclui essencialmente os rendimentos associados ao contrato-programa estabelecido entre a ULSSM e o Ministério da Saúde, constitui o instrumento de definição e de quantificação das atividades a realizar pela ULSSM, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde. Assim, o contrato-programa define, nomeadamente, os objetivos de produção e da sua remuneração, bem como os apoios extraordinários concedidos (designadamente para compensar as obrigações do Centro Hospitalar no âmbito do serviço público de saúde) e ainda os programas especiais propostos pelo Ministério da Saúde.

Até 2017, os acréscimos de rendimentos eram registados com base em estimativas calculadas pelo Instituição, tendo em consideração a produção realizada e os preços estabelecidos no respetivo contrato programa. Com vista à eliminação de diferenças de consolidação, a partir de 2017 a ACSS passou a indicar os valores das estimativas a serem contabilizadas pelas instituições do SNS, que a ULSSM tem assumido nos seus registos contabilísticos.

A partir de janeiro de 2024 introduziu-se o financiamento por capitação nas ULS, indutor da criação de valor, na medida em que incentiva os prestadores a gerir as disponibilidades financeiras em função das Termos de Referência para Contratualização de Cuidados de Saúde no SNS para 2025 estimulando a prestação de cuidados com a melhor relação custo-benefício, garantindo o acesso e a qualidade.

O CP SNS 2025 foi reconhecido em 98% como rendimento faturável nas prestações de serviços, com a comunicação da ACSS, mas sem o remanescente ser reconhecido como acréscimo de rendimentos contrariamente a 2024.

Saliente-se a emissão de uma nota de crédito de 17.020.578,20€ para encerramento do CP 2016.

### 13.2. Venda de Bens

Venda de bens - O rendimento é reconhecido quando os riscos e benefícios inerentes a posse dos ativos são transferidos para o comprador. As vendas aqui reconhecidas não são produtos, mas sim materiais vendidos a títulos de resíduos.

### 13.3. Outros Rendimentos e Ganhos

O rendimento é reconhecido quando os riscos e benefícios inerentes a posse dos ativos são transferidos para o comprador. Não incluímos neste quadro os rendimentos que não tem uma contraprestação (acertos de inventário, entre outros).

#### Transferências – Ensaios Clínicos

Em relação a esta rubrica, incluímos a mesma no quadro explicativo, pois consideramos como rendimento de transação com contraprestação o valor de ensaios clínicos, recebido de acordo com as cláusulas estabelecidas em protocolo. Este valor na Demonstração de Resultados por natureza esta incluído na linha de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos (nota 14).

## 14. Rendimentos de transação sem contraprestação

No período findo em 31 de dezembro de 2025, os rendimentos sem contraprestação tinham a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Tipo de transação sem contraprestação (1)	Rendimento do período		Quantia por receber		Adiantamentos recebidos
	(2)		(3)		
	Resultados	Património líquido	início do período	Final do período	
Impostos, Contribuições e Taxas	801 830				
Transferências e Subsídios correntes obtidos					
Rendimentos de Contexto					
Sobras de Inventário	757 121				
Imputação subsídios investimento	2 738 454				
<b>Totais</b>	<b>4 297 405</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 14.1. Impostos, Contribuições e Taxas

Esta rubrica é usada quase exclusivamente para apresentar os valores apurados para as taxas moderadoras dos utentes. Em 2025, foram especializadas taxas moderadoras de atos médicos realizados no valor de 801.830€, incluindo a especialização de 454 mil euros.

## 15. Provisões. Passivos contingentes e ativos contingentes

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi o seguinte:

(valores expressos em euros)

Provisão	Quantia escriturada inicial 2024	Aumentos		Diminuições		Quantia Escriturada Final
		Reforços	Total de aumentos	Utilizações	Total de diminuições	
	(1)	(2)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)
Impostos, contribuições e taxas						
Garantias a clientes						
Processos judiciais em curso	10 313 451	41 756	41 756	211 832	211 832	10 143 376
<b>Total</b>	<b>10 313 451</b>	<b>41 756</b>	<b>41 756</b>	<b>211 832</b>	<b>211 832</b>	<b>10 143 376</b>

Considerou-se a situação dos vários processos e o seu possível desfecho, segundo a opinião técnica dos causídicos.

## 16. Efeito de alterações em taxas de câmbio

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro, que é também a moeda funcional da Entidade.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas em vigor na data da transação. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, no caso dos ativos e passivos monetários, são registadas na demonstração dos resultados.

À data de 31 de dezembro de 2025 não existem passivos/ativos em moeda estrangeira.

## 17. Acontecimentos após data do Balanço

Encontram-se ainda por aprovar as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2013 e seguintes, sendo convicção do Conselho de Administração que serão aprovadas sem alterações ou sem alterações significativas.

## 18. Instrumentos Financeiros

### 18.1. Ativos financeiros

O detalhe dos Instrumentos Financeiros Ativos, bem como o respetivo movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, era como se segue:

#### Ativos Financeiros – quantia escriturada

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Ativos financeiros	Nota	Quantia escriturada inicial	2025				Quantia escriturada final
			Aumentos		Diminuições		
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade	Outros	
<b>Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado</b>							
Clientes c/c	(a)	94 578 552		103 760 759		100 872 555	97 466 756
Clientes de cobrança duvidosa	(a)	18 750 158		76 751		46 162	18 780 746
Perdas por imparidade acumuladas	(a)	-18 750 158	71 310		101 899		-18 780 746
Estado e outros entes públicos							
Pagamentos especiais por conta	(b)	556				556	0
Retenções na fonte: Terceiros	(b)	190 655		2 148		7 078	185 725
Outras contas a receber							
Pessoal		62 856		508 280 274		508 404 176	-61 046
Devedores por acréscimos rendimentos	(c)	167 591 976		698 676 811		664 380 373	201 888 414
Outros devedores (Estado)	(d)	2 221 902		137 694 285		138 306 803	1 609 384
Outros devedores (outros)	(e)	4 480 206		12 363 509		12 443 549	4 400 165
Caixa e Depósitos bancários		5 772 729		1 913 385 166		1 911 567 701	7 590 194
Outros ativos financeiros		0					0
<b>Totais</b>		<b>274 899 432</b>	<b>71 310</b>	<b>3 374 239 703</b>	<b>101 899</b>	<b>3 336 028 954</b>	<b>313 079 592</b>

a) Em 31 de Dezembro de 2025 cerca de 98% do saldo de Clientes concentrava-se em 3 entidades:

- Instituições da SPA/SNS (779.420,72€);
- ARS (90.456.401,25€);
- Instituições do SEE (4.976.032,92€)

Os clientes de cobrança duvidosa representam 99% do valor apresentado em cobranças duvidosas. Desse valor cerca de 36% pertencem à Sociedade Megalabirinto (6.839.773€). Foram constituídas, em 2020, imparidades para as Instituições do Estado e Regiões Autónomas (8M€). A perda por imparidade acumulada de 18.780.746€ foi reforçada em 2025 por 76.751€ utilizando o critério já usado em anos anteriores, ou seja, 100% das dívidas de Clientes Não Estado com antiguidade superior a 2 anos.

b) Na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, estão registados os valores a receber relativos a

pagamento especial por conta e a retenções realizadas por terceiros.

c) Os devedores por acréscimos de rendimento dizem respeito as seguintes naturezas:

(valores expressos em euros)			
Devedores por acréscimos rendimentos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ACSS: Contratos-programa			
2017	(c1)	82 620 957	82 620 957
2018	(c1)	26 361 950	26 361 950
2019	(c1)	1 652 007	1 652 007
2020	(c1)	1 156 202	966 855
2021	(c1)	0	-271 078
2022	(c1)	0	1 694 478
2023	(c1)	0	41 511
2024	(c1)	17 205 431	17 497 715
2025	(c1)	33 845 962	0
Subsistemas	(c2)	16 312 986	14 093 653
Taxa Moderadoras	(c3)	14 105 102	15 754 979
Rappel de fornecedores	(c4)	8 546 717	7 097 849
Outros		81 099	81 099
<b>Totais</b>		<b>201 888 414</b>	<b>167 591 976</b>

(c1) Relativamente aos devedores por acréscimos de rendimentos, ACSS, os mesmos correspondem essencialmente as estimativas efetuadas no âmbito da execução dos contratos-programa relativos aos anos em causa, 2017 a 2025, de acordo com as orientações recebidas da ACSS. É convicção do Conselho de Administração que os valores em causa refletem a melhor estimativa possível dos valores de produção a faturar, não sendo exetável que, no âmbito do encerramento formal dos contratos-programa em causa resultem correções significativas.

(c2) Os valores de acréscimos de rendimentos referentes a serviços prestados à ARSLVT e a subsistemas traduzem a melhor estimativa das quantias a faturar pelos serviços prestados, carecendo ainda de uma definição dos montantes definitivos a recuperar daquelas entidades.

(c3) De acordo com a Circular Informativa nº 1/2020 emitida pela ACSS às entidades do serviço nacional de saúde, foi recomendado manter na rubrica devedora por acréscimos de Rendimentos as taxas moderadoras por cobrar, sendo que o valor existente em 31 de dezembro de 2025 reflete o período de 2018 a 2025.

(c4) A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, rappel de fornecedores, diz respeito a notas de crédito rececionadas em 2026, relativas a diversos acordos comerciais negociados com os fornecedores no ano de 2025.

d) Os outros devedores (estado), decompõem-se como segue:

(valores expressos em euros)		
Outros Devedores Estado	31/12/2025	31/12/2024
Agência para o desenvolvimento e coesão, I.P. (SAMA2020/POSEUR)	162 602	535 448
Administrações Regionais de Saúde	275 938	217 887
SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais	37 999	245 704
Outros	1 132 844	1 222 863
<b>Total</b>	<b>1 609 384</b>	<b>2 221 902</b>

e) Os outros devedores (outros), decompõem-se como segue:

(valores expressos em euros)		
Outros Devedores	31/12/2025	31/12/2024
Entidades não codificadas	3 372 069	3 006 208
Ensaio clínicos	317 670	454 902
IQVIA Solutions Portugal, Lda.	24 279	23 705
ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.	142 908	35 189
Outras instituições	543 240	960 202
<b>Total</b>	<b>4 400 165</b>	<b>4 480 206</b>

## 18.2. Passivos financeiros

O detalhe dos Instrumentos Financeiros Passivo, bem como o respetivo movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, era como se segue:

### Passivos Financeiros - quantia escriturada

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de Passivos financeiros	Nota	2025				Quantia escriturada final	
		Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		
			Reversões de perdas por imparidade	Outros	Perdas por imparidade		Outros
<b>Fornecedores c/c</b>	<b>(a)</b>	<b>157 129 555</b>		<b>1 488 002 758</b>		<b>1 465 699 902</b>	<b>179 432 410</b>
<b>Adiantamento de clientes</b>	<b>(b)</b>	<b>200 594 748</b>		<b>747 993 015</b>		<b>685 977 108</b>	<b>262 610 655</b>
<b>Estado e outros entes públicos</b>							
Imposto sobre o rendimento	21.4	33 000		40 000		53 000	20 000
Imposto sobre o valor acrescentado	(c)	196 294		4 273 526		4 153 772	316 048
Retenções na fonte	(d)	3 732 822		46 651 929		47 192 715	3 192 036
Contribuições para sistemas proteção social	(d)	7 226 459		118 885 885		119 199 298	6 913 046
Outros		2 646		37 887		37 484	3 049
<b>Fornecedores de investimentos c/c</b>	<b>(e)</b>	<b>9 441 015</b>		<b>47 483 442</b>		<b>50 685 126</b>	<b>6 239 330</b>
<b>Outras contas a pagar</b>							
<i>Credores por acréscimos de gastos</i>							
Remunerações a liquidar	(f)	38 408 437		103 555 122		100 817 332	41 146 227
Outros acréscimos de gastos	(g)	40 868 052		287 749 740		284 912 751	43 705 040
<i>Outros credores</i>							
Pessoal		0					0,00
Instituições do estado	(h)	75 765 289		8 318 889		10 971 681	73 112 497
Outros credores diversos	(i)	2 868 481		2 002 714		1 423 050	3 448 145
<b>Totais</b>		<b>536 266 797</b>		<b>2 854 994 907</b>		<b>2 771 123 219</b>	<b>620 138 483</b>

- (a) Fornecedores c/c, respeitam a dívidas de compras e fornecimentos e serviços externos com prazo médio de pagamento (PMP) de 117,5 dias e 96,8 dias, em 2025 e 2024, respetivamente.
- (b) A rubrica de Adiantamento de Clientes reflete essencialmente os montantes recebidos da ACSS cuja faturação ainda se encontra por emitir, no âmbito do encerramento de contrato-programa.
- (c) Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), diz respeito ao IVA liquidado nos meses de novembro e dezembro de 2025 e entregue ao Estado em janeiro e fevereiro do corrente ano;
- (d) As quantias relativas as retenções na fonte a terceiros de impostos sobre o rendimento e de contribuições para sistemas proteção social, resultaram quase na sua totalidade da liquidação de verbas respeitantes à função de pessoal, que foi objeto de entrega em janeiro de 2026.
- (e) Fornecedores de investimento, dizem respeito a obras e aquisição de equipamentos;
- (f) Remunerações a liquidar, são relativas a férias, subsídio de férias e respetivos encargos vencidos a 31 de dezembro de 2025, e a pagar no corrente ano de 2026;
- (g) Outros acréscimos de gastos, decompõem-se como segue:

*(valores expressos em euros)*

<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Entidades do SNS	14 820 859	14 976 368
Subcontratos	26 725 544	22 278 499
Trabalhos especializados	746 317	1 024 047
Conservação e reparação	275 852	188 576
Limpeza higiene e conforto	933 645	497 806
Alimentação	5 189	1 584 648
Comunicações	54 300	59 156
Outros	143 333	258 952
<b>Totais</b>	<b>43 705 040</b>	<b>40 868 052</b>

- (h) Outros credores - Instituições do Estado, decompõem-se como segue:

*(valores expressos em euros)*

<b>Instituições do Estado</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
ARS LISBOA VALE TEJO, I.P.	68 877 325	68 693 747
IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação	739 170	3 949 562
ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.	1 105 984	1 105 894
INST. NAC.SAUDE DR.RIC. JORGE, IP	22 867	17 027
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	99 142	99 142
Outras instituições	2 268 009	1 899 918
<b>Total</b>	<b>73 112 497</b>	<b>75 765 289</b>

Salientamos ainda nesta rubrica as dívidas à ARS Lisboa Vale Tejo, I.P. no valor de 68.877.325€ e ao IPST - Instituto Português do Sangue e da Transplantação no montante de 739.170€.

- (i) Outros credores – diversos, dizem respeito essencialmente às dívidas a diversos prestadores de serviços médicos e de diagnóstico, no combate à diminuição da lista de espera do SNS.

Não existem ativos dados em garantia como colateral de passivos, nem dívidas a fornecedores externos cuja duração residual seja superior a cinco anos.

## 19. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salário, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e natal.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Custos com o Pessoal	(valores expressos em euros)	
	2025	2024
<b>Órgãos Sociais:</b>		
Remunerações dos Órgãos Sociais	455 840	485 533
Subsídio de refeição	7 308	8 238
Outros	112	748
Enc.s/ Rem. Órgãos Sociais	60 287	66 315
<b>Total Órgãos Sociais</b>	<b>523 547</b>	<b>560 835</b>
Remunerações do Pessoal	273 241 401	261 831 428
Enc.s/ Rem. Pessoal	65 251 636	62 700 122
Subsídio de refeição	9 394 514	9 221 246
Seguros	2 462 678	2 169 104
Outros	3 109 170	1 862 832
<b>Total Pessoal</b>	<b>353 459 400</b>	<b>337 784 732</b>
<b>TOTAL</b>	<b>353 982 947</b>	<b>338 345 567</b>

O número de funcionários no final do 2025 e 2024 foi de 7.601 e 7.514 respetivamente.

## 20. Divulgações Partes Relacionadas

O capital estatutário da ULSSM, E.P.E. é detido pelo Estado Português e encontra-se totalmente realizado.

A Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) é a entidade controladora final do Grupo Público da Saúde, sendo responsável pela consolidação das Contas.

Para além das transações realizadas com clientes e fornecedores, o CHULN também se relaciona com outros hospitais do Serviço Nacional de Saúde e com as Administrações Regionais de Saúde (ARS), mais concretamente para a realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Entidades	Balanço		Demonstração de Resultados		NIF
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos	
<b>Entidades não pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde</b>					
ACÇÃO GOVERNATIVA - entidade contabilística	0,00	0,00	0,00	0,00	
GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	600052303
GABINETE SECRETARIO ESTADO ADJUNTO MINISTRO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	600071006
GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	600052290
DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE	74 297,02	2 618,70	12 870,00	35 355,64	600037100
EAS EMPRESA AMBIENTE NA SAÚDE, TRATAMENTO DE RESIDUOS HOSPITALARES UNIPessoal, Lda.	0,00	0,00	0,00	0,00	505098954
ENTIDADE REGULADORA DA SAUDE	25 000,00	0,00	25 000,00	0,00	507021266
FUNDO PARA A INVESTIGAÇÃO EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	720013860
INFARMED - AUTORIDADE NAC. DO MEDICAMENTO E PROD. DE SAUDE, I.P.	0,00	0,00	0,00	120,07	600037002
INSPEÇÃO-GERAL DAS ATIVIDADES EM SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	600018857
INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, I.P.	0,00	4 484,64	4 333,00	212 896,43	501356126
SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	600080684
INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA NA DOENÇA, I.P.	8 262 771,97	0,00	13 502,18	0,00	514247517
SERV. INTERVENÇÃO COMPORTAMENTOS ADITIVOS E NAS DEPENDENCIAS	536 183,25	63 531,86	0,00	122 244,51	600084884
SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMUM DOS HOSPITAIS (SUCH)	7 738 430,69	3 961 281,37	4 600 078,27	203 018,51	500900469
SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	509540716
<b>Entidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde (SNS)</b>					
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, I.P.	116 509 588,52	216 258 601,94	0,00	707 559 214,06	508188423
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL SAUDE DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.	64 303 299,01	75 582 871,16	0,00	471 808,30	503148776
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALENTEJO, I.P.	359 893,65	1 398,79	0,00	0,00	503148768
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO ALGARVE, I.P.	0,00	79 094,31	0,00	0,00	503148709
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO, I.P.	879 750,89	54,98	0,00	0,00	503122165
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO NORTE, I.P.	0,00	11 186,86	0,00	0,00	503135593
Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, EPE	623,89	0,00	0,00	0,00	506361659
Unidade Local de Saúde de Entre Douro e Vouga, EPE	0,00	303,60	0,00	5 060,00	508878462
Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental, EPE	1 001 366,85	312 370,83	12 522,50	538 740,91	507618319
Unidade Local de Saúde da Arrábida, EPE	247 829,07	399,60	0,00	35 868,41	507606787
Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, EPE	445 231,10	3 271,99	0,00	4 393,45	509186998
Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	508318262
Unidade Local de Saúde do Médio Ave, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	508093937
Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, EPE	210 974,06	299 572,15	143 137,20	190 581,05	506361608
Unidade Local de Saúde da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	508741823
CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE LISBOA	941,90	11 326,34	0,00	0,00	508338476
Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE	0,00	920,46	0,00	0,00	508100496
Unidade Local de Saúde de São José, EPE	1 257 737,03	309 031,95	132 855,74	843 962,56	508080142
Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	508481287
Unidade Local de Saúde de Gaia/Espinho, EPE	0,00	63 110,82	61 866,28	0,00	508142156
Unidade Local de Saúde de São João, EPE	10 958,91	307,40	0,00	10 246,50	509821197
Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, EPE	752,40	1 975,89	710,02	660,00	506361527
Unidade Local de Saúde de Barcelos/Esposende, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	506361381
Unidade Local de Saúde de Lezíria, EPE	130 015,20	3 315,17	0,00	70 296,71	506361462
Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, EPE	19 910,25	42 758,64	0,00	3 686,50	508085888
Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra, EPE	1 397 991,64	1 136 910,40	100 036,33	995 039,34	503035416
Unidade Local de Saúde de Almada-Seixal, EPE	289 516,15	183 303,91	25 428,45	52 121,95	506361470
INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE I.P.	19 253,28	384 895,66	266 530,21	147,66	501427511
INSTITUTO OFTALMOLOGICO DR. GAMA PINTO	8 425,34	108 228,55	0,00	0,00	600000052
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DE COIMBRA, EPE	52,80	0,00	0,00	0,00	506361438
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DE LISBOA, EPE	157 819,33	217 306,85	36 300,10	24 941,26	506361616
INSTITUTO PORTUGUES DE ONCOLOGIA DO PORTO, EPE	3 393,01	181 489,70	59 018,70	62,11	506362299
INSTITUTO PORTUGUES DO SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO, IP	3 940 660,87	3 914 072,99	4 195 800,34	200 099,00	502423943
Unidade Local de Saúde do Alto Minho E.P.E.	0,00	18 381,74	17 946,69	0,00	508786193
Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE	0,00	147,45	0,00	0,00	508752000
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	16 476,51	307,40	0,00	10 709,07	506361390
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE	1 716,00	3 281,18	0,00	0,00	509309844
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	808 417,39	87 928,83	0,00	24 816,03	508754275
Unidade Local de Saúde do Alto Alentejo, EPE	638 481,35	128,32	0,00	11 331,38	508094461
Unidade Local de Saúde de Coimbra, EPE	87 767,05	563 455,77	310 565,10	0,00	510103448
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	477 424,63	5 205,45	0,00	51 650,65	510445152
Unidade Local de Saúde do Oeste, EPE	4 169 021,05	118 891,88	1 968,48	580 149,98	514993871

Entidades	Balço		Demonstração de Resultados		NIF
	Ativo	Passivo	Gastos	Rendimentos	
Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, EPE	201 447,35	4 947,49	0,00	187 164,73	509822932
Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	510123210
Unidade Local de Saúde do Algarve, EPE	101 654,07	463,30	0,00	32 751,12	510745997
Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE	83 873,13	356,16	0,00	-356,16	509932584
Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões, EPE	57 389,31	0,00	0,00	0,00	509822940
Unidade Local de Saúde do Estuário do Tejo, EPE	211 720,51	21 542,82	0,00	208 686,37	516487493
Unidade Local de Saúde de Loures-Odivelas, EPE	756 163,36	18 003,47	0,00	690 900,21	516726862
Unidade Local de Saúde de Santo António, E.P.E.	0,00	155 560,40	49 497,70	0,00	517392259
Unidade Local de Saúde do Alto Ave, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	508080827
Unidade Local de Saúde de Braga, EPE	0,00	0,00	0,00	0,00	515545180
<b>Total</b>	<b>215 444 220</b>	<b>304 138 599</b>	<b>10 069 967</b>	<b>713 378 368</b>	

## 21. Outras Divulgações

### 21.1. Passivos não correntes: Financiamentos obtidos

No Passivo não Corrente, financiamentos obtidos, respeitante ao valor da subvenção reembolsável semestralmente, relativo ao projeto de Eficiência Energética do Hospital de Santa Maria, ao abrigo do POSEUR. Em 30 de Dezembro de 2025 foi efetuado o primeiro reembolso no valor de 350.081,70€.

### 21.2. Fornecimentos e Serviços Externos

Os Fornecimentos e Serviços Externos são uma rubrica de gastos importante e com algum relevo na ULSSM. No mapa que se segue encontramos os valores repartidos pelos diversos itens com relevância para a rubrica Subcontratos que é aquela com mais expressão. Neste capítulo, o aumento verificado em algumas rubricas de Serviços Especializados deve-se essencialmente ao reforço obrigatório face a situação inflacionária que ainda decorre.

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024
<b>Subcontratos</b>	<b>132 585 859</b>	<b>98 881 107</b>
Entidades do Ministério da Saúde	43 335 819	35 165 205
Outras Entidades	89 250 039	63 715 902
Serviço de instalações e Equipamentos	18 177 624	17 165 429
Serviços logística e Stocks	11 374 554	10 712 181
Serviços Sistemas de Informação	5 421 846	4 903 462
Departamento Recursos Humanos	5 705 098	6 185 826
Trabalhos Especializados	3 309 590	2 600 050
Materiais	393 930	256 161
Energia e Fluidos	5 048 633	4 260 130
Deslocações, Estadas e Transportes	13 697 233	12 744 070
Serviços Diversos	8 815 481	9 552 771
<b>Total</b>	<b>204 529 846</b>	<b>167 261 187</b>

### **21.3. Garantias**

Existem garantias no valor de 12.659.738,22€, a favor da ULSSM, prestadas pelos diversos fornecedores ao abrigo da legislação em vigor.

Emitimos em 2016, a favor da Segurança Social uma garantia no valor de 52.999,91€.

Em 2019 emitimos uma garantia a favor da Agência Portuguesa do Ambiente no valor de 682,46€, reforçada este ano com 34.39€ de acordo com a solicitação desta agência, totalizando assim 716,99€

Em 2021 emitimos nova garantia a favor da Agência Portuguesa do Ambiente no valor de 6.183,10€.

### **21.4. Imposto sobre o rendimento**

A ULSSM, E.P.E está sujeito a IRC à taxa normal de 21%, a Derrama à taxa de 1,5% e a Tributação Autónoma sobre um conjunto de despesas, tendo contabilizado a correspondente estimativa de imposto.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de 4 anos, considerando a ULSSM, E.P.E que eventuais correções resultantes dessas revisões não terão um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

### **21.5. Interesses em outras entidades**

A Unidade Local de Saúde de Santa Maria, EPE participa na empresa SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais participando com uma quota mensal de 250€. O Resultado Líquido do SUCH, no ano de 2025 ainda não foi comunicado logo o seu registo no Sistema de Participações Residente (SIPART) ainda não se encontra realizado.

### **21.6. NCP 25**

Em cumprimento do previsto na NCP 25- Relatos por Segmento, foi efetuada uma análise quanto à existência de utilizadores efetivos ou potenciais da informação financeira por segmentos, ponderando-se igualmente os custos inerentes à sua preparação e divulgação face aos benefícios expectáveis. Considerando o conjunto dos factos e circunstâncias relevantes, entendeu-se que a divulgação de informação financeira por segmentos não se mostra adequada.

### 21.7. Outros assuntos

Cumpra ao Conselho de Administração informar a Tutela, na qualidade de acionista, de que a Unidade Local de Saúde de Santa Maria, E.P.E. se enquadra no âmbito do art.º 35.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, que apesar da atribuição da verba para cobertura de prejuízos transitados, através do despacho conjunto do Secretário de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, o valor patrimonial líquido no encerramento de 2025 se encontra negativo essencialmente devido ao impacto dos acerto do CP de 2016, verificados do contrato de 2025 impulsionando os rácios de estrutura.

# Demonstrações Orçamentais Exercício 2025

## Desempenho de execução orçamental da receita

Rubricas	Fontes de Financiamento					TOTAL	Ano n-1
	RP - Receitas Próprias	RP - Receitas Gerais	UE - Financiamento da União Europeia	EMPR - Contração de Empréstimos	Fundos Alheios		
Saldo de gerência anterior	3 831 808 €	- €	1 944 433 €	- €	- 3 512 €	5 772 729 €	- €
RI01 - Operações Orçamentais [1]	2 813 673 €	- €	1 944 433 €	- €	- 3 512 €	4 754 595 €	- €
RI02 - Devolução do saldo oper. orçamentais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RI04 - Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
RI03 - Operações de tesouraria [A]	1 018 134 €	- €	- €	- €	- €	1 018 134 €	- €
<b>Receita Corrente</b>	<b>746 762 199 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>6 205 432 €</b>	<b>752 967 631 €</b>	<b>681 597 341 €</b>
R1 - Receita Fiscal	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.1 - Impostos diretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R1.2 - Impostos indiretos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	347 097 €	- €	- €	- €	- €	347 097 €	475 654 €
R4 - Rendimentos de propriedade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5 - Transferências e subsídios correntes	6 585 768 €	- €	- €	- €	- €	6 585 768 €	6 304 866 €
R5.1 - Transferências correntes	6 585 768 €	- €	- €	- €	- €	6 585 768 €	6 304 866 €
R5.1.1 - Administrações Públicas	3 410 960 €	- €	- €	- €	- €	3 410 960 €	3 336 816 €
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	3 410 960 €	- €	- €	- €	- €	3 410 960 €	3 336 816 €
R5.1.1.3 - Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.4 - Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.1.5 - Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.2 - Exterior - U E	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R5.1.3 - Outras	3 174 808 €	- €	- €	- €	- €	3 174 808 €	2 968 050 €
R5.2 - Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R6 - Venda de bens e serviços	739 829 334 €	- €	- €	- €	6 205 432 €	746 034 766 €	674 690 371 €
R7 - Outras receitas correntes	1 €	- €	- €	- €	- €	1 €	126 451 €
<b>Receita de Capital</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>5 983 624 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>5 983 624 €</b>	<b>619 087 €</b>
R8 - Venda de bens de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9 - Transferências e subsídios de capital	- €	- €	5 983 624 €	- €	- €	5 983 624 €	619 087 €
R9.1 - Transferências de capital	- €	- €	5 983 624 €	- €	- €	5 983 624 €	619 087 €
R9.1.1 - Administrações Públicas	- €	- €	5 983 624 €	- €	- €	5 983 624 €	40 984 €
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	- €	- €	5 355 003 €	- €	- €	5 355 003 €	40 984 €
R9.1.1.3 - Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.4 - Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.1.5 - Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.1.2 - Exterior - U E	- €	- €	628 620 €	- €	- €	628 620 €	578 103 €
R9.1.3 - Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R9.2 - Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R10 - Outras receitas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	3 223 111 €	- €	- €	- €	- €	3 223 111 €	6 245 676 €
<b>Receita efetiva [2]</b>	<b>749 985 311 €</b>	<b>- €</b>	<b>5 983 624 €</b>	<b>- €</b>	<b>6 205 432 €</b>	<b>762 174 366 €</b>	<b>688 462 104 €</b>
<b>Receita não efetiva [3]</b>	<b>84 696 546 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>84 696 546 €</b>	<b>76 997 312 €</b>
R12 - Receita com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
R13 - Receita com passivos financeiros	84 696 546 €	- €	- €	- €	- €	84 696 546 €	76 997 312 €
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>837 495 530 €</b>	<b>- €</b>	<b>7 928 057 €</b>	<b>- €</b>	<b>6 201 920 €</b>	<b>851 625 507 €</b>	<b>765 459 417 €</b>
ROT1 - Operações de Tesouraria [B]	280 378 €	- €	- €	- €	- €	280 378 €	1 028 362 €
<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>	<b>837 495 530 €</b>	<b>- €</b>	<b>7 928 057 €</b>	<b>- €</b>	<b>6 201 920 €</b>	<b>774 531 278 €</b>	<b>765 459 417 €</b>

## Desempenho de execução orçamental da despesa

Rubricas	Fontes de Financiamento						TOTAL	Ano n-1
	RP - Receitas Próprias	RG - Receitas Gerais	UE - Financiamento da União Europeia	EMPR - Contração de Empréstimos	Fundos Alheios			
<b>Despesa corrente</b>	<b>827 562 017 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>827 562 017 €</b>	<b>- 756 992 178 €</b>
D1 - Despesas com o pessoal	352 066 966 €	- €	- €	- €	3 512 €	- €	352 070 478 €	328 388 570 €
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	215 296 069 €	- €	- €	- €	- €	- €	215 296 069 €	192 092 761 €
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	68 590 650 €	- €	- €	- €	- €	- €	68 590 650 €	73 891 515 €
D1.3 - Segurança Social	68 180 247 €	- €	- €	- €	3 512 €	- €	68 183 759 €	62 404 295 €
D4.1.1.3 - Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>D2 - Aquisição de bens e serviços</b>	<b>475 168 716 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>475 168 716 €</b>	<b>427 005 943 €</b>
D3 - Juros e outros encargos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4 - Transferências e subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1 - Transferências correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1 - Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.4 - Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.1.5 - Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.3 - Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.1.4 - Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D4.2 - Subsídios correntes	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D5 - Outras despesas correntes	326 336 €	- €	- €	- €	- €	- €	326 336 €	1 597 665 €
<b>Despesa de capital</b>	<b>17 771 808 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>17 771 808 €</b>	<b>12 784 506 €</b>
D6 - Aquisição de bens de capital	17 771 808 €	- €	- €	- €	- €	- €	17 771 808 €	12 784 506 €
D7 - Transferência e subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1 - Transferências de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1 - Administrações Públicas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.3 - Segurança Social	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.4 - Administração Regional	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.1.5 - Administração Local	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.3 - Famílias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.1.4 - Outras	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D7.2 - Subsídios de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D8 - Outras despesas de capital	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Despesa efetiva [5]</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>769 776 684 €</b>
<b>Despesa não efetiva [6]</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
D9 - Despesa com ativos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
D10 - Despesa com passivos financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>769 776 684 €</b>
DOT1 - Operações de tesouraria [C]	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	10 228 €
Saldo para a gestão seguinte	-6 539 783 €	- €	7 928 057 €	- €	#####	7 590 194 €	-3 299 133 €	-3 299 133 €
Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	-7 838 295 €	- €	7 928 057 €	- €	#####	6 291 682 €	-4 317 267 €	-4 317 267 €
Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	1 298 512 €	- €	- €	- €	- €	1 298 512 €	1 018 134 €	1 018 134 €
Saldo Global [2] - [5]	-95 348 514 €	- €	5 983 624 €	- €	#####	-83 159 458 €	-81 314 579 €	-81 314 579 €
Despesa primária	845 333 825 €	- €	- €	- €	- €	845 333 825 €	769 776 684 €	769 776 684 €
Saldo corrente	-80 799 817 €	- €	- €	- €	6 205 432 €	-74 594 386 €	-75 394 837 €	-75 394 837 €
Saldo de capital	-17 771 808 €	- €	5 983 624 €	- €	- €	-11 788 184 €	-12 165 419 €	-12 165 419 €
Saldo primário	-95 348 514 €	- €	5 983 624 €	- €	6 205 432 €	-83 159 458 €	-81 314 579 €	-81 314 579 €
<b>Despesa total [5] + [6]</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>769 776 684 €</b>	<b>769 776 684 €</b>

## Execução orçamental da receita

Rubrica	Designação	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas Cobradas Líquidas		Total	Receitas por cobrar no final do período
								emitidos	pagos	Períodos Anteriores	Período Corrente		
	<b>Receta Corrente</b>	<b>1 125 344 865 €</b>	<b>660 211 674 €</b>	<b>60 851 499 €</b>	<b>405 429 402 €</b>	<b>1 147 711 €</b>	<b>752 971 362 €</b>	<b>3 880 €</b>	<b>3 731 €</b>	<b>1 620 397 €</b>	<b>751 347 234 €</b>	<b>752 967 631 €</b>	<b>-72 830 127 €</b>
R3	Taxas, multas e outras penalidades	850 000 €	498 716 €	3 427 €	350 971 €	3 114 €	350 156 €	3 114 €	3 060 €	- €	347 097 €	347 097 €	4 187 €
R5	Transferências e subsídios correntes	6 806 387 €	-248 442 €	506 373 €	6 806 385 €	257 928 €	6 586 419 €	646 €	651 €	295 923 €	6 289 845 €	6 585 768 €	469 119 €
R6	Venda de bens e serviços	1 117 638 478 €	659 911 401 €	60 341 700 €	398 272 046 €	886 668 €	746 034 786 €	120 €	20 €	1 324 475 €	744 710 291 €	746 034 766 €	-73 303 434 €
R7	Outras receitas correntes	50 000 €	49 999 €	- €	1 €	- €	1 €	- €	- €	- €	1 €	1 €	- €
	<b>Receta de Capital</b>	<b>9 266 386 €</b>	<b>4 026 488 €</b>	<b>- €</b>	<b>5 239 898 €</b>	<b>- €</b>	<b>5 983 624 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>5 983 624 €</b>	<b>5 983 624 €</b>	<b>- €</b>
R9	Transferências e subsídios de capital	9 266 386 €	4 026 488 €	- €	5 239 898 €	- €	5 983 624 €	- €	- €	- €	5 983 624 €	5 983 624 €	- €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	3 316 514 €	-1 786 362 €	2 586 325 €	2 516 551 €	- €	3 223 111 €	- €	- €	2 231 557 €	991 554 €	3 223 111 €	1 362 601 €
R12	Receta com passivos financeiros	84 696 558 €	0 €	- €	84 696 558 €	- €	84 696 546 €	- €	- €	- €	84 696 546 €	84 696 546 €	- €
R14	Saldo de gerência anterior - operações orçamentais	4 754 597 €	2 €	- €	4 754 595 €	- €	4 754 595 €	- €	- €	- €	4 754 595 €	4 754 595 €	- €
	<b>Total</b>	<b>1 227 378 920 €</b>	<b>662 451 803 €</b>	<b>63 437 824 €</b>	<b>502 637 003 €</b>	<b>1 147 711 €</b>	<b>851 629 237 €</b>	<b>3 880 €</b>	<b>3 731 €</b>	<b>3 851 954 €</b>	<b>847 773 552 €</b>	<b>851 625 507 €</b>	<b>-71 467 527 €</b>

## Execução orçamental da despesa

Rubrica	Designação	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições Abatidas aos Pagamentos		Despesas Pagas Líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Compromissos Assumidos Para Períodos Futuros				
							Emitidas	Recabidas	Períodos Anteriores	Período Corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
	<b>Despesa corrente</b>	<b>168 030 920 €</b>	<b>1 120 470 096 €</b>	<b>1 114 312 677 €</b>	<b>1 037 022 502 €</b>	<b>827 562 017 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>149 066 599 €</b>	<b>678 495 418 €</b>	<b>827 562 017 €</b>	<b>81 014 368 €</b>	<b>185 419 488 €</b>	<b>12 150 241 €</b>	<b>577 975 €</b>	<b>64 215 €</b>	<b>- €</b>	<b>60 315 €</b>
D1	<b>Despesas com pessoal</b>	<b>11 223 300 €</b>	<b>362 767 917 €</b>	<b>362 601 027 €</b>	<b>362 568 310 €</b>	<b>352 066 966 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>11 011 556 €</b>	<b>341 055 409 €</b>	<b>352 066 966 €</b>	<b>37 758 €</b>	<b>10 292 958 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
D1.1	Remunerações certas e permanentes	3 885 011 €	218 802 887 €	218 705 654 €	218 667 969 €	215 296 069 €	- €	- €	3 782 441 €	211 513 628 €	215 296 069 €	37 758 €	3 162 008 €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.2	Alcances variáveis ou eventuais	109 174 €	68 822 539 €	68 788 454 €	68 788 454 €	68 590 650 €	- €	- €	- €	68 590 650 €	68 590 650 €	0 €	196 450 €	- €	- €	- €	- €	- €
D1.3	Segurança Social	7 229 115 €	75 142 491 €	75 106 919 €	75 106 887 €	68 180 247 €	- €	- €	7 229 115 €	60 951 137 €	68 180 247 €	0 €	6 934 500 €	- €	- €	- €	- €	- €
D2	Aquisição de bens e serviços	156 630 274 €	755 740 739 €	749 818 999 €	652 566 542 €	475 168 716 €	- €	- €	138 054 042 €	337 114 673 €	475 168 716 €	80 976 610 €	174 806 602 €	12 150 241 €	577 375 €	64 215 €	- €	60 315 €
D5	Outras despesas correntes	197 347 €	1 961 440 €	1 892 651 €	1 892 651 €	326 336 €	- €	- €	1 000 €	325 336 €	326 336 €	0 €	319 929 €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>Despesas de Capital</b>	<b>8 807 975 €</b>	<b>26 866 731 €</b>	<b>24 313 841 €</b>	<b>23 907 363 €</b>	<b>17 771 808 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>8 131 017 €</b>	<b>9 640 790 €</b>	<b>17 771 808 €</b>	<b>406 478 €</b>	<b>6 135 555 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
D6	Investimentos	8 807 975 €	26 866 731 €	24 313 841 €	23 907 363 €	17 771 808 €	- €	- €	8 131 017 €	9 640 790 €	17 771 808 €	406 478 €	6 135 555 €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>Total</b>	<b>176 858 895 €</b>	<b>1 47 336 827 €</b>	<b>1 138 626 518 €</b>	<b>1 040 929 865 €</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>157 197 616 €</b>	<b>688 136 208 €</b>	<b>845 333 825 €</b>	<b>81 420 846 €</b>	<b>191 555 044 €</b>	<b>12 150 241 €</b>	<b>577 375 €</b>	<b>64 215 €</b>	<b>- €</b>	<b>60 315 €</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS**  
**2025**

## Introdução

As demonstrações orçamentais foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015.

O objetivo das Demonstrações Orçamentais são o proporcionar informação acerca do orçamento inicial, alterações orçamentais, da execução das despesas orçamentadas, da execução das receitas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O orçamento está repartido por várias fontes de financiamento, de acordo com as normas definidas pela Entidade Orçamental (EO), representando as verbas do Orçamento de Estado que se referem aos adiantamentos do contrato programa, com um peso significativo no total do valor do orçamento anual.

Os registos da contabilidade orçamental permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e receita, desde a sua abertura, as modificações, a execução, até ao encerramento.

Para apoio ao acompanhamento da execução orçamental são utilizados vários mapas de execução.

### 1. Alterações orçamentais à receita

No decorrer do ano em apreço, registaram-se alterações ao orçamento inicial da receita, decorrentes de transferências entre rubricas; de créditos especiais, nomeadamente o reforço destinado à cobertura de prejuízos, conforme a seguinte distribuição:

Rubrica	Designação	Tipo	Receita						
			Previsões iniciais	Peso	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Peso
					Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
03	Taxas multas e outras penalidades	N/A	850 000 €	0%	- €	- €	- €	850 000 €	0%
05	Transferências correntes	P/M	2 205 364 €	0%	4 601 023 €	- €	- €	6 806 387 €	1%
06	Venda de bens e serviços	P/M	964 458 420 €	99%	153 180 058 €	- €	- €	1 117 638 478 €	91%
07	Outras receitas correntes	N/A	50 000 €	0%	- €	- €	- €	50 000 €	0%
10	Outras receitas de capital	M	2 215 746 €	0%	7 050 640 €	- €	- €	9 266 386 €	1%
11	Reposições não abatidas aos pagamentos	M	- €	0%	3 316 514 €	- €	- €	3 316 514 €	0%
13	Receita com passivos financeiros	M	- €	0%	12 €	- €	84 696 546 €	84 696 558 €	7%
14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M	- €	0%	4 754 597 €	- €	- €	4 754 597 €	0%
Total:			969 779 530 €	100%	172 902 844 €	- €	84 696 546 €	1 227 378 920 €	100%

Da análise do quadro, destaca-se o montante de 4,6MEUR inscrito para reforço das transferências correntes, dos quais 3,1MEUR respeitam à descentralização.

No que concerne às receitas de capital, estas correspondem maioritariamente a valores recebidos ao abrigo de adiantamentos de projetos financiados pelo PRR.

Destaca-se, igualmente, o reforço de 84,6MEUR na rubrica de passivos financeiros, destinado à cobertura de prejuízos.

Deste modo, de um orçamento inicial de 969,8MEUR, e considerando os diversos movimentos de inscrição e anulação efetuados ao longo do período, apurou-se um orçamento corrigido de 1.227,3MEUR, o que corresponde a um crescimento de 26,56%.

## 2. Alterações orçamentais da despesa

Rubrica	Rubricas	Tipo	Despesa						
			Dotações Iniciais	Peso	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	Peso
					Inscrições / reforços	Diminuições / anulações	Créditos especiais		
01	Despesas com o pessoal	P/M	358 375 464€	37%	12 716 453€	8 324 000€	-€	362 767 917€	32%
01.1	Remunerações Certas e Permanentes	P/M	211 879 898€	22%	6 922 989€	-€	-€	218 802 887€	19%
01.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	77 146 539€	8%	-€	8 324 000€	-€	68 822 539€	6%
01.3	Segurança Social	P/M	69 349 027€	7%	5 793 464€	-€	-€	75 142 491€	7%
02	Aquisição de bens e serviços	P/M	577 986 916€	60%	93 057 277€	-€	84 696 546€	755 740 739€	66%
03	Juros e outros encargos	N/A	20 000€	0%	-€	-€	-€	20 000€	0%
05	Outras Despesas Correntes	P/M	1 010 000€	0%	911 440€	-€	-€	1 921 440€	0%
06	Aquisições de bens de capital - Investimento	P/M	32 387 150€	3%	-€	5 500 419€	-€	26 886 731€	2%
Total:			969 779 530 €	100%	106 685 170 €	13 824 419 €	84 696 546 €	1 147 336 827 €	100%

Do lado da despesa, foram efetuados, ao longo do ano em análise, reforços no montante total de 177,5MEUR, dos quais 84,6MEUR correspondem ao crédito especial atribuído pela DGTF, para cobertura de prejuízos, bem como a alguns ajustes na dotação inicialmente prevista para aquisição de medicamentos e material de consumo clínico.

Verifica-se, assim, um crescimento de 18,31%, face ao orçamento inicial.

## 3. Operações de tesouraria

Código das contas	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.1 / 07.2.1 - Recebimentos / pagamentos por Intermediação de fundos	-€	-€	-€	-€
07.1.2.1.1 / 07.2.2.1.1 - Autarquias Locais	-€	-€	-€	-€
07.1.2.1.2 / 07.2.2.1.2 - Entidade Contabilística Estado	-€	-€	-€	-€
07.1.2.1.3 / 07.2.2.1.3 - Região Autónoma Açores	-€	-€	-€	-€
07.1.2.1.4 / 07.2.2.1.4 - Região Autónoma Madeira	-€	-€	-€	-€
07.1.2.1.5 / 07.2.2.1.5 - Outras entidades beneficiárias	-€	-€	-€	-€
07.1.2.2 / 07.2.2.2 - Receita não Fiscal	-€	-€	-€	-€
07.1.3 / 07.2.3 - Constituição e reforço/devolução de cauções e garantias	-€	-€	-€	-€
07.1.4 / 07.2.4 - Cobrança/Entrega de recursos próprios europeus	-€	-€	-€	-€
07.1.5 / 07.2.5 - Receção/receitas de receitas próprias – duplo cabimento	-€	-€	-€	-€
07.1.6 / 07.2.6 - Retenções - Transição para o SNC-AP	-€	-€	-€	-€
07.1.9 / 07.2.9 - Outras receitas/despesas de operações tesouraria	1 018 134€	280 378€	-€	1 368 216€
07.2.8- Conversão de operações de tesouraria em receita orçamental	-€	-€	-€	-€
<b>Total:</b>	<b>1 018 134€</b>	<b>280 378€</b>	<b>-€</b>	<b>1 368 216€</b>

As operações de tesouraria correspondem a movimentos que geram influxos ou exfluxos de caixa, sem, contudo, representem operações de execução orçamental. No ano de 2025, os recebimentos e pagamentos associados a estas operações ascenderam a 1,0MEUR e 0,2MEUR, respetivamente.

#### 4. Plano plurianual de investimentos

ULSSM, E.P.E.

##### Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de Financiamento				Datas		Montante previsto				Montante executado		Nível de execução financeira anual (%) (18)	Nível de execução financeira global (%) (19)
					RG	RP	EU	EMPR	Início	Fim	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano t	Total	Ano t		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)	(16)	(17)=(15)+(16)	(18)	(19)
Aquisição de equipamento médico pesado e sistemas cirúrgicos robóticos para as Unidades de Saúde do SNS da Região de Lisboa do Tejo (PRR)	8819	Aquisição de equipamento médico pesado (EMPR) de tecnologia avançada para a área da Imagiologia e radioterapia	D.07.01.10.80.B0			1.966.906,71 €	4.275.745,41 €		24/06/2024	30/06/2025	3.061.129,54 €		3.061.129,54 €	2.537.798,77 €	3.061.129,54 €	5.594.928,31 €	54%	100%
Aquisição de equipamento médico pesado e sistemas cirúrgicos robóticos para as Unidades de Saúde do SNS da Região de Lisboa do Tejo (PRR)	17752	Aquisição de dois aceleradores lineares para Radiocirurgia e Radioterapia + obras de adaptação e instalação dos dois equipamentos	D.07.01.10.80.B0			1.219.000,00 €	5.300.000,00 €		01/09/2025	31/09/2026		6.519.000,00 €	6.519.000,00 €				0%	0%
Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais. Qualificar as instalações e modernizar equipamentos (PRR)	17817	Qualificar as instalações e equipamentos para modernização das áreas hospitalares e equipamentos hospitalares	D.07.01.10.80.B0			684.227,75 €	2.974.903,26 €		01/01/2024	31/09/2026	2.527.531,01 €	1.131.600,00 €	3.659.131,01 €	816.831,00 €	1.690.833,00 €	2.507.664,00 €	46%	65%
Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, Cuidados de Saúde Primários com mais respostas. Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde - modernizar equipamentos (PRR)	27990	Crear 4 Gabinetes de Medicina Dentária nas Unidades de Cuidados de Saúde - UOSP Sete Rios, USF Concha e UOSP Mafra Norte-Polo Estreito	D.07.01.10.80.B0			27.413,22 €	119.187,90 €		01/10/2025	31/09/2026		146.601,12 €	146.601,12 €				0%	0%
Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, Cuidados de Saúde Primários com mais respostas. Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde - modernizar equipamentos (PRR)	29695	Equipamento Básico/Clinico diversio - Modernizar equipamentos em várias áreas	D.07.01.10.80.B0			494.221,23 €	2.148.787,95 €		01/01/2024	31/09/2026		1.879.426,31 €	1.879.426,31 €				0%	0%
Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais. Construção/Renovação de instalações hospitalares (PRR)	24082	Remodelação e ampliação do Bloco de Oftalmologia da ULS de Santa Maria	D.07.01.03.80.B0			120.000,00 €	2.000.000,00 €		16/10/2025	31/09/2026		2.120.000,00 €	2.120.000,00 €				0%	0%
Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais. Construção/Renovação de instalações hospitalares	24081	Remodelação e ampliação do Bloco de da Unidade de Cuidados P&S - Anestésicos da ULS de Santa Maria	D.07.01.03.80.B0			127.200,00 €	2.120.000,00 €		16/10/2025	31/09/2026		2.247.200,00 €	2.247.200,00 €				0%	0%
Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais. Construção/Renovação de instalações hospitalares	24080	Construção do edifício subterrâneo para Medicina Nuclear da ULS de Santa Maria	D.07.01.03.80.B0			204.000,00 €	3.400.000,00 €		16/10/2025	31/09/2026		3.604.000,00 €	3.604.000,00 €				0%	0%
Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais. Construção/Renovação de instalações hospitalares	24078	Ampliação do Hospital de Dia de Oncologia da ULS de Santa Maria	D.07.01.03.80.B0			216.000,00 €	3.600.000,00 €		16/10/2025	31/09/2026		3.816.000,00 €	3.816.000,00 €				0%	0%
Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais. Construção/Renovação de instalações hospitalares (PRR)	24076	Ampliação do Hospital de Dia de Hematologia da ULS de Santa Maria	D.07.01.03.80.B0			168.000,00 €	2.800.000,00 €		16/10/2025	31/09/2026		2.968.000,00 €	2.968.000,00 €				0%	0%
Modernização e renovação de áreas hospitalares e equipamentos para hospitais. Construção/Renovação de instalações hospitalares (PRR)	24074	Empenhamento de Construção do armazém de consumo clínico da ULS de Santa Maria	D.07.01.03.80.B0			120.000,00 €	2.000.000,00 €		16/10/2025	31/09/2026		2.120.000,00 €	2.120.000,00 €				0%	0%
<b>Total</b>						4.746.368,41 €	30.738.624,52 €			<b>Total</b>	<b>5.888.660,55 €</b>	<b>26.551.827,43 €</b>	<b>32.140.487,98 €</b>	<b>3.359.629,77 €</b>	<b>4.751.962,54 €</b>	<b>8.102.592,31 €</b>		

No triénio de 2024-2026 a ULSSM propôs-se a investir um montante de 102,22MEUR. Dos investimentos a realizar na ULSSM, destacamos as seguintes candidaturas, para o financiamento dos seguintes projetos:

- POSEUR – “Eficiência energética nos Edifícios da Administração Pública Central” com um custo de 15,33M€ e financiamento de 14,48MEUR, com término em 2024.

Em dezembro de 2025 iniciou-se o plano de Reembolsos deste financiamento.

- PRR – Reforma das Saúde Mental - Requalificar as instalações dos serviços locais de Saúde Mental existentes – com um custo estimado de 3,2MEUR e financiamento de 1,5M€ ainda em fase final de conclusão do financiamento;
- PRR – Equipamento para Hospitais em Lisboa e Vale do Tejo - Aquisição de equipamento médico pesado de tecnologia avançada para a área da Imagiologia e Radioterapia, com um custo de 4,2MEUR e financiamento a 100%, com execução física concluída, mas a aguardar a parte final do financiamento;
- PRR - Rede Nacional de Test Beds - Consórcio TB4Health com um orçamento total de 697.687,50€, financiado a 70%;
- Lisboa 2030 - Projeto Safemed - Projetos de I&D Individuais/Copromoção com investimento elegível no valor de 222.000,00€;
- Lisboa 2030 - Hospitais: Equipamentos Hospitalares - Aquisição de um equipamento de Tomografia Computacional de Planeamento para o Serviço de Radioterapia, com um custo total de 849.481,90€ e financiamento a 40% com execução física concluída em dezembro de 2025, mas a ainda a aguardar relatório final.

Em 2025, foram submetidas e aprovadas várias candidaturas de projetos ao abrigo do PRR, como sendo:

- A substituição de dois aceleradores lineares; Ampliação do Hospital de Hematologia; Construção de armazém de consumo clínico; Ampliação do Hospital de Dia de Oncologia; Remodelação e ampliação da UCPA e Construção de edifício subterrâneo.

A execução destes projetos foi, contudo, adiada para o ano de 2026;

Foram iniciadas algumas intervenções que ainda se encontram em curso: nomeadamente ao nível da rede de incêndio, da sala de angiografia e da aquisição de material informático no âmbito das compras centralizadas da SPMS.

O plano de investimento visa assegurar a continuidade das ações de adaptação das infraestruturas dos serviços, bem como a realização das necessárias intervenções de conservação e reparação.

## 5. Contratação Administrativa

### 5.1 Situação dos contratos

Entidade	Objeto	ID	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Prazo de execução (meses)	Início de execução (meses)	Visto do Tribunal de Contas	NICP	Contratos afetados COVID-19	Pagamentos no período			Pagamentos acumulados		
											Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos de supramento de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos a menos	Trabalhos de fornecimento de materiais e emissões	Trabalhos / serviços / fornecimentos de materiais e emissões
ACCORIO HEALTHCARE UNIPessoal	C.CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 14/10/2024	251A000055	06/05/2025	3.039.997,28 €	3.200.987,28 €	6	2025-05-06	645/2024	Não	Não	28/12/2025	267.858,69 €				
ALEXION PHARMA SPAIN S.L	EGLUZIMAB 300 MG/30 ML INI	251G000374	21/08/2025	200.313,75 €	213.312,28 €	4	2025-08-21	2273/2024	Não	Não	30/12/2025	91.414,57 €				
ALVPT UNIPessoal DA	VUTRISIRAN 25 MG/ 0,5 ML SOL INI SERINGA	251G000442	07/05/2025	7.811.560,80 €	8.280.254,48 €	8	2025-05-07	851/2024	Não	Não	05/09/2025	8.275.567,47 €				
ALVPT UNIPessoal DA	VUTRISIRAN 25 MG/ 0,5 ML SOL INI SERINGA	251G000487	11/03/2025	65.096,34 €	69.002,12 €	10	2025-03-11	1822/2024	Não	Não	28/04/2025	68.983,06 €				
ALVPT UNIPessoal DA	VUTRISIRAN 25 MG/ 0,5 ML SOL INI SERINGA	251G000853	04/04/2025	260.386,36 €	276.008,48 €	9	2025-04-04	1360/2024	Não	Não	25/08/2025	275.852,25 €				
ALVPT UNIPessoal DA	VUTRISIRAN 25 MG/ 0,5 ML SOL INI SERINGA	251G000456	21/04/2025	520.770,72 €	552.016,36 €	7	2025-04-21	1174/2024	Não	Não	26/09/2025	551.704,50 €				
AMBULANCIAS 111 SA	PS DE TRANSPORTE IMO URGENTE DE DOENTES	259A000007	10/07/2025	5.508.034,20 €	5.508.034,20 €	6	2025-07-10	477/2024	Não	Não	28/03/2026	139.883,82 €				
BAUER PORTUGAL DA	ADQUIÇÃO DE DANOCOTOG ALFA FEGOL 2000 UI / 2,5 ML I	251G001684	15/12/2025	777.702,00 €	506.564,12 €	1	2025-12-16	202/2024	Não	Não	28/03/2026	67.115,22 €				
BAYER PORTUGAL DA	DANOCOTOG ALFA FEGOL 1000 UI / 2,5 ML I	251G001587	14/11/2025	132.699,00 €	140.656,70 €	2	2025-11-14	2322/2024	Não	Não	28/03/2026	193.855,76 €				
BIOMED PORTUGAL SOC.FARMAC.	C.CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 14/10/2024	251A000055	14/05/2025	1.509.899,68 €	1.600.493,44 €	8	2025-05-14	932/2024	Não	Não	30/12/2025	537.477,35 €				
BIOMED PORTUGAL SOC.FARMAC.	C.CENTRAL MEDICAMENTOS - 13/10/2025 - FIMARRITO DE DIMETIL	251G000588	04/07/2025	3.583.867,78 €	3.798.899,84 €	6	2025-07-04	3169/2024	Não	Não	28/03/2026	296.803,20 €				
BIOMED PORTUGAL SOC.FARMAC.	ETANERCEPT 50 MG/1 ML SOL INI BIODISIMILAR	251G003449	19/09/2025	240.800,00 €	255.248,00 €	4	2025-09-19	1822/2024	Não	Não	28/03/2026	267.658,69 €				
BIOMED PORTUGAL SOC.FARMAC.	ETANERCEPT 50 MG/1 ML SOL INI BIODISIMILAR	251G001596	20/11/2025	467.040,00 €	485.042,40 €	1	2025-11-20	3169/2024	Não	Não	28/03/2026	296.803,20 €				
BIOSONDA LDA	ENDOPRÓTESES AÓRTICAS STANDARD PARA UTILIZAÇÃO	252A000034	30/06/2025	6.729.000,00 €	7.132.740,00 €	6	2025-06-30	3169/2024	Não	Não	25/09/2025	577.902,70 €				
BIOSONDA LDA	ENDOPRÓTESES TORÁCICAS CUSTOM MADE	252A000035	15/08/2025	1.950.000,00 €	1.431.000,00 €	5	2025-08-19	1328/2024	Não	Não	29/12/2025	349.602,00 €				
CARDIVA PORTUGAL UNIPessoal	ENDOPRÓTESES AÓRTICAS STANDARD PARA UTILIZAÇÃO	252A000034	30/06/2025	4.486.000,00 €	4.755.160,00 €	6	2025-06-30	1285/2024	Não	Não	25/08/2025	577.902,70 €				
CATEK- PROD MED E HOSPITALAR	CONSUMÍVEIS DE TROMBECTOMIA	252A000052	05/07/2025	5.761.508,00 €	6.517.712,84 €	6	2025-07-05	1328/2024	Não	Não	29/03/2026	287.777,28 €				
CENCOIRA 3PL PORTUGAL	C.CENTRAL MEDICAMENTOS 2025-5-AQUISIÇÃO DINÂMICO 17/63/2025	251D000001	16/12/2025	2.309.440,00 €	2.448.006,40 €	1	2025-12-16	3169/2024	Não	Não	30/12/2025	274.328,09 €				
CENCOIRA 3PL PORTUGAL	MANALUXIBAT 9,5 MG/ ML FR 30 ML SOL ORAL	251G0001399	01/10/2025	776.839,98 €	823.450,37 €	3	2025-10-01	3169/2024	Não	Não	30/12/2025	274.328,09 €				
CENCOIRA 3PL PORTUGAL	MANALUXIBAT 9,5 MG/ ML FR 30 ML SOL ORAL	251G001511	31/10/2025	776.839,98 €	823.450,38 €	2	2025-10-31	478/2024	Não	Não	28/04/2025	68.983,06 €				
DAIICHI SANKYO PORTUGAL LDA	C.CENTRAL MEDICAMENTOS-1488/2025 - T1823 - TRASTUZUMAB	251G0000847	28/05/2025	816.000,00 €	864.940,00 €	7	2025-05-28	200/2024	Não	Não	31/12/2025	1.018.924,52 €				
ITALU - INST. TÁC. ALIMENT. HUM	PS ALIMENTAÇÃO DOENTES/COUBORABORES DA USISM-OUT A DEZ 2025	259A000054	28/11/2025	2.388.826,56 €	2.699.993,02 €	1	2025-11-28	1936/2024	Não	Não	14/08/2025	1.006.226,83 €				
ITALU - INST. TÁC. ALIMENT. HUM	PS ALIMENTAÇÃO - MAIO E JUNHO 2025	259G001105	29/05/2025	2.370.238,28 €	2.678.974,76 €	7	2025-05-29	1363/2024	Não	Não	10/03/2025	1.069.598,73 €				
ITALU - INST. TÁC. ALIMENT. HUM	PS ALIMENTAÇÃO DA USISM - JANEIRO A MARÇO 2025.	259G000022	10/01/2025	2.370.238,28 €	2.678.974,76 €	12	2025-01-10	731/2024	Não	Não	25/06/2025	1.111.961,80 €				
ITALU - INST. TÁC. ALIMENT. HUM	PS ALIMENTAÇÃO DA USISM - MARÇO E ABRIL DE 2025	259G0000543	23/05/2025	2.370.238,28 €	2.678.974,76 €	7	2025-05-22	2750/2024	Não	Não	07/11/2025	1.034.011,20 €				
ITALU - INST. TÁC. ALIMENT. HUM	PS FORNECIMENTO ALIMENTAÇÃO - NOVEMBRO 2025	259G000427	23/10/2025	1.185.119,14 €	1.339.487,38 €	2	2025-12-31	3169/2024	Não	Não	30/10/2025	567.951,73 €				
ITALU - INST. TÁC. ALIMENT. HUM	PS FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO DE JUL A SET DE 2025.	259G0001531	15/09/2025	3.555.357,42 €	4.018.462,16 €	4	2025-09-15	128/2025	Não	Não	26/03/2026	87.285,91 €				
JANSEN-CI-LAG FARMACEUTICA LDA	C.CENTRAL MEDICAMENTOS - 13/58/2025	251G000482	25/03/2025	903.233,60 €	957.425,89 €	10	2025-03-26	2239_2024	Não	Não	30/10/2025	567.951,73 €				
JANSEN-CI-LAG FARMACEUTICA LDA	C.CENTRAL MEDICAMENTOS - 16/56/2025 - BEDIQUINA	251G0001248	04/09/2025	82.345,20 €	87.285,91 €	4	2025-09-04	1328/2024	Não	Não	31/10/2025	133.163,81 €				
JANSEN-CI-LAG FARMACEUTICA LDA	C.CENTRAL MEDICAMENTOS-1491/2025	251G0000808	02/05/2025	3.583.796,00 €	3.808.937,40 €	8	2025-05-02	1909/2024	Não	Não	31/10/2025	133.163,81 €				
JANSEN-CI-LAG FARMACEUTICA LDA	C.CENTRAL MEDICAMENTOS-1491/2025	251G0000808	15/07/2025	1.792.895,00 €	1.900.468,70 €	6	2025-07-16	3169/2024	Não	Não	31/10/2025	153.163,81 €				
JANSEN-CI-LAG FARMACEUTICA LDA	C.CENTRAL MEDICAMENTOS-1731/2025 - USTECINUMAB	251G001459	30/09/2025	321.280,00 €	340.556,80 €	3	2025-09-30	867/2024	Não	Não						
JOHNSON & JOHNSON LDA	CONSUMÍVEIS DE TROMBECTOMIA	252A000052	05/07/2025	12.963.393,00 €	14.664.853,89 €	6	2025-07-05	128/2025	Não	Não						

Unidade	Descrição	ID	Data	Valor do contrato	Preço contratado (baseado)	Início de execução (fiscal)	Visto em Tribunal de Contas	MECP	Comentários adicionais	Comentários COVID-19	Pagamentos no período				Pagamentos acumulados			
											Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos incluídos a menos
USO AMBULÂNCIA - SERV.MED.	USO DE TRANSPORTE URGENTE DE DOENTES	252A000000	18/09/2025	5.508.034,20 €	5.508.034,20 €	2025-09-18	2293/2024	Não	Não	Não	16/09/2026	153.863,81 €						
MEDICINA - CORMEDICA (N	CONSUMÍVEIS DE TROMBECTOMIA	252A000052	05/07/2025	15.844.147,00 €	17.033.710,31 €	2025-07-05	2293/2024	Não	Não	Não	25/09/2025	577.902,70 €						
MEDICINA - CORMEDICA (N	ENDOPRÓTESES ADÉRTICAS STANDARD PARA UTILIZAÇÃO	252A000094	30/06/2025	3.364.500,00 €	3.366.370,00 €	2025-06-30	3169/2024	Não	Não	Não	25/09/2025	577.902,70 €						
MEDTRONIC PORTUGAL DA	CONSUMÍVEIS DE TROMBECTOMIA	252A000052	05/07/2025	4.321.131,00 €	4.838.284,63 €	2025-07-05	770/2024	Não	Não	Não	25/09/2025	577.902,70 €						
MEDTRONIC PORTUGAL DA	ENDOPRÓTESES ADÉRTICAS STANDARD PARA UTILIZAÇÃO	252A000094	30/06/2025	4.486.000,00 €	4.755.160,00 €	2025-06-30	3169/2024	Não	Não	Não	25/09/2025	577.902,70 €						
ANGIOANTI PORTUGAL UNIP. ID	CONSUMÍVEIS DE TROMBECTOMIA	252A000052	05/07/2025	7.201.035,00 €	8.147.141,05 €	2025-07-05	741/2024	Não	Não	Não	30/12/2025	76.717,96 €						
NOVO NORDBIC PORTUGAL UNIP.	EPTACIO ALFA (ACTIVADO) 250 KU.I. PO SO	251G0001634	14/11/2025	169.955,40 €	170.580,93 €	2025-11-14	1832/2024	Não	Não	Não	25/11/2025	1.592.065,88 €						
NOVO NORDBIC PORTUGAL UNIP.	FACTOR VII RECOMBINANTE (VARIAS DOSAGENS)	251G0001332	26/08/2025	5.031.059,30 €	5.344.122,89 €	2025-08-26	2701/2024	Não	Não	Não	25/11/2025	1.592.065,88 €						
OCTAPHARMA - PROD.FARMACEUTICOS	CENTRAL MEDICAMENTOS - L569/2025 - INJUNDOBULUM HUMANA	251G0001073	07/07/2025	1.999.812,00 €	2.033.583,72 €	2025-07-07	3169/2024	Não	Não	Não	29/12/2025	356.196,01 €						
PENUMBRA EUROPE GMBH	CONSUMÍVEIS DE TROMBECTOMIA	252A000052	05/07/2025	14.403.770,00 €	16.234.322,10 €	2025-07-05	3169/2024	Não	Não	Não	29/12/2025	356.196,01 €						
PENUMBRA EUROPE GMBH	CONSUMÍVEIS DE TROMBECTOMIA	252A000052	12/12/2025	5.761.508,00 €	6.517.712,84 €	2025-12-12	204/2024	Não	Não	Não								
PROFARIN - DIST.PROD.FARMIND.	ADQUIÇÃO DE ETRENOBOLAF 2000 UI (I / APROUX)	251G0001432	30/10/2025	364.558,00 €	174.428,09 €	2025-10-30	1729/2024	Não	Não	Não	16/09/2026	219.979,00 €						
PROFARIN - DIST.PROD.FARMIND.	ERMORCTOCOS ALFA (VARIAS DOSAGENS)	251G0001330	23/04/2025	10.789.568,30 €	11.883.412,45 €	2025-04-23	1643/2024	Não	Não	Não	29/12/2025	584.183,47 €						
SANDOZ FARMACEUTICAL DA	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1410/2024	251A0000545	31/10/2025	1.509.889,66 €	1.600.493,64 €	2025-10-31	1362/2024	Não	Não	Não								
SANDOZ FARMACEUTICAL DA	INJEUMAB 100 MG IN BIODISIMILAR (ZESL)	251G0001445	15/10/2025	348.000,00 €	368.800,00 €	2025-10-15	3169/2024	Não	Não	Não	30/09/2026	196.736,00 €						
SANDOZ FARMACEUTICAL DA	INJEUMAB 100 MG IN BIODISIMILAR (ZESL)	251G0001445	12/11/2025	348.000,00 €	368.800,00 €	2025-11-12	1764/2024	Não	Não	Não	30/09/2026	184.440,00 €						
SANOR PRODUTOS FARMACEUTICOS	ADQUIÇÃO DE AVAGLUCIDASE ALFA INJ 100MG	251G0002116	25/09/2025	749.575,30 €	911.977,49 €	2025-09-25	2272/2024	Não	Não	Não	22/08/2025	794.899,88 €						
SANOR PRODUTOS FARMACEUTICOS	AVAGLUCIDASE ALFA INJ 100MG	251G0003338	26/05/2025	2.725.728,00 €	2.839.271,68 €	2025-05-26	1066/2024	Não	Não	Não	27/06/2025	794.899,88 €						
SANOR PRODUTOS FARMACEUTICOS	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1344/2023	251G0000595	09/11/2025	12.729,80 €	13.493,38 €	2025-11-09	1004/2024	Não	Não	Não	28/03/2026	2.598,53 €						
SANOR PRODUTOS FARMACEUTICOS	DUPILUMAB 300 MG/2 ML SOL INJ CANETA	251G0001336	21/05/2025	1.187.332,00 €	1.258.471,33 €	2025-05-21	1069/2024	Não	Não	Não	30/10/2025	1.056.607,97 €						
SERVIER PORTUGAL DA	ADQUIÇÃO DE ASPARAGINASE REEJULADA SOL INJ 3,750 UI	251G0001320	30/10/2025	14.959,80 €	15.947,85 €	2025-10-30	3169/2024	Não	Não	Não	30/09/2026	65.968,25 €						
SERVIER PORTUGAL DA	ADQUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DIVERSOS.	251G0000684	02/04/2025	124.538,40 €	132.010,74 €	2025-04-02	2657/2024	Não	Não	Não	26/06/2025	65.968,25 €						
SERVIER PORTUGAL DA	CENTRAL MEDICAMENTOS-1408/2023	251G0000660	31/10/2025	13.860,00 €	14.601,60 €	2025-10-31	6157/2024	Não	Não	Não	31/12/2025	1.000,00 €						
SERVIER PORTUGAL DA	CENTRAL MEDICAMENTOS-1408/2023	251G0000660	16/04/2025	3.725.511,20 €	3.956.461,88 €	2025-04-16		Não	Não	Não	26/09/2025	65.111,14 €						
TERUMO EUROPE ESPANHA SL	CONSUMÍVEIS DE TROMBECTOMIA	252A000052	05/07/2025	4.321.131,00 €	4.888.284,63 €	2025-07-05		Não	Não	Não	29/12/2025	267.858,68 €						
TEVA PHARMA-PROD. FARMACÊUT	ALBÉRGENOS DISCOS - SERVIÇO PATOLOGIA CLINICA	251A0000055	06/05/2025	3.019.799,30 €	3.309.987,28 €	2025-05-06		Não	Não	Não	29/12/2025	267.858,68 €						
TERMO FISHER DIAGNOSTICS SOC	ALBÉRGENOS DISCOS - SERVIÇO PATOLOGIA CLINICA	251G0000962	12/06/2025	51.200,00 €	62.792,00 €	2025-06-12		Não	Não	Não	29/11/2025	12.571,65 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	21/03/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-03-21		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	21/03/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-03-21		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	21/03/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-03-21		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	11/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-11		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						
VERTEX PHARMACEUTICALS UNIPES	CENTRAL MEDICAMENTOS 2025 - 1328/2023	251G0000511	20/06/2025	11.811.160,15 €	12.519.829,76 €	2025-06-20		Não	Não	Não	26/09/2025	4.541.877,82 €						

## 5.2 Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de Contrato	ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO										Contratação excluída		Total	
	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Total - Valor
	Número de Contratos	Preços Contratual	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual				
Bens	18	23 426 514,64 €	-	- €	-	- €	-	- €	42	46 931 582,72 €	-	- €	60	70 358 097,36 €
Serviços	3	4 866 436,08 €	-	- €	-	- €	-	- €	7	8 158 722,16 €	-	- €	10	13 025 158,24 €
Empreitadas de Obras	0	- €	-	- €	-	- €	-	- €	0	- €	-	- €	0	- €
	21	28 292 950,72 €	-	- €	-	- €	-	- €	49	55 090 304,88 €	-	- €	70	83 383 255,60 €

Dos 70 contratos em execução, predomina a aquisição de bens, com 60 contratos, correspondendo a uma despesa contratual de 70,3MEUR.

Seguem-se as aquisições de serviços, no montante de 13,0MEUR.

## 6. Transferências e subsídios – Receita

Tipos de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorridos no exercício	Observações
060101 - Públicas				- €	- €	- €	- €	
060102 - Privadas			Entidades diversas	3 174 808 €	3 174 808 €	0 €	- €	
060201 - Bancos e outras instituições financeiras				- €	- €	- €	- €	
060202 - Companhias de seguros e Fundos de pensões				- €	- €	- €	- €	
060301 - Estado				- €	- €	- €	- €	
060302 - Estado - Subsistema de proteção social de cidadania - Regime de solidariedade				- €	- €	- €	- €	
060303 - Estado - Subsistema de proteção social de cidadania - Ação social				- €	- €	- €	- €	
060304 - Estado - Subsistema de proteção à família e políticas ativas de emprego e formação profissional				- €	- €	- €	- €	
060305 - Estado - Participação portuguesa em projetos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060306 - Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060307 - Serviços e fundos autónomos			Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)	212 898 €	212 896 €	2 €	- €	
060307 - Serviços e fundos autónomos			ACSS, I.P	3 198 064 €	3 198 064 €	0 €	- €	
060308 - Serviços e fundos autónomos - Subsistema de proteção social de cidadania				- €	- €	- €	- €	
060309 - Serviços e fundos autónomos - Subsistema de proteção à família e políticas ativas				- €	- €	- €	- €	
060310 - Serviços e fundos autónomos - Participação portuguesa em projetos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060311 - Serviços e fundos autónomos - Participação comunitária em projetos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060401 - Região Autónoma dos Açores				- €	- €	- €	- €	
060402 - Região Autónoma da Madeira				- €	- €	- €	- €	
060501 - Continente				- €	- €	- €	- €	
060502 - Região Autónoma dos Açores				- €	- €	- €	- €	
060503 - Região Autónoma da Madeira				- €	- €	- €	- €	
060601 - Sistema de solidariedade e segurança social				- €	- €	- €	- €	
060602 - Participação portuguesa em projetos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060603 - Financiamento comunitário em projetos co-financiados				- €	- €	- €	- €	
060604 - Outras transferências				- €	- €	- €	- €	
060701 - Instituições sem fins lucrativos				- €	- €	- €	- €	
060801 - Famílias				- €	- €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições				- €	- €	- €	- €	
060902 - União Europeia - Instituições - Subsistema de proteção social de cidadania				- €	- €	- €	- €	
060903 - União Europeia - Instituições - Subsistema de proteção à família e políticas ativas				- €	- €	- €	- €	
060904 - União Europeia - Países-Membros				- €	- €	- €	- €	
060905 - Países terceiros e organizações internacionais				- €	- €	- €	- €	
060906 - Países terceiros e organizações internacionais - Subsistema de proteção social				- €	- €	- €	- €	
9999999801 - Funcionamento				- €	- €	- €	- €	
9999999901 - Investimento				- €	- €	- €	- €	
			Total	6 585 770 €	6 585 768 €	2 €	- €	

As transferências e subsídios correntes obtidos ascenderam a 6,6MEUR, dos quais 3,1MEUR respeitam a transferências no âmbito do processo de descentralização e 3,1MEUR a verbas relacionadas com os ensaios clínicos.

### 6.1 Transferências de capital

Tipos de receita	Disposições	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
100308 - Serviços e fundos autónomos			ACSS	8 625 765 €	5 355 003 €	3 270 762 €		- €
100901 - União Europeia - Instituições			Agência de Desenvolvimento & Coesão	640 621 €	628 620 €	12 001 €		- €
Total:				9 266 386 €	5 983 624 €	3 282 762 €		- €

No que respeita às transferências de capital, o montante total ascendeu a 5,9 MEUR, dos quais 5,3 MEUR correspondem a verbas recebidas a título de adiantamento no âmbito de projetos financiados pelo PRR.